

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL**

ANNATERRA MEIRA OLIVEIRA DE JESUS

**“DE BOA MENINA À DONA DE MIM”: ANÁLISES PARA UMA PRODUÇÃO
FEMINISTA, ANTIRRACISTA E NÃO BINÁRIA DO SERVIÇO SOCIAL**

GOIÂNIA

2019

ANNATERRA MEIRA OLIVEIRA DE JESUS

**“DE BOA MENINA À DONA DE MIM”: ANÁLISES PARA UMA PRODUÇÃO
FEMINISTA, ANTIRRACISTA E NÃO BINÁRIA DO SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, no programa stricto sensu em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Orientadora: Prof.^a: Dr.^a. Maria José Pereira Rocha

GOIÂNIA

2019

J58d Jesus, Annaterra Meira Oliveira de
"De boa menina à dona de mim" : análises para uma
produção feminista, antirracista e não binária do
serviço social / Annaterra Meira Oliveira de Jesus.--
2019.
142 f. : il.

Texto em português, com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Escola de Ciências Sociais e da
Saúde, Goiânia, 2019

Inclui referências: f. 131-138

1. Feminismo. 2. Racismo. 3. Serviço social. I. Rocha,
Maria José Pereira. II. Pontifícia Universidade Católica
de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
- 2019. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 364.614(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Annaterra Meira Oliveira de Jesus

“De Boa Menina à Dona De Mim”: análises de um conteúdo feminista

Dissertação de Mestrado em Serviço Social, no programa stricto sensu em Serviço Social, qualificada em _____ de _____ de 2019 e aprovada com nota _____ pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Maria José Pereira Rocha (Presidente)

Prof.^a Dr.^a. Maria Conceição Sarmento Padial Machado (Membro PUC-Goiás)

Prof.^a Dr.^a. Angelita Pereira de Lima (Membro)

Prof.^a Dr.^a. Denise Carmen de Andrade Neves (Suplente)

*À todas às Anas, Marias, Idalinas, Noradis,
Zélias, Terezinhas, Zildinas, Cidas, Héllens,
Hannas, Elviras, Alines, Letícias, Flavinhas,
Adalgisas, Carminhas, Marilenes, Helenices,
Sarinhas, Andressas, Elzas, Mahins,
Marielly's, às todas mulheres que não puderam
ainda estar aqui, eu sou, porque nós somos!*

AGRADECIMENTOS

Me disseram em algum momento que aqui era o único lugar que se poderia ser você. Cheguei a achar que era aqui que se colocavam as frases clichês, carregadas de repetições. Acho que agora, eu entendo por que aqui foi o lugar designado para agradecer. Por que talvez só agora eu conheça o que é *gratidão* e os lugares que ela ocupa em minha vida. Saúdo quem me deu seu nome, **Ana e Antônio Meira** (in memorian), meus avós maternos, por generosidade em ensinar o que é amar o outro como é, respeitando-os sempre. Coloco o nome de minha avó paterna, **Terezinha Oliveira** (in memorian), apesar do convívio mínimo, construímos nossa sintonia, amizade e ancestralidade. Quero dizer também, que minhas *oito tias*, que são os meus maiores enfrentamentos com feminismos e suas especificidades, o que são, em suas singularidades, fazem parte desta conquista, à cada uma meu O-B-R-I-G-A-D-A! Escrevo o nome de quem me gerou e pariu, **Anailma Meira**, minha mainha, que dedicou sua maternidade solo, à duas pessoas e fez de nossos sonhos, seu ofício. É minha maior referência de posicionamento político feminista, autenticidade, veracidade e fortaleza! Agradeço por todo seu esforço para me dar as condições de chegar até aqui, é pelo seu trabalho, que construo meu trabalho e trajetória, e espero logo mais à frente serei eu, a fazer isso por alguém. Deixo o nome de quem é meu maior enfrentamento das raízes patriarcais, meu irmão caçula, **Ayranterra Meira**, obrigada pelo reconhecimento do momento que vivi até aqui. G-R-A-T-A! A vida me presenteou com uma irmã - **Maria**, e nossa família ganhou mais dois membros na família: **Tiago e Marielly**, que carregam a simplicidade e pureza e fazem de mim uma pessoa melhor, obrigada por me deixarem ser tia, irmã e amiga. Por se importarem comigo. À uma família que me ensina sobre humildade, respeito e união, à **Nena, Renata e Juan**, a mistura com nosso universo nos faz uma família só! Gravo duas pequenas mulheres que me ensinam e são minha tentativa diária de aprender a trazer referências feministas para crianças, são com elas que exerço grande parte do que leio nos livros, **Héllen e Hannah Meira**! A-G-R-A-D-E-C-I-D-A! Eu não poderia deixar de escrever o nome de meu colo, que apareceu em meu segundo semestre de mestrado e desde pequenos gestos para minha permanência no programa, a gentiliza em respeitar e me fortalecer durante a reviravolta da escrita de um novo tema. **Letícia Andrade**, meu abraço, meu carinho, minha companhia, meu amor. Dos muitos afagos que a vida me deu, algumas pessoas estiveram comigo em muitas das minhas fragilidades, como **André, Sarinha, Andressa, Maria, Flavinha, Orlando, Jennifer, Simara**. Vocês que das inúmeras formas me ensinaram ser mais gente, ter mais força e não desistir de ser quem sou e aprender a me respeitar assim. Espero que possamos dividir ainda mais! G-R-A-T-I-D-Ã-O! Agradeço o Programa de Mestrado em Serviço Social

da PUC-Goiás e a coordenação do mestrado, *Denise Andrade* (professora suplente da banca desse trabalho), pela possibilidade de ampliação do conhecimento, acesso e produção científica. À *Alessandra*, pela simpatia, cordialidade, disponibilidade e por vezes ser mais que a secretária do programa. Quero registrar as amizades que o mestrado me deu, dividi muitas angústias, cervejas, pizzas leituras, trabalhos, lágrimas com mulheres em suas diferentes formas que marcaram essa etapa do trajeto, são elas: *Elvira, Aline, Josiene, Daiane, Tamara, Sarah, Claudete e Édar*. Deixo expressa minha gratidão e respeito pela *Angelita Lima*, uma mulher que me encantou na banca de qualificação quando ao apresentar suas formações, se coloca como militante feminista! Obrigada por isso, pois ao ver mulheres como você, que viveram inúmeras experiências em movimentos de mulheres e ainda se afirmam como tal, retomo minhas forças no que segue essa dissertação, fazendo autocrítica e repensando o que realmente importa aqui! Nesse nomear, quero agradecer a *Conceição*. A conheci quando entrei na graduação do curso como coordenadora do departamento de Serviço Social, e ela me conheceu no movimento estudantil. Foi a responsável junto com minha orientadora pela minha entrevista de entrada no mestrado, e foi ela que na qualificação me disse sobre algumas relações entre militância e universidade. Obrigada professora, sua fala me impulsionou! Eu gostaria de poder enumerar as coisas que a *Zeze*, como pessoa e orientadora, falou para mim durante todo esse tempo juntas. Ela quem foi minha professora de filosofia na graduação em Serviço Social e desde lá tivemos proximidades. Gratidão por ser dura, exigente e me cobrar. Admiro suas veias rebeldes, mesmo que a vida já tenha de surrado tanto. Você é inspiração de professora, me escutou, questionou, e principalmente, me deu liberdade de escrita. Você me fortaleceu dizendo para eu não desistir e disse que acredita em mim, você pode achar que não, mas foi no momento certo e vindo de você, ganha outra proporção em mim. És um corpo poesia no sangue da resistência! Obrigada! Agradeço de maneira singular, a Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Goiás, que por meio de seu fomento pude concluir essa etapa. Considero e reafirmo a emergência de investimento em pesquisa e produção de maneira que a/o estudante pesquisador/a possa não trabalhar enquanto desenvolve sua produção acadêmica. É no resultado dessa conquista, delinheiro aqui para a *FAPEG* a sua importância em minha formação, sem dúvida sem essa bolsa eu não teria conseguido. Ao universo e toda sua costura emaranhada de muitas situações que contribuíram para meu desenvolvimento pesquisadora-pessoa! AXÉ!

*Quando falar não foi uma opção / Escrever foi
salvação / A palavra é proteção da nossa história
e reconhecimento, antes não tinha autoestima /
Hoje folgada, vivona e vivo / Bem colocada,
armada de informação / Cada pedaço meu é letra
de funk e inspiração / Palavra é palavra, memo no
sentido amplo / Não só conto, rima, verso ou prosa
/Proteção como palavra / É pedir bênção pra sua
vó / Salve, dona Rosa! (Salve!) [...] Agora
articulada e dona das minhas próprias palavras /
Revide proteção / Escrita viva é munição /Mulher,
palavra pro mundo / É quem dá direção /Revide
proteção / Escrita viva é munição / Mulher,
palavra pro mundo / É quem dá direção.*

**(TRINCHEIRA – SLAM DAS MINAS SP E
DRIKA BARBOSA)**

RESUMO

Instaura-se nessa pesquisa bibliográfica o debate interseccional de gênero, sexualidade, classe e raça, e se propõe a reconhecer os processos históricos de feminismos plurais tomando por base duas músicas POP, para a análise mediante duas músicas atuais brasileiras do POP nacional, uma é de Luísa Sonza, e se chama Boa Menina, e a outra música é a de Iza, intitulada por Dona de mim. Com base em seus clipes, história das músicas e suas respectivas letras, serão tratadas como conjunto e não isoladas, uma vez que servem para dar nó ao laço que liga o alcance dos movimentos feministas às formas de mídia e as refrações da sociedade. A música como poder universal e concentração de força e ideologia, constrói-se como fonte de renda e a tenacidade, na tentativa de ser denúncia e permanecer em destaque para quem consome este produto. Por bem, faz-se então a necessidade de analisar como o Pop é utilizado como lucro, e sua criminalização de sua cultura. A ideia é suscitar de maneira atual as discussões frente o avanço dos desmontes sociais num enfrentamento com as políticas acordadas entre os poderes legislativos, executivos e judiciários que afetam diretamente os corpos de mulheres em suas especificidades e dessa forma o material de análise se estende a caracterização dos processos históricos de constituição dos feminismos e sua relação com os clipes. Explanar e identificar os debates do Serviço Social nas categorias apresentadas pelas músicas, numa relação das violências sistêmicas e econômicas na construção dos quilombos de resistências.

Palavras-chaves: Feminismo, feminismo negro, transfeminismo, serviço social e quarta-onda feminista

ABSTRACT

The intersectional debate of gender, sexuality, class and race is introduced in this bibliographical research. It proposes to recognize the historical processes of plural feminisms based on two POP songs, analyzing two Brazilian POP songs: one of Luísa Sonza, called Good Girl, and the other song is the one of Iza, titled by Owner of me. Based on their clips, the history of the songs and their respective lyrics, they will be treated as entirety and not isolated since they serve to tie the link that links the reach of the feminist movements to the forms of media and the refractions of the society. Music as a universal power and concentration of strength and ideology, is built as a source of income and tenacity, in an attempt to be denunciation and remain significant for those who consume this product. However, it is necessary to analyze how Pop is used as profit, and the criminalization of its culture. The idea is to raise in a current way the discussions regarding the progress of social dismantling in a confrontation with the policies agreed between the legislative, executive and judicial branches that directly affect the bodies of women in their specificities and in this way the material of analysis extends to the characterization of the historical processes of constitution of the feminisms and their relation with the clips. To explain and identify the debates of Social Work in the categories presented by the songs, in a relation of the systemic and economic violence in the construction of quilombos of resistances.

Keywords: Feminism, black feminism, women, Transfeminism, Social Work, forth feminist wave.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEPSS** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CFESS** – Conselho Federal de Serviço Social
- CRESS-** Conselho Regional de Serviço Social
- EAD** – Educação à Distância.
- ENESSO** – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
- ENPESS** – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.
- GTP (s)** – Grupo de Trabalho
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- LGBTQ+** - lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e queer
- MPB** – Música Popular Brasileira
- PED** – Pesquisa de Emprego e Desemprego
- PNAS** – Política Nacional de Assistência Social
- POP** – Arte popular
- SEAC** – Sindicato das Empresas e Desemprego
- SUAS** – Sistema Único de Assistência Social
- UNICEF** – Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas
- CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CBAS** – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: UM CORPO DE HISTÓRIAS: RETALHOS E COSTURAS FEMINISTAS	26
1.1 Feminismo e os movimentos feministas, um trajeto de memórias	28
1.2 Feminismo das pretas bate forte, mó treta	37
1.3 Corpos e binariedade: uma discussão inicial.....	47
2.1 A história do Serviço Social e a divisão sexual do trabalho.....	61
2.2 Política Social não pode ser fragmentada: um instrumento de resistência	70
3.1 A história do POP e a intervenção feminista.	92
3.2 Nichos culturais apropriados por nichos de mercado.....	102
3.3 “De boa menina à dona de mim”: Onde estão as mulheres negras?.....	112
REFERÊNCIAS	131
ANEXO	139
ANEXO I	139
ANEXO II	140
ANEXO III	140
ANEXO IV - DONA DE MIM	141
ANEXO V - BOA MENINA	142

INTRODUÇÃO

A academia e o meio universitário, ao se embebecer de teoria, abandonam algumas linguagens por considerá-las informais e não cultas. É sempre de maneira impessoal que demarcamos nosso espaço-autoria de estudos e análises científicas. E hoje, em uma trajetória na universidade – afirmo minha militância política-estudantil em causas feministas, demarco minha ligação com os direitos das mulheres pelas vidas e lutas individuais e coletivas, em uma militância anterior a minha, a das mulheres da minha família. A minha família é patriarcal, em que somos muitas de formas e de jeitos diferentes, todas elas fazem parte de alguma maneira dessa escrita. Essa ligação com a ancestralidade torna-se interessante, por que ao pensar que até uma marca identitária como nome, tem raízes. A força dessa relação está em meu sangue-história: - (em breve linha do tempo) - A avó de painho, Ana – A minha avó, mãe de mainha, Ana – Mainha, Anailma – Eu, Annaterra.

A minha avó materna, Ana Meira pariu nove mulheres, tendo uma falecido quando criança. Fui criada apenas por mainha, desde que ela e meu pai separaram-se. Minha família materna foi e é meu grande refúgio e fortaleza, e é nessa família de mulheres que percebi com suas diferentes corporalidades e expressões, as hierarquias familiares, posições nas mesas e lugares de fala. Aprendi ao conviver com todas elas - mesmo que talvez elas não saibam, ou não se apoderem dessa terminologia - os vários feminismos. Desse modo, numa aproximação com as teorias acadêmicas e leituras, assim os chamo: feminismos plurais. Então, afirmo que é na pluralidade dessas mulheres que construo meus saberes e formação político-social-histórica, enquanto ser-essência-coletiva.

As existências são diferentes, e cada ser subjetivo é parte do ser coletivo e esta relação interseccional e transversal entre corpo no mundo-população e construção individual de identidade, precisa ser considerada. Por que existências se tornam conjunto, e se organizam, articulam e sobrevivem. Sob esse esteio, é que se pensa a urgência de descentralização do ensino e universidade, é o confronto de fazer as ruas se embebedarem de literatura facilitando a linguagem, utilizando a que o povo conhece, e construindo e fortalecendo a possibilidade de que cada ser escreva sua história também.

Minha formação religiosa sempre esteve ligada à formação cidadã. Educada na igreja católica pelo viés da teologia da libertação, meu espaço de fé era também meu espaço de produção de ação e questionamento social. Cresci em espaços de círculos bíblicos em que se debatia a realidade daquela comunidade. Fomos (eu e meu irmão caçula com mainha) para

comunidades consideradas periféricas a fim de realizar encontros com as comunidades e grupos pastorais. Fiz parte da Pastoral da Juventude do Meio Popular – minha eterna paixão – e reafirmo a importância de seus espaços para a construção dessa análise dissertativa.

Essa história viva de mulheres dentro e fora de mim, também se entrelaça com os movimentos sociais de minha terra natal: CORRENTINA-BAHIA, cidade violentada pelo agronegócio e latifúndio e defendida incansavelmente por povos tradicionais de cerrado, resistentes nos coletivos de fundo e fecho de pasto¹, no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), nas Escolas Famílias Agrícolas (EFA's), na Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB'S), nas Romarias das terras e d'águas em Bom Jesus da Lapa- BA – é desse lugar que escrevo e me faço voz.

É com toda essa bagagem histórica, que desde o peso do meu nome à forma em que todos os espaços que cresci, são parte de minha identidade pessoal. Com toda essa carga energética é que em 2013 ingressei na universidade – a Pontifícia Universidade Católica de Goiás me ganha para o curso de Serviço Social. Vim estudar o ensino superior em Goiânia, o que implicou em minha saída de Correntina-BA. Nunca havia deixado minha mãe, meu irmão e minhas tias, e esse passo determinou uma série de desconstruções pessoais para a abertura com tudo que o conhecimento possibilita. Conheci o movimento estudantil, iniciação científica, grupos de debates, coletivos estudantis-políticos, leituras e contrapontos teóricos, matrizes, autoras/es, confrontos em manifestações, gás de pimenta, pessoas, lugares, e a tarefa acadêmica que consistiu na escrita de uma monografia como trabalho de conclusão de curso.

Em 2016 encerrei a graduação em Serviço Social, discutindo a 'Divisão Sexual do Trabalho: aniquilação histórica do capital, sob o corpo da mulher'. Numa tentativa de me fazer voz-pesquisa, é que me propus o desafio de mover conhecimento cantado, escrito, rimado e que todas essas formas e fôrmas sejam respeitadas. Por que com um acesso íntimo de aparência e essência, a gente se torna sujeito e pesquisa. É dentre a articulação de movimento estudantil, minha ancestralidade, e a graduação em Serviço Social, que este estudo se origina. Por meio de leituras e espaços que propõem construções coletivas e individuais sob olhares de grupos

¹ Estão diretamente ligados à terra e ao bioma onde vivem. Eles desenvolvem atividades como a criação livre de animais de pequeno porte, principalmente cabra e bode, e de gado – que se alimentam da própria vegetação nativa – como alternativa a uma agricultura em uma região marcada pela seca. Além disso, em fundos e fecho de pasto as comunidades compartilham uma área sem cercamento. Cercas, nessas áreas, só para proteger os lotes de plantações – que são cultivados essencialmente para o consumo das famílias – e os pequenos animais, como as galinhas, de outros maiores. Assim como outros povos e comunidades tradicionais, o dia a dia desses camponeses se faz na luta pelo direito à terra, na manutenção do seu território e no direito de produção e reprodução da sua cultura. Disponível em: < https://redecerrado.org.br/comunidades_cerrado/fundo-e-fecho-de-pastos/ > Acesso em 11/07/2019 às 20:18;

socialmente excluídos. É interessante pensar no acúmulo que essa trajetória carrega, períodos de transição e rupturas necessárias para a continuidade do processo.

Neste trabalho o Serviço Social se dispõe em ir além de uma profissão, é traçado por um projeto de sociedade que defenda pessoas em situação de vulnerabilidade, discriminadas e marcadas por fatores estruturais que condicionam os corpos em romantização, normatização de violências sistêmicas. Tendo isso em vista, esta dissertação emerge como símbolo de um enfrentamento à conjuntura internacional, na qual está atravessada por golpes sucessivos em prol de uma dominação europeia-latifundiária-fascista-heteronormativa, costurada em raízes de formação nas sociedades e, posteriormente, de suas representações governamentais.

O ingresso no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PPSS - se apoia nestas **raízes**, e esta decisão complexa, arriscada e financeiramente cara, ganha voz num objeto de estudo que tem a necessidade de fortalecer discussões feministas no espaço acadêmico. O Serviço Social da PUC-Goiás mantém suas discussões de maneira tímida a respeito dos debates de gênero, raça, classe e sexualidade como entrelaçados e correlacionados.

Dessa forma, não se rompe com o ciclo de divisão coercitiva dos ambientes de produção e construção de conhecimento ao não entrar nas periferias². Com isso, se firma a inevitabilidade deste trabalho em frisar que o Serviço Social desta universidade tem um debate mínimo a respeito das temáticas de subjetividade (raça, gênero, sexualidade, classe, identidades, corporalidades, [...]), e com esta dissertação apresenta a possibilidade de um olhar feminista do e para o Serviço Social no interior do espaço institucional.

Nessa necessidade institucional, enquanto diálogo com a formação, há a primordialidade em inserir-se num grupo de pesquisa a opção pelo grupo: “Contando histórias sobre Almodóvar”, ao abrigo da orientação de uma mulher, mãe-solo, feminista e professora, que por suas veias inchadas de sangue rebelde, inscreve-se resistência, num contexto político-histórico-sócio-econômico-cultural que se limite em ser conservador, liberal, de direita, normativo, hipócrita e imediatista.

Com diálogo inicial, é que se define a linha de pesquisa desta dissertação: Política Social e Movimentos Sociais. A entrada no mestrado se deu com a materialização de um projeto primário na discussão de corpo e território que desenvolveu ideias ainda que mescladas, e que

² [...] proponho o uso da categoria territórios marginais para evidenciar o elemento de unidade entre favela, periferia e subúrbio. [...] Desejo trilhar um percurso de leitura da Literatura Marginal que identifique nesta a criação de um discurso minoritário centrado na estruturação de ações que visam o estabelecimento de uma nova representação dos setores marginais. (FAVELA, **PERIFERIA E SUBÚRBIO, TERRITÓRIOS DA DIFERENÇA** - PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do; UFRJ) - Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522191585.pdf>

deram vida a um novo passo nessa trajetória. Por necessidade financeira de permanência no programa, urge a precisão de uma bolsa para fomento de estudos. O projeto que se deu em seguida falava sobre como a mídia tem força na corporalidade das mulheres inseridas em movimentos sociais. A ideia a ser pesquisada na época, discutia quais os impactos de mídia na corporalidade das trabalhadoras do Movimento dos Sem Terra (MST) no Estado de Goiás. Com esse projeto, foi conquistada a bolsa de fomento ofertada pela Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Goiás, a FAPEG, e se avigora que sem ela não haveria permanência na Universidade.

Essa pesquisa em seu decorrer, se ressignificou e foi posto a uma nova escolha para a análise e escrita dissertativa, que se deu entre: sobrevivência e tempo, ambos foram avaliados e por estes motivos houve a troca de tema. Ao continuar no debate interseccional de gênero, sexualidade, classe e raça, se propõe aqui reconhecer os processos históricos de feminismos plurais tomando por base duas músicas POP³, para analisar as construções de resistência dos grupos de mulheres e a mídia como instrumento de alcance social.

A análise se compromete com duas músicas de mulheres brasileiras do cenário do POP (Popular arte – tradução do inglês para português). Inicia-se com a canção de Luísa Sonza⁴ que se chama “Boa Menina”⁵, por outro lado, tem-se a música “Dona de mim”⁶ da cantora Iza⁷. Com base em seus cliques, história das músicas e suas respectivas letras, serão tratadas como conjunto e não isoladas, para que comparar as discussões feministas e os discursos produzidos pelas composições. Desde o alcance dos movimentos feministas, às formas de mídia, suas expressões e rebatimentos nos setores da sociedade. O título deste trabalho se inspira nos objetos que compõem essa análise, visto que a ideia é direcionar o olhar enquanto Serviço Social, para o que as construções sócio históricas da realidade caracterizam funções e determinações de convívio social;

Dessa forma, ao apresentar elementos que compõem o trabalho de Luísa, que é caracterizado pela cantora como uma maneira de mostrar várias faces, outros estilos de vestir,

³ *Pop* é uma abreviatura da palavra "popular", que é usada tanto em inglês como em português. Esta palavra pode ter diversos sentidos, tudo depende de como e em que momento ela é empregada *Pop* pode ser a abreviatura de "cultura popular", ou seja, a cultura de um povo que existe na sociedade *Pop* também é um termo usado para designar um estilo de música, em especial a música americana ou as de língua inglesa em geral, feitas principalmente com fins comerciais. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/pop/>>

⁴ É cantora-compositora de ascendência italiana e alemã do interior do Rio Grande do Sul. Canta desde os sete anos na igreja em quermesses, festas de famílias. Influenciadora digital; começou com covers no youtube.

⁵ CONSULTAR ANEXO V;

⁶ CONSULTAR ANEXO IV;

⁷ Cantora-compositora do subúrbio carioca - apresentadora. Canta desde os seus anos em quermesses e atividades da igreja. Formada em publicidade e propaganda pela PUC-RIO. Única negra nos espaços que frequentava, seu pai era militar e sua mãe professora.

e não adequações para padrões sociais. A música é uma composição dela, de Artur Marques, Diego Timbó, Renan Soares, com direção geral do fotógrafo Jacques Dequeker.

Por outro lado, Dona de Mim é título do álbum de estreia da cantora IZA. Dona de Mim é o lançamento de ressignificações sociais das funções predeterminadas. Seu trabalho é marcado por uma produção principal de Pablo Bispo, Ruxell e Sérgio Santos - que serve também como produtor executivo do álbum -, além de colaborações com diversos produtores como Alex Favilla, Bernardo leGrand, Brabo, HeadMedia, HitMaker e Jhama.

Ambas as cantoras eclodiram via redes sociais, o que torna o tema extremamente atual, já que as redes sociais possibilitam debates de variadas pautas, além da 'liberdade' para emitir opiniões. Grande parte de pronunciamentos oficiais dos governos a nível internacional estão sendo feitos via perfis pessoais dos representantes. O Brasil enfrenta um cenário delineado sob eleições presidenciais em que não houve debates entre os candidatos que pleitearam no segundo turno. Mecanismos, como o twitter, passam a ser o lugar onde os candidatos discutem suas propostas e questionam-se simultaneamente. Pelas cantoras terem nascido da internet, e da velocidade e alcance desse espaço, pelas mídias serem componentes cruciais nesta eleição, não se pode ignorar esses fatos e o que representam na produção científica.

Dentro dessa perspectiva e as misturas encontradas no caminho, o debate de mídia e feminismos é, por conseguinte, a dissertação de um mestrado, em que o corpo e suas marcas dialogam no enfrentamento do espaço de poder em composição de uma pessoa/indivíduo e coletivo. Essas manifestações põem esta pesquisa de frente aos debates em âmbito acadêmico-feminista e fora dela, quanto em coletivo/grupo social (famílias, religião, Estado, órgãos públicos, escolas/universidades/institutos). É reconhecimento histórico no entrelace de pertencimento entre subjetividade com a construção social do ser (gente/humano), em cerne a invisibilidade estrutural nos espaços de instituições sociais. Ao identificar a formação desta estrutura social que sobressai as intervenções dos sistemas econômicos vigentes, constata-se a urgência em se ocupar espaços que antes já foram tão distantes do movimento do real.

A entrada na universidade permite a aproximação com um leque de produções e estudos sobre/para/com/de intersecções de gênero, sexualidade, corporalidade, aborto, identidade, etnia/raça, e, ao se manter distante ou negligente dessas discussões, a PUC-Goiás aparta-se da identidade histórico-cultural própria do Brasil e suas múltiplas medulas de origem social, por onde violências entre raças/etnias provocaram outras novas reproduções de uma ideologia preponderante com domínio geográfico, religioso, político, histórico e cultural. Então pressupõe-se que há uma discussão tímida dentro do Serviço Social PUC-Goiás sobre: feminismo, gênero, sexualidade, relações étnico-raciais.

É preciso considerar também que os grupos de privilégios a acessos não estão satisfeitos com a implementação de políticas compensatórias⁸, que não resolvem as raízes estruturantes de sociabilidade, porém diminuem ou amenizam essa realidade posta embaixo da lógica mecanicista e meritocrática do capital, que envolve pessoas e projetos na dimensão de sua subjetividade e interferência no coletivo. Este trabalho nasce do encontro entre pessoa e profissão, à medida em que leituras e vivências pessoais vão sendo somadas à consolidação desta dissertação.

Compreende-se, portanto, que as instituições sociais são parte de toda a construção psicossocial humana e que estas, paralelas à um sistema econômico, se difundem e provocam consequências. A escrita como memória se alimenta de projetos e pesquisas que reescrevem a realidade quando se acessa o espaço da universidade.

A relação de consumo e compra acontece em variados lugares, pois a premissa do capitalismo é o lucro. Nessa medida, alguns grupos foram expropriados e assassinados para manter a ordem e o padrão. No entanto, essas pessoas criam estratégias de existência e resistência. O capitalismo se apropria de tudo aquilo que é produzido pelas comunidades/favelas; preserva o lugar da pauperização e estrutura-se em teias sociais; moraliza comportamentos e linguagens, mas utiliza-se dessas mesmas características para transformar nichos culturais em objetos de consumo e lucro, ignorando a trajetória dos gêneros musicais.

Assim sendo, é preciso considerar o poder das mídias no direcionamento político-histórico-sócio-cultural e econômico desta pesquisa. Sob essas articulações é que se questiona: Qual a relação das músicas com os feminismos? O que o capitalismo tem haver com o que é produzido pelas artistas? Quais os feminismos que se pode identificar nas músicas “Boa Menina” e “Dona de Mim”? Em que espaços cada música se inscreve? O que isso simboliza para as mulheres e para o feminismo considerando o poder industrial da mídia? Existe uma punição moral do ritmo quando ele expõe suas origens? Ou o lugar onde nasceram, o berço do gênero musical que cantam, não faz parte de sua música? Como em uma era tecnológica e de redes sociais as pautas podem conquistar espaço? Por que o capitalismo se apropria das pautas de militância?

A apropriação emite os interesses de uma lógica coercitiva implícita e explícita entre a luta de classes. Isso se acentua e reconfigura em novas expressões, contudo os grupos existentes

⁸ Este conceito denota, de modo amplo e geral, todo tipo de ação de governos que tem por objetivo minimizar carências nas condições de vida de estratos sociais específicos, vistos como prejudicados ou discriminados pelo padrão dominante de distribuição da riqueza social. Nesse nível de generalidade, o conceito aplica-se a sociedades historicamente determinadas e refere-se às opções de políticas sociais de seus governos. Essas políticas têm incluído programas de assistência e de transferência de renda, além daquelas referidas à educação gratuita, à previdência e à seguridade social. Disponível em < <http://www.gestrado.net.br/pdf/325.pdf>>

na máquina influenciam em sua estrutura. Compondo um arcabouço de existências e resistências é que se inscreve a subjetividade como o prenúncio da construção da liberdade coletiva.

Quando se organiza os espaços para a disseminação de uma ideologia, não se pode negligenciar os territórios de resistência. As defesas e trajetórias podem não estar contados em ‘arquivos oficiais’, todavia o modelo eurocêntrico e colonizador não é capaz de apagar as memórias e tradições ancestrais. Todas as forças estão também na produção analisada nesta dissertação, pois ao pensar na junção de tantos corpos, entende-se os feminismos presentes nas músicas: “Boa Menina e Dona de Mim”, como objeto desta pesquisa.

A indústria cultural como poder universal, concentração de força e ideologia, constrói-se como fonte de renda e tenacidade, na tentativa de ser denúncia e permanecer em destaque para quem consome este produto. O Pop é um nicho cultural em destaque pelo alcance juvenil e sua comunicação corporal acentuada. É um lugar em disputa, confrontando cotidianamente suas raízes, criminalizando-o por ser parte da cultura negra, ao mesmo tempo em que se apropria e vende à sua maneira. Por isso, centra-se o debate entre as influências: capital, classe, interseccionalidade, binariedade, sexualidade, etnia/raça, corporalidade e gênero, como categorias base para análise e tangibilidade da cobertura dos feminismos plurais.

Nesse contexto, configura-se como objetivo deste trabalho: analisar o conteúdo (história, videoclipe e letra) das músicas ante um olhar feminista do Serviço Social. A ideia é suscitar as discussões frente o avanço dos desmontes sociais num enfrentamento com as políticas acordadas entre os poderes legislativos, executivos e judiciários. Como material de análise, se estende a caracterização dos processos históricos de constituição dos feminismos e sua relação com os cliques; explanar e identificar os debates do Serviço Social nas categorias apresentadas pelas músicas, numa relação das violências sistêmicas e econômicas na construção dos quilombos de resistências.

Pressupõe-se que a política social é um instrumento de emancipação para mulheres negras. Conjectura-se a música POP com alcance juvenil, o que torna possível reconhecê-la como instrumento de disseminação da emancipação dos corpos das mulheres negras, por causa da representatividade ideológica contida nas músicas e sua influência em mudanças estruturais;

Consoante com o apresentado até aqui, se inscreve esta dissertação como contribuição às produções acerca de uma epistemologia feminista⁹. Este trabalho denota quanto à forma de

⁹ Afinal, se considerarmos que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos, deveríamos prestar atenção ao movimento de constituição de uma (ou seriam várias?)

abordagem da temática qualitativa, porquanto, trata-se de uma análise teórica mediante qual o alcance do movimento feminista via internet, redes sociais e de compartilhamento de informações. Se observa também a história da música para as cantoras, entrevistas e matérias em sites de informação sobre o que ambas esperaram transmitir ao lançar as músicas. Com os números sobre a quantidade de visualizações, pessoas inscritas em seus canais de transmissão e perfis, curtidas e descurtidas em suas postagens, é possível construir algumas relações de significado e relevância com a investigação do tema.

Na década de 1970, no interior da profissão, o Serviço Social discute seu processo de renovação teórico-cultural e o que acarreta em sua direção social estratégica na disposição do projeto profissional ético político (FARIA, 2014). Nesse período acentua-se a familiaridade com a produção do conhecimento científico, domínio da pesquisa, formação de pesquisadoras/es numa perspectiva que “[...] integram a trajetória de renovação do Serviço Social, no Brasil resultam de vários fatores, tendo como vetor fundamental a consolidação da pós-graduação *stricto sensu*” (FARIA, 2014, p. 506).

Nesse período em que o universo da pesquisa ganha outros campos de estudo, e reestruturam seus fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativos, no interior do Serviço Social se constitui um projeto ético-político que tem em seu núcleo a liberdade; afirma um compromisso com autonomia e emancipação dos indivíduos sociais (NETTO, 1999). O projeto profissional se alinha com um projeto societário e reconhece-se, aqui a linha tênue de ligação do Serviço Social com as diretrizes estabelecidas pelo conjunto Conselho Federal de Serviço Social / Conselho Regional de Serviço Social (CFESS-CRESS), que direciona a ética profissional da/o Assistente Social à um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (BRASIL, 2012), com a premência de esgrimir o debate da profissão e sua feminização inserida em ciclos econômicos de regimes governamentais.

Com o caráter técnico-operativo e o recente crescimento nos espaços acadêmicos, o Serviço Social crítico incorpora temáticas que defendem lutas de sujeitos políticos e enfrenta o conservadorismo e suas inúmeras formas de violências e violações, conforme explanam Cisne e Santos (2018). O conjunto CFESS-CRESS fornece subsídios teóricos, de formação e contínua

Epistemologia feminista, ou de um projeto feminista de ciência. O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico. (RAGO, 1998. P. 32)

ampliação dos debates. A Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) incorpora, em seus Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP's), questões relativas às relações de exploração/opressão de gênero, etnia, geração e sexualidades. A ENESSO tem em sua organização estrutural as comissões temáticas sobre o debate LGBTQ+, as organizações de mulheres e movimentos feministas, além do debate racial, as comissões relacionam essas condições como parte da formação de uma identidade profissional e enquanto presente na história do Serviço Social.

Na necessidade de ocupar locais aparentemente distantes das discussões da profissão, esta pesquisa utilizou-se das ferramentas de internet na construção de dados para análise. Dessa maneira, a busca de vídeos em canais no Youtube, sendo este um site onde se é permitido disponibilizar conteúdos independentes. Esse espaço faz com que pessoas sigam, acompanhem, interajam com seus perfis e publicações. Como uma ferramenta extraordinária, as redes sociais originam uma nova profissão: youtubers/influenciadores digitais. Essas pessoas tornam-se referências dos mais variados assuntos e as viralizações acontecem instantaneamente. Nesse trabalho, as reportagens, blogs, e redes sociais são mecanismos para a apreensão sobre os temas que circunscrevem essa pesquisa numa conjuntura em que a internet é poder. O que se prescreve necessário: apropriar-se dos dispositivos oferecidos por ela.

As categorias de averiguação da pesquisa, feminismo, feminismo negro e binariedade, foram apresentadas pelos videoclipes, ao abrigo do método de análise de conteúdo, que está ancorado em Bardin (1977), como um conjunto de técnicas de análise de comunicações. Utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Pretende-se investigar a implicação de aspectos políticos em seus discursos contidos nos videoclipes, bem como assimilar os estereótipos do papel da mulher na indústria cultural do POP (arte cultural popular). A análise de conteúdo se dá em

[...] uma análise dos significados (exemplo: a análise temática), embora possa ser também uma análise dos significantes (análise léxica, análise de procedimentos). Por outro lado, o tratamento descritivo constitui um primeiro tempo de procedimento, mas não é exclusivo da análise de conteúdo (BARDIN, 1977, p. 34).

Em uma análise comparativa subsidiada pelos estudos de gênero e suas abordagens no Serviço Social, esta pesquisa utilizará de dados em materiais como: livros, artigos, clipes das músicas, canais em aplicativos de transmissão de conteúdos, teses de dissertações, legislações, resoluções, e em periódicos, sob a teoria social crítica, sua intervenção na teoria política feminista para uma escrita decolonial. O uso de documentos públicos (revistas, jornais, redes

sociais), documentos privados (CRESWELL, 2010), tendo em vista que permite a/o pesquisadora/o obter uma linguagem por um prisma do movimento do real.

Os materiais audiovisuais como fotografias, entrevistas, arte, clipes e etc. (CRESWELL, 2010), são instrumentos subjetivos para uma análise e tem sim um caráter polêmico, mas este trabalho não traça o caminho de juízo de valor ou muito menos diminuir os trabalhos artísticos aqui serem analisados, apenas, por seu caráter público serve como exemplificação de alcance ou não do movimento feminista no espaço cultural do cenário POP. Desta forma, toda biografia utilizada exprime conceitos sobre categorias, para comporem a totalidade do trabalho com a finalidade de configurar que:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p. 122)

O caminho parte de uma identidade com a busca em retrazar sua história em suas diferenças socialmente construídas. Visto que: “[...] o texto linguagem significa, antes de tudo, o meio intermediário pelo qual duas consciências se comunicam. Ele é o código que cifra a mensagem” (SEVERINO, 2007, p. 49) e que, neste trabalho, é apenas somá-las em suas intersecções e contribuir para sua descriminalização. Portanto, a leitura metodológica deste trabalho é antirracista, anticapitalista e feminista! O feminismo hoje tem se apropriado de outros espaços e com várias linguagens diferentes, e em diferentes públicos.

Neste cenário de um capitalismo produtor de relações sociais mercadológicas¹⁰, a comunidade LGBTQ+¹¹ também transita em construção e aprofundamento de teorias para os debates de suas pautas, ao que se refere à sua representatividade. A conjuntura sociopolítica do Brasil se encontra, desde 2013, numa subsequente articulação dos grupos políticos (deputados, senadores, ministros, partidos, organizações sociais, militares, indivíduos), na tomada de posse governamental e ditatorial do país. Com a primeira mulher eleita para o cargo presidencial, Dilma foi deposta em 2016, atacada e violentada sucessivamente como mulher¹² desde então.

¹⁰ Relações que preservam o lucro de mercado, e a sociedade gira em torno dele. Coisificação.

¹¹ É terminologia mais atualizada e adotada nesta dissertação, sobre a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual (LGBTI+). É raiz etimológica do termo LGTBFOBIA, que é a violência por crimes motivados pela intolerância em relação a sexualidade das pessoas.

¹² Instaura-se no em 2016 a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, sobre relatoria de Jovair Arantes que elaborou um parecer favorável ao processo, sobre a justificativa de

Essa realidade impõe as populações vulneráveis mais ameaças às suas vidas. É complicado ser mulher numa sociedade que prega o ódio as mulheres: negras, trans, lésbicas, mães-solo, indígenas, com deficiências, cis e com tantas outras especificidades traçadas, dessa maneira é importante ressaltar que “*Ninguém nasce mulher, torna-se*” (BEAUVOIR, 2016).

E segue-se neste ambiente delicado para a existências de corpos que fujam e retruquem ‘a moral e bons costumes’, se delineia a contribuição do debate LGBTQ+ sobre uma apropriação cultural que o sistema capitalista abre ao vender objetos direcionados a esse público. E é importante lembrar que muitas pessoas que antes não ocupavam as universidades, tiveram acesso devido às políticas afirmativas e talvez à tentativa de popularização do ensino superior.

Dando sequência a essa ideia, é que se estabelece aqui uma conexão com universidade e democratização de mídia, ao se tratar de um conceito intrínseco ao POP, já que de fato movimenta sua economia, o Pink Money¹³, neste trabalho, utilizado como capitalismo rosa, que é: um nicho de mercado, é a possibilidade de potencial em investimento para compras, já que casais heterossexuais gastam 30% a mais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – Censo 2010), e é aí que as marcas inserem-se em comerciais e produtos¹⁴ como subscrito de “dar voz e representatividade”, que dão margem para algumas problemáticas. O que justifica a necessidade de aprofundamento desta pesquisa é que ‘Será a simbologia do POP mais um mecanismo do capital, ou aquelas/es que se dizem integrantes da comunidade LGBTQ+ estão trabalhando por dentro da máquina e resistindo a ser corrompido pela corrupção como estruturantes das relações sociais?’

Existem grupos e núcleos de resistência dentro e fora das classes, com intelectuais orgânicos (ancorados em GRAMSCI, 1986), produzindo mídias alternativas de conhecimento e linguagem, fazendo trabalho de base? É apropriação cultural utilizar-se de um espaço de luta

crime de responsabilidade, baseando-se nas pedaladas fiscais e decretos de suplementação orçamentária. Há uma outra configuração paralela, a investigação, a operação lava-jato que é o maior escândalo de corrupção já divulgado, e com ele inúmeros políticos foram mencionados como envolvidos, gerando uma pressão ao governo Dilma para que as investigações fossem barradas, não cedendo ou não compactuando com os acordos propostos, articulam-se grupos de civis contra a corrupção, liderados pelo MBL (Movimento Brasil Livre), que consiste em um aglomerado de reacionários aliados à partidos neoliberais e de extrema direita que vão às ruas caracterizados de civismo, patriotismo. Dilma teve seu corpo violado em ofensas variadas, e lamentavelmente destaca-se a sua condição como mulher

¹³ Ver vídeo ANITTA E O PINK MONEY; Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x-bakc5cgga>> – SPARTAKUS SANTIAGO.

¹⁴ Ver anexos 3, 4 e 5. - Ver vídeo - Dia dos Namorados O Boticário – Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p4b8BMnolDI>> Acesso em: 30/01/2019.

e sangue para gerar lucro apenas a si? Esta subjetividade é sim o inquietante motivo desta dissertação, porque uma vez indivíduo, sempre coletivo.

Ao pensar em coletivo e todas suas subjetividades, enquanto mulher, aqui é deixada uma afirmação: não se pode mais desvencilhar a acumulação primitiva do corpo das mulheres (FEDERICI, 2010) e da escrita desta dissertação, ambas inscritas numa sociedade de ódio às mulheres, que determina quais corporalidades serão aceitas, e portanto, prescreve-se uma escrita que acolhe os corpos como forem e especialmente como território de poder!

Para alcançar esse debate dentro da profissão, o Serviço Social demarca que a globalização e tecnologia, são como uma era autuada “[...] de rapidez e regularidade de conteúdo, formatos e informações junto a um vasto público [...]” (SALES & RUIZ, 2011, p. 34). Retomam o conceito de que vão fundar em meio a sociedade industrial formas de articulação próprias, em que: “ao mesmo tempo em que serão capazes de interferir na autoimagem, ou seja, no imaginário e nas representações que a sociedade é capaz de possuir sobre si mesma” (SALES & RUIZ, 2011, p. 34), dessa maneira, não isento dos processos sociais. Sendo assim, essa discussão se alinha no sentido de perceber a profissão e a universidade como espaços que estão sendo ocupados por mulheres trabalhadoras em diversas formas e jeitos de trabalho.

Este trabalho por meio de uma linguagem e leituras feministas, utilizou-se também de alguns clássicos escritos por homens. Aponta-se então a grande quantidade de produções de mulheres com inúmeras temáticas no transcurso dessa escrita dissertativa, e, portanto, opta-se por uma redação feminista e de referência destas e de outras tantas mulheres que sempre estiveram nos espaços e foram invisibilizadas. Trate-se de uma escrita decolonial e antirracista, numa retomada de ancestralidade e respeito ao processo histórico submetido pelas colônias, que lhes deu percas irreparáveis na fragilização dos corpos e identidades (negras e negros). Porém, a fragilização é uma marca de contraponto a resistência desse mesmo grupo, que costurou suas tradições das maneiras que encontraram em prol de sua sobrevivência sócio-político-cultural e econômico.

Eis que se define os meios nos quais se ancoram a dissertação, e como a pesquisa os transforma em arquétipo de conhecimento científico. Porque ciência também é construída subjetiva e coletivamente, e assim faz-se a necessidade e contraponto desta pesquisa dissertativa sobre feminismos plurais. Espera-se com essa pesquisa, defender a dissertação dentro do Programa de Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Pretende-se articular a produção de um artigo científico relacionado ao tema; além da organização de um seminário para a graduação em Serviço Social com outras discussões de

gênero; de forma a ampliar os debates de gênero, raça, sexualidade no Serviço Social PUC-Goiás;

O primeiro capítulo é uma retomada histórica dos feminismos, seus períodos históricos, feminismo negro e transfeminismo. Já o segundo capítulo preocupa-se com a estruturação dos debates abordados no capítulo anterior dentro do Serviço Social PUC-Goiás, na tentativa de estabelecer conexões teóricas e amadurecimento de prática profissional. O terceiro capítulo aborda a origem do POP, sua ligação com a indústria cultural e reflete nas músicas essas mudanças sócio culturais. Dessa forma, esses conteúdos organizados justificam a importância da pesquisa.

CAPÍTULO I: UM CORPO DE HISTÓRIAS: RETALHOS E COSTURAS FEMINISTAS

O jogo só vale quando todas as partes puderem jogar / Sou Frida, sou preta, essa é minha treta / Me deram um palco e eu vou cantar / Canto pela tia que é silenciada / Dizem que só a pia é seu lugar / Pela mina que é de quebrada / Que é violentada e não pode estudar / Canto pela preta objetificada / Gostosa, sarada, que tem que sambar / Dona de casa limpa, lava e passa / Mas fora do lar não pode trabalhar / Não precisa ser Amélia pra ser de verdade / Cê tem a liberdade pra ser quem você quiser / Seja preta, indígena, trans, nordestina / Não se nasce feminina, torna-se mulher / E não precisa ser Amélia pra ser de verdade / Cê tem a liberdade pra ser quem você quiser / E não precisa ser Amélia pra ser de verdade / Cê tem a liberdade pra ser quem você quiser / Menos preta, indígena / Não se apropria / Quer ser preta dia a dia / Pra polícia cê num quer.

(Não precisa ser Amélia – Bia Ferreira)

Este capítulo constrói historicamente as constituições dos feminismos, algumas lutas e marcos teóricos. Muitas pessoas tem uma ideia equivocada sobre o feminismo, achando, na maioria das vezes, que é o extremo oposto ao machismo. Existe toda uma luta em que várias mulheres se dispuseram para conquistar direitos que antes eram negligenciados à mulher. Estas são as circunstâncias/fato do interesse na pesquisa e o porquê de ter escolhido esse assunto como tema do trabalho, no qual pretende-se apresentar tanto a parte de ideias/pensamentos quanto a parte histórica que gira em torno do movimento.

Feminismo é um movimento social, filosófico e político em que, desde sua criação, com base nas conquistas, nas mudanças que a sociedade teve e na transição de pensamentos, os objetivos foram se alterando, tendo sempre com base na luta aos direitos iguais, independente do gênero. Não só os direitos civis, mas reprodutivos, sociais, e direito de convivência. A história do feminismo é separada em quatro ondas: a primeira onda teve início na metade do século XIX e terminaria no início do século XX, quando o feminismo lutava para conseguir direitos, principalmente os de voto; já na segunda onda, que se estendeu da década de 1960 até a década de 1980, o feminismo começou a apresentar maior luta contra a desigualdade de gênero na sociedade, luta que continua na terceira onda, a qual teve começo na década de 1990 e se estende até os dias de hoje. Dessa maneira a quarta onda se dá via internet e suas possíveis formas de comunicação.

O berço da história feminista ocorreu no início do século XIX, onde a grande marca foi a presença das *suffragettes* ou sufragistas: mulheres que lutavam pelo direito de sufrágio, ou seja, direito de votar e ser votada. A primeira onda atingiu principalmente os Estados Unidos e alguns países da Europa, como o Reino Unido e a França. A segunda onda feminista se deu entre 1960 até 1980. Nessa época, o feminismo propunha pelos direitos equânimes e o fim da discriminação da mulher. Algumas questões deixadas pela primeira onda continuaram a ser discutidas nesta onda, principalmente com relação ao papel da mulher na casa, na família, uma vez que elas não queriam mais apenas cuidar dos filhos e da casa. Queriam, sim, trabalhar. É que desse modo, questiona-se o feminismo e para quem ele serve, isto é, o feminismo que brigava para sair de casa não considerou que as mulheres negras já trabalhavam fora, e o controle de corpos se manifestam diferentes na diferença de cores de pele, mesmo que ambas sejam mulheres.

Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável. No Brasil, o feminismo negro começa a ganhar força nos anos 1980, visto que:

A relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertioga em 1985, de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista. A partir daí, surgem os primeiros Coletivos de Mulheres Negras, época em que aconteceram alguns Encontros Estaduais e Nacionais de mulheres negras (MOREIRA, 2011, P. 18)

O Encontro direcionado por uma comissão organizadora autônoma propôs um processo participativo. Através de um formulário de pré-inscrição, as feministas foram perguntadas sobre quais temas tinham interesse. Apesar disso, a taxa de inscrição era um impeditivo à participação de muitas mulheres. Os debates giraram em torno do caráter de movimento social e político do feminismo. Pela primeira vez em um encontro se fez alusão a “feminismos”, no plural, numa tentativa de abarcar as diferenças internas e reconhecer as diferentes perspectivas feministas. Temas como “nossos feminismos”, “vida cotidiana”, “racismo”, “relações entre mulheres”, “aborto” foram debatidos em atividades um pouco mais flexíveis, autogestionadas e com mais testemunhos do que resoluções. A mudança foi bem recebida por uma parte das participantes, embora outras tenham criticado a falta de discussão sobre estratégias comuns aos movimentos na América Latina.

O feminismo negro surge a partir do momento que as mulheres negras não se sentem representadas pelo feminismo. Para Lélia (1997) as atividades que são historicamente

destinadas às mulheres negras brasileiras, era uma permanência das atribuições da Casa Grande, que variava em “tarefas similares, como merendeiras, serventes”. Essas mulheres incorporaram ainda a inferioridade e a subordinação, além disso, estavam expostas aos assédios sexuais de seus patrões. Historicamente falando, sempre foi negada aos negros a possibilidade de ter suas reivindicações e necessidades externadas, devido à sociedade patriarcal com moldes de racismo, sempre sendo postos às margens das mesmas, ainda mantém a população negra em condições sociais precárias e muitas das vezes, sem acesso à educação formal. A perspectiva do trabalho é o diálogo com a transexualidade, como parte dos feminismos e suas pautas políticas enquanto movimento social de intervenção na realidade posta e predeterminada pelas condições sócio estruturantes. Num breve aprofundamento teórico de reconstituição de lutas históricas na consolidação de direitos sociais, civis e políticos.

1.1 Feminismo e os movimentos feministas, um trajeto de memórias

Dispostos de contradições e antagonismos, os sistemas econômicos precisam legitimar sua concepção de mundo e fazê-la regra em convívio social como manifestação de poder. Denota dizer que as formas de dominação são utilizadas pelos sistemas econômicos na estruturação do poder. Esta ideologia capitalista, traz os corpos inseridas/os em fôrmas que delimitam sua essência, e transcrevem uma subjetividade coletiva que estipula normas para serem consideradas dentro do padrão.

Esse estereótipo predeterminado é responsável pela alienação e exploração de quem só a tem para garantir a subsistência e por meio de uma construção de sociabilidade com caráter burguês de fetichismos sociais que, segundo Alves (2013), instituem caminhos morais feitos por homens e mulheres no dia-a-dia, a venda de força de trabalho como única ‘propriedade’ para ser mercantilizada. Sobre preeminência desta relação de forças, as hegemonias se esparramam pelas instâncias sociais.

O sistema capitalista é o que gere o mercado e se estrutura como controle social disposto nas entranhas históricas da organização de sociedades, e se caracteriza de valores morais, sociais e políticos dentro da sociedade. Este processo é o que Alves (2013), chama de sociabilidade burguesa, esta por sua vez abarrotada de ‘fetichismos sociais’ responsáveis por organizar as escolhas morais feitas pelos indivíduos dentro do modo de produção e reprodução capitalista.

Essa construção exerce força de manipulação sobre a/o trabalhador/a, colonizando o mundo social por meio da mercadoria, dinheiro e Estado, ocasionando nas hegemonias do

capital. Esses valores produtivos e de desempenho permeiam as relações sociais e afetivo-sexuais, criando um ciclo de individualidades pessoais de classe, que se expressam enquanto,

[...] linguagem da produção a produção da linguagem, transitamos para o universo moral. O veículo de extensão da lógica do trabalho abstrato são os valores-fetice que impregnam o metabolismo social e atingem não apenas operários e empregados, mas homens e mulheres – jovens, crianças e adolescentes – subsumidos ao sistema de controle sócio metabólico do capital. São os valores-fetice estranhados que dilaceram o núcleo humanogenérico das individualidades pessoais de classe instaurando o ‘estado depressivo’ que caracteriza capitalismo global (ALVES 2013 APUD KEHL, 2009; ROUDINESCO 2000, p. 31).

Considera-se que é do capitalismo essa dicotomia de classe, e que sua divisão consiste em: proprietários dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho, encarna essa relação antagônica inscrita na divisão sócio técnica e sexual do trabalho¹⁵. Nesse paralelo há uma interlocução entre igreja, família, Estado como disseminadores do poder de quem domina e subserviência de quem é dominado. Isto posto, repensa-se a definição do corpo feminino como preservação da propriedade privada e garantia da paternidade. Considera-se, portanto, que o padrão dos homens-europeus-héteros-latifundiários etc., como detentores do organismo estatal e funcional da sociedade, que estabelecem uma relação desigual de poder, uma vez que:

O controle como vemos é um grau mais sofisticado do poder sobre o corpo do que repressão e, também, muito mais eficaz. Por que a repressão supõe que a pessoa a negue, se revolte, é um fator de postura crítica. Quanto ao controle, que produz prazer, supõe que a pessoa goste de estar dentro dos padrões em que está controlada. O controle, como vemos, é destruidor da posição crítica (MURARO, 1983, p. 77).

Afeta, assim as condições de vida das mulheres trabalhadoras, com um diferencial, uma vez, pois, que as às mulheres negras, grande parte da população pauperizada, e desse modo classe, gênero e raça são extrínsecos e intrínsecos aos determinantes sociais. Num total de processos civilizatórios cruéis e marcados pelo extermínio e colonização dos povos, apropriando-se de sua identidade, corporalidade, cultura e sociabilidade.

~~Dessa forma, é~~ É importante delinear a trajetória de mulheres que se fizeram história na luta política e cultural da ordem patriarcal, como sujeitas de suas histórias que foram e são

¹⁵ A divisão sexual do trabalho é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho. Essa divisão segmenta os trabalhos dos homens e mulheres e hierarquiza trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos (CISNE, 2015, P. 117).

silenciadas e invisibilizadas. O “[...] patriarcado é uma forma de expressão do poder político” (SAFFIOTI, 2015, p.58), ele dirige suas implicações às mulheres e sua lógica é estruturada por privilégio e dominação masculinos relacionados à subalternização e invisibilidade de corpos femininos ou identificado como tal. Não se restringe ao sexo biológico da mulher, uma vez que este permeia “[...]a construção social do feminino, enquanto o “modelo” patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação (CISNE & SANTOS, 2018, p. 43).

O patriarcado disciplina “um direito de os homens terem acesso regular e sistemático ao corpo das mulheres, ou seja, estabeleceu-se um contrato de homens para homens, cujos objetos são as mulheres e sua sexualidade” (TÁBOAS, 2014, p. 58). São hierarquias socializadas, desiguais que explicita as relações de gênero, torna-as patriarcais (SAFFIOTI, 2015). O corpo feminino é apresentado como ameaça, por esse motivo deve ser detido, é que ignoraram a história escrita por mulheres e como os grupos de poder institucionalizaram a criminalização e desejo feminino (SAFFIOTI, 2018).

Quando se caracteriza essa relação de exploração na maioria das sociedades, percebe-se também que é assumida como diferenciação binária dos sexos e corpos. O pensamento feminista, caminha dessa forma, para Miguel (2016), numa ampla visão do mundo social e a contribuição do feminismo se mostra crucial, uma vez que o patriarcado está entranhado nas instituições sociais (família, igreja, escolas, Estado) e estruturado via televisão, cinema, literatura, música e todos os espaços de socialização, tomados na presente pesquisa como sociabilidade burguesa.

Essa forma, vêm definido o espaço social de gênero, uma vez que a questão da mulher na relação com a atividade trabalho começa a ser questionada, conforme Carlotto (2010), em que a produção da existência entre masculino e feminino são diferentes, correlacionando-se em duas esferas, sobrevivência (doméstica) e transcendência (pública), sendo-as respectivamente dadas à mulher e ao homem, havendo para além de ser encarregada com as atividades domiciliares e criação da prole, as profissões ocupadas por mulheres exercem funções de cuidadoras, argumentadas pela sensibilidade, jeito materno, carinho e, desempenhando a função cuidadora e restando aos homens a parte interessante da sociedade, o raciocínio lógico, jogos, construções, acarretando-o como provedor.

Ao questionar essa estrutura dada como única alternativa, as mulheres estão ocupando seu espaço. As conquistas históricas fazem do feminismo um movimento social que nasce no séc. XIX da contradição entre o ideal de igualdade instituído pela Revolução Francesa, carregada de um ideal de “Liberdade, Fraternidade e Igualdade”, e trava a discriminação das mulheres em suas corporalidades. Na Era das Luzes, a burguesia e toda sua sede de poder

político econômico progressista, articula dessa forma o confronto de classes somada às lutas das mulheres.

A Revolução Francesa marca o momento em que as mulheres se despontam, pela primeira vez na história, como sujeito político. Além de se incorporarem à luta em confronto com a burguesia, as mulheres iniciaram um processo de reivindicação em torno do direito à participação pública, trabalho, educação e participação política (GURGEL, 2016). Florence Oppen (2018), ao discutir “o feminismo como ideologia reformista”, aponta a emergência da Revolução Francesa e a declaração dos direitos do homem e do cidadão como um importante elemento da superestrutura para o desenvolvimento da economia burguesa.

O movimento feminista emerge a partir de ideias iluministas, reivindicando direitos sociais e políticos, mobiliza mulheres por todo o mundo, e pauta o direito de voto feminino, caracterizando o sufrágio feminino como um movimento social, político e econômico, tornando essa bandeira como passo inicial pós Revolução Industrial. Evidencia-se, portanto, uma articulação ainda superficial sobre os direitos das mulheres já que não questionava as relações sociais de gênero. As lutas femininas, ou feministas, reduzem-se ao reconhecimento social. Significa dizer que à medida que as mulheres ocupavam espaços de poder incomodavam e eram aceitas apenas quando se masculinizavam, pois, competência não “era” característica feminina.

A produção do feminismo clássico, como Michèlle Riot-Sarcey (2015), Céli Pinto (2003), observa-se que os movimentos feministas demarcaram e demarcam-se em ondas, e seu início se deu com o movimento das sufragistas. Um pequeno adendo, a ligação com os movimentos que antecedem sua eclosão, como é o caso da experiência das mulheres na Comuna de Paris, em 1871, um importante momento de organização das mulheres trabalhadoras, que lutaram armadas, construindo barricadas ao lado de seus companheiros de classe. As histórias de sociedades são contadas a partir de experiências masculinas, ainda se está construindo uma produção feminista e por sê-la, diversa e transeunte.

Entre o paralelo de industrialização e urbanização europeia, gerado pelas revoluções, as mulheres enquanto exclusas de direitos políticos, germinam articulações para as conquistas dos objetivos, a briga pelo voto é propagada pela luta das sufragettes¹⁶, num feminismo ocidental que atravessa durante sete décadas e em diferentes países e regiões (GURGEL, 2010) como organizações e resistências.

¹⁶ Termo utilizado para chamar as sufragistas, mulheres brancas e classe média que criaram estratégias para lutar pelo direito a votar e ser votada. Filme As Sufragistas -. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VTTy39nxGc4>> Acesso em 28/02/2019 às 20:04H.

Essas negociações políticas são para mudanças constitucionais, ações estaduais de mobilização social, a busca por apoio parlamentar, muitas mulheres se envolveram em ações de protesto e intervenção social. Pois bem, prescrita essa relação não classista, numa distância com a realidade das mulheres negras, acreditava que a emancipação feminina se dava com o poder de voto.

Acentuada a desigualdade de gênero, os confrontos ideológicos na busca por igualdade de direitos políticos e civis. As manifestações organizadas por mulheres para a conquista de igualdade política e jurídica entre os sexos como panorama de cidadania. A categoria “mulher” foi construída em meio a relações marcadas pela dominação masculina e sua denúncia, na chamada “primeira onda” do feminismo. Foi desenvolvida majoritariamente pelas mulheres brancas de classe média no final do século XIX, mobilizadas e motivadas, principalmente, pelas reivindicações de igualdade entre os sexos. Suas manifestações partiam dos direitos políticos, sociais e econômicos conquistados pelos estados liberais e exercidos pelos homens para reivindicarem: o direito de votar e ser votada; o trabalho remunerado; o acesso ao estudo; o direito à propriedade e herança (GURGEL, 2010).

Assim, destaca-se o fenômeno da primeira onda feminista, em mudanças culturais, de trabalho, Estado, cidades. Os direitos contratuais de propriedade propiciaram inserções de mulheres em maior quantidade nos espaços educacionais. O voto, é nesta perspectiva um expansor das reivindicações e dos movimentos feministas, que enquanto organismos sociais materializam a dinamicidade do real. Em 1960, as preocupações sociais e políticas amplia-se e o debate, é possível pensar formas de construções teóricas de estudiosas e militantes sobre a condição social de políticas e direitos tomando por base as condições biológicas que direcionam padrões de maternidade (LOURO, 1997).

Essa percepção sobre o domínio do corpo contribuiu historicamente para a produção e reprodução da ideologia patriarcal, como dominação e controle dentro do que se designa como gênero feminino, e configura o modelo de uma boa mulher, que deveria ser educada como ‘boazinhas, caridosas e assistencialistas, assim como “Maria, Mãe de Jesus”, instituindo um referencial de fidelidade cristã de uma mulher santa, assexuada, um protótipo de mãe com o espírito de sacrifício e pureza, assegura Cisne (2015). Essa sacralização do corpo feminino via de regra pela religião, dando um lugar punitivo e escondido para a sociedade, ao mesmo tempo em que este corpo é violado dentro e fora de casa. Nesse contexto, é que se inscreve:

[...] a docilização e domesticação necessárias dos corpos femininos dá-se através de discursos e práticas que reforçavam a importância de a mulher assumir seu papel de “reprodutora” e cuidadora da prole como um serviço à família e à pátria. Seria uma “nobre” tarefa. A figura feminina fora associada à figura da mãe, à sagrada figura

materna. E esta não deixou de ser uma grande estratégia de controle sobre nós (BADINTER, 1985, p. 74).

E quando essa percepção passa pelo domínio e disputa de território do corpo, os debates sobre a reprodução e forma como as mulheres lidam com o gerar implica na produção econômica e sistêmica. Freitas (2013) afirma que os corpos femininos sempre foram controlados, e tornam-se observados pelo poder político em seus aspectos reprodutivos. Em interlocução com os avanços para o ato sexual mais livre para a mulher, como pílulas anticoncepcionais e avanços para métodos preventivos, o Estado precisa de mão de obra, e ao ter direito individual sobre o próprio corpo, a mulher quebra o ciclo de função reprodutiva de um exército de reserva para ser explorado e alienado no mundo do capital.

As rupturas provocadas pelos avanços tecnológicos e de saúde, alvoroçam as regras instituídas na monogamia, e o levante de bandeiras como: “meu corpo minhas regras!”, “meu corpo me pertence!”, “livre para fazer o que quiser”, é um desencaixe no que estava posto e se esperava das mulheres neste momento da história. É com esse diálogo que se estabelece a relação da música “Boa Menina” de Luisa Sonza, como representação desse feminismo considerado tradicional (MOREIRA, 2007). A música conversa em sua letra e clipe numa harmonia de escolhas pessoais entre liberdade e autonomia com seu comportamento sexual, pessoal e corporal, quando diz que: “Não deixem te dizer o que deve fazer / 'Cê vai lembrar de mim / Uma boa menina faz assim, vem / Seu jogo acabou / E o baile começou/ 'Cê vai lembrar de mim / Uma boa menina faz assim”

Ao brincar com o ‘Boa Menina’, a canção é retratada em clipe como uma mistura de elementos tidos como femininos e masculinos, por meio dos figurinos e cenas da produção audiovisual da cantora, que articula batidas POP’s e funk’s. A música é, pois bem, uma representação social que carrega feminismo em sua identidade. Caracteriza-se assim, a segunda onda feminista que ganha caráter de denúncia da emergência em desconstruir papéis de gênero, pois sua materialização gráfica torna-se produções contributivas das ampliações jurídicas dos direitos das mulheres, institucionalizam as redes de sororidade. A sororidade é a ideia de que juntas as mulheres são mais fortes. No contexto do feminismo, a sororidade se trata da solidariedade feminista no combate à rivalidade e à competição pregadas pelo machismo (CRESS-MG, 2018). Louro (1997) traz esses aspectos como organização para o desenvolvimento com ações governamentais, campanhas com horizontes e olhares diferentes como movimento socio- político: o feminismo que:

[...] traduz o processo com raízes no passado, e que implicam em ações cotidianas. Ressurge num momento histórico onde movimentos de libertação denunciam formas de opressão que não se restrinja a classe. Rompe com os modelos políticos tradicionais que incidem nas relações de poder e hierarquia. É conhecimento e experiência fruto do comum das mulheres e assim, repensa e recria a identidade de homens e mulheres, e assim os encaixa nos moldes binários de classificar corpos e comportamentos. É tomado de ordem social e coercitivo no aprendizado das funções caracterizadas como naturais (ALVES e PITANGUY, 1985, P. 12)

O feminismo dentro dessa definição, traz sua “segunda onda”, que se situa após a Segunda Guerra Mundial e é atravessada por diferentes pleitos, tanto pelo reconhecimento das diferenças quanto pela apropriação do corpo feminino e de sua sexualidade. As diferenças entre homens e mulheres ganham destaque e são projetadas as lutas pelo direito ao corpo, prazer e contra o patriarcado. Nos anos de 1960, a palavra de ordem era: “o pessoal é político”. No dicionário de Sociologia: “O feminismo, como movimento social, nasce no séc. XIX, da contradição entre o ideal de igualdade instituído pela Revolução Francesa e a discriminação das mulheres da cidade. O movimento feminista vai notabilizar-se na defesa dos direitos da mulher” (ALVES, 1985, p.202)

Durante os anos 1970, as lutas políticas dos movimentos feministas passam a ser pela equidade, que é a igualdade na diferença, aqui inscrevem-se processos sociais complexos. Toda essa correlação de forças implica na masculinidade e feminilidade sem qualquer tipo de uniformidade. Aqui demarcam-se as lutas dos corpos não binários, travestis e transexuais, mediante filmes, livros e outros materiais que possibilitam a produção de outro olhar, e dessa maneira delinea-se a terceira onda feminista (TÍLIO, 2012).

A quarta onda feminista ficou conhecida pela primavera das mulheres, uma vez que a democratização e acesso aos espaços da internet ganharam espaço entre campanhas, postagens por redes sociais (TÍLIO, 2012). É nesse lugar que se divulgam as situações de machismo cotidiano como denúncia ou insatisfação pessoal. E aqui se pontua a relação com as músicas analisadas nessa dissertação, as duas cantoras iniciam seus trabalhos no youtube¹⁷ lançando cover e vídeos em seus canais pessoais.

Num momento analítico entre estudos e teorias feministas, novas propostas de uma história em construção, temas interseccionais, transversais e transdisciplinares dentro de discussões de gênero, raça, sexualidade e classes (MATOS, 2014). Esse protagonismo e popularização das redes sociais com o feminismo na internet democratiza o corpo livre que

¹⁷ YouTube é uma plataforma de compartilhamento de vídeos com sede em San Bruno. O serviço foi criado por três ex-funcionários do PayPal - Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim - em fevereiro de 2005. Você pode clicar em curtir ou não curtir os vídeos.

pode se colocar nesse espaço. São nas redes sociais que as pessoas expõem opiniões, discussões e juízos de valor sobre a vida e probabilidades de subjetividades alheias (MATOS, 2014).

As publicações alcançam e entrelaçam com o que significa resistência e representatividades de ideologias e grupos sociais. A quarta onda feminista trafega em um ambiente que o acesso é instantâneo. A internet é um instrumento muito poderoso que articulado dissemina informações e diversos conteúdos. O canal de Luísa Sonza no YouTube, tem até o dia 02/03/2019 às 11:27 horas, 3.761.905 pessoas inscritas e ‘Boa Menina’ possui 49.149.151 visualizações, dividindo-se em 345 mil pessoas que não curtiram a música e clip, e 961 mil pessoas que curtiram. O vídeo da música analisada foi postado em 30/10/2018, há cinco meses atrás. Sua página no Facebook, outra rede social, é de 1.653.382 inscritos, no Instagram tem 11,9 mil e no Twitter 570 mil.

O canal de Isabela (IZA), até o mesmo dia citado acima pelas 11:35 horas constava 1.908.536 pessoas inscritas, e ‘Dona de Mim’ 48.957.396 visualizações, entre 15 mil não clicaram em curtir e 731 mil curtiram. Iza postou seu vídeo dia 28/09/2018, há seis meses atrás¹⁸. Seu perfil no Instagram conta com 4,7 mil seguidores e sua página no Facebook, 451.300, e no Twitter 213 mil pessoas a seguem. Esses dados trazem uma realidade a ser observada, visto que há nessa quarta onda feminista, a necessidade de levantar cada debate sobre representatividade e acesso, uma vez que existe a massificação das temáticas e as facilidades acesso da internet (reuniões online, auto-organização, livros, textos, músicas) e esse ajuntamento ganha força que implica em politização que traz conquista e esta, representa potência nas lutas sociais (MATOS, 2014).

Ao pontuar essa expressividade de acesso e relevância, retoma-se aqui, momentos históricos que sublinham a explosão feminista e os rebatimentos como quarta onda no Brasil. Em 2011 na Universidade de Toronto no Canadá, um oficial de justiça afirmou como medida protetiva a estupro, que as mulheres não poderiam ‘se vestir como vadias’. Isso levou mais de 3 mil mulheres as ruas de Toronto e se expandiu por países como Argentina, México, Holanda, Estados Unidos da América, além do Brasil. Essa articulação se deu via redes sociais e foi divulgada em panfletos e cartazes. E surge a Marcha das vadias¹⁹, que se propõe a ressignificar

¹⁸ Todas as informações dos videoclipes foram retiradas da página do youtube, disponível em: <<https://www.youtube.com/>> Acesso em 11:25 de 02/03/2019.

¹⁹ Informações disponíveis em: <<https://marchadasvadiasdf.wordpress.com/manifesto-porque-marchamos/>> Acesso em: 06/03/2019 às 16:05 carta / Mulher desocupada ou que não quer se ocupar. Relativo ao verbo vadiar - (vadio ar1). 1) Andar ociosamente de uma parte para outra. 2). Levar vida ociosa. 3) . Brincar, divertir-se. Conjug Pres indic: vadio, vadias etc. Também relativo à prostituição, a quem não considera a prostituição uma profissão, ou seja, uma ocupação. Disponíveis em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/marcha-das-vadias-chega-ao-brasil>> Acesso em: 06/03/2019 às 16:05

termos pejorativos que se inscrevem nos corpos das mulheres, de forma a demarcar nomes e significados de objeto/coisa/mercadoria.

Como mola propulsora para os exemplos seguintes, as Manifestações de 2013²⁰, iniciaram-se com o aumento das passagens de transporte público em vários Estados no país. Nasce do movimento estudantil e trabalhadoras/es e que levou mais gente a rua do que os pedidos de impeachment em 21 anos antes. Houveram uma série de confrontos entre a polícia militar e os manifestantes, essa mobilização originou o movimento passe livre e contou com a participação dos diversos segmentos sociais. Em início de 2014 em cerne as eleições presidenciais, estabelece-se uma polarização de enfrentamentos sociais e os significados de processos históricos e suas influências na derrocada de um governo. Essa retomada de poder resultou a presidenta Dilma Rousseff²¹, em assédio moral, social e político enquanto mulher.

Em outubro de 2015, as mulheres de várias cidades do país, se articularam via redes sociais (internet) para pontuar contrariamente ao sexismo sócio-político. Essa explosão social se deu por conta de comentários de homens adultos numa rede social, sobre uma criança de 12 anos, participante do Master Chef Brasil (reality show). As organizações de mulheres lançaram a hashtag #primeiroassedio e em quatro dias receberam 82.000 mensagens, em que os abusos ocorreram na medida de 09 a 10 de cada mulher. Num paralelo de desmontes sociais, o congresso brasileiro e sua bancada cristã (bala-boi-bíblia), se posiciona numa tentativa de dificultar o aborto legalizado em vítimas de estupro permitidos por lei, essa é Primavera das mulheres 2015²².

Mais de 50.000 mil mulheres reuniram-se em Brasília-DF para a 1ª Marcha Nacional das Mulheres Negras no ano de 2015²³. Num unísono de vigor juvenil e sabedoria popular das mulheres mais velhas, a manifestação foi um misto de reconhecimento ancestral, que teve a participação de entidades, movimentos, grupos, organizações de resistência dos movimentos negros e outros movimentos sociais. De organização e autogestão, as mulheres negras movem o mundo! A luta de antes é parte das conquistas subjetivas e coletivas das mulheres, e a partir de experiências feitas e o compartilhamento de suas vivências, constroem saberes próprios. É que um debate que se faz necessário para o movimento da pesquisa, tida aqui não como consequência, e sim fatores que relacionam forças históricas na inserção nos espaços de lutas e de resistências.

²⁰Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703> 13:20

²¹ (CONSULTAR ANEXOS I e II).

²²Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html às 12:39 02/03/2019

²³Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-forca-das-nossas-ancestrais/> 12:49 02/03/2019

É com toda essa trajetória, que se segue no tópico seguinte a abordagem de autoras negras sobre Feminismo Negro e a direção política desta pesquisa. Nesta direção, se pensa a dissertação como análise de conteúdo das músicas, como símbolos de representatividade e resistência num caminho de ideologias e concepções sociais em sua disseminação na democratização de mídia. Ressalta-se, que esse debate correlacional de forças é para o fortalecimento na produção feminista de conteúdo acadêmico.

1.2 Feminismo das pretas bate forte, mó treta²⁴

Aqui o trabalho percorre muitas produções, em sua maioria de mulheres, que traçam sua história por não haver concordância com a que é contada como verdade universal. A ideia é apresentar esse processo de violência de gênero como parte estruturante das relações sociais, de mercado, leis, e em como é parte da concepção racista sexista heterossexual de sociabilidade. As opressões de gênero e raça implicam por sobre os corpos de mulheres negras: racismo e abusos de gênero.

Racismo, neste contexto é um conjunto de opiniões pré-concebidas com o intuito de valorizar algumas características biológicas entre pessoas, e impregna um valor de superioridade de acordo com seu pertencimento racial (CONCEIÇÃO, 2013). O racismo é capa de uma relação de poder que se expressa em fatos históricos, num olhar estrutural, é o que o considera por um processo histórico-político, como característica institucional nos espaços e instituições de poder (ALMEIDA, 2018).

Existe uma diferença entre racismo e preconceito, visto que posta essa superioridade racial de brancos por sobre negros, o preconceito é a perspectiva de julgamento sócio moral a partir de uma construção histórica, baseada nas relações de colonização e furtos de territórios, religiões, identidades, ancestralidades e corporalidades. Essa relação pré-estabelecida estigmatiza e constrói estereótipos (TEIVE, 2006), que derramam sobre corpos negros condições de existência em mundo que eles não conheciam. Utilizam-se da categoria “mulheres” para destacar que a mulher negra brasileira teve sua identidade como sujeita política negada na história do país. Os estigmas, estereótipos e lugares comuns que permeiam uma memória coletiva foram potencializados por uma sub valoração de status, na tentativa de um ideal de branqueamento da população (CASTRO, 2013).

²⁴ Participação de Drik Barbosa na música Mandume (2015) que conta com mais cinco cantores negros: Emicida, Amiri, Rico Dalasam, Muzzik e Raphão Alaafin.

O sistema escravagista definia o povo negro como propriedade. As mulheres negras nessa situação não eram diferenciadas como biologicamente mais frágeis que os homens, eram nas palavras de Davis (2016, P. 17), “[..] unidades de trabalho lucrativas para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero”. A autora ainda afirma que o padrão de feminilidade construído no séc. XIX que designava o papel de mulheres-mães como parceiras, protetoras e donas de casa amáveis, as mulheres negras eram praticamente anomalias (DAVIS, 2016). À essas mulheres nunca lhes foi dada essa condição reivindicada pelo feminismo tradicional, não se teve oportunidade de escolha ou espaço para reivindicar.

O movimento de mulheres negras traz em seu resultado, experiências e lutas sociais com ganhos significativos e institucionais, de maneira autônoma para suas organizações e entidades políticas. Isso não significa dizer que o racismo diminuiu, apenas demonstra que ele se ressignifica no processo histórico de acordo com as variações sistêmicas da economia (MOREIRA, 2007).

O movimento contemporâneo de mulheres negras emergiu no bojo da luta feminista e antirracista da década 1970. Constata-se que a presença mais organizada das mulheres negras no movimento feminista em nível nacional e continental a partir de 1985 tem colocado em cena novas questões. Ao longo dos anos foram realizados onze Encontros Nacionais Feministas (ENF) ocorrendo o crescimento do número de participantes assim como a presença efetiva de setores que passam a ter interferência neste movimento como as mulheres dos movimentos sindical popular e negro no âmbito da América Latina e Caribe essa mesma ampliação e desvendar o que se quer dizer com especificidade quais os diferenciais entre as mulheres brancas e negras Gonzales (1980), demonstrou em alguns aspectos como a mulher negra e vista em nossa sociedade. O racismo constitui uma sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido acentua-se a articulação com o sexismo produz efeitos de violência sobre a mulher negra no engendramento da mulata e da doméstica fez-se a partir da figura da mucama.

Núbia Oliveira (2007), afirma que muitas mulheres do movimento de mulheres negras “[...] tiveram experiências políticas no feminismo tradicional e no movimento negro” (P. 56). Na segunda metade do século XX, além de discordâncias conceituais e políticas, o uso da categoria “mulher” passou a ser criticado mais fortemente por outros grupos de feministas, dentre elas as mulheres negras, índias, latino-americanas, mestiças, lésbicas, pobres e trabalhadoras. Nota-se, no entanto, que manifestações que expressavam as diferenças entre as mulheres, neste caso das mulheres negras, haviam marcado a luta política e se faziam presente no século XIX.

O discurso “Ain’t I a Woman?” - Não sou uma mulher? -, proclamado por Sojourner Truth, uma ex-escrava afro-americana ativista dos direitos dos negros, denunciou o posicionamento de pastores que afirmavam que as mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens. Eles consideraram-nas seres frágeis e incapazes, no entanto ela rebate que:

Ali aquele homem diz que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens, para passar a sarjetas e para ter sempre, em qualquer lado os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir às carruagens, ou me dá o melhor lugar e não sou eu uma mulher? Olhem para mim, olhem para os meus braços. Eu lavei, eu plantei, eu armazenei e nenhum homem me passava à frente. E não sou eu uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto como um homem, e comer tanto (sempre que arranjasse comida) como um homem. E igualmente suportar o chicote! E não sou eu uma mulher? (BIROLI; MIGUEL, 2013, p. 11).

É necessário o reconhecimento das diferenças no âmbito da luta feminista, e o que isso projetou para àquelas que não estavam incluídas em grande parte dos pleitos e análises desenvolvidas pelos grupos de mulheres e feministas. Ou seja, a categoria “mulher” não abrangia a sua representatividade e era preciso dar visibilidade a suas demandas. É importante destacar que os processos caracterizados em ondas feministas no item anterior desta dissertação, foram e são importante para os avanços dos movimentos feministas, de mulheres, movimentos sociais, contudo a bagagem histórica da formação das sociedades não está isenta das estruturas discriminatórias e exploratórias postas frente o convívio social.

As trabalhadoras não se uniram em massa para levantar a bandeira do sufrágio até o início do século XX, quando suas próprias lutas criaram motivos especiais para que reivindicassem o direito ao voto. Quando as mulheres da indústria de confecções de Nova York entraram em greve durante o inverno particular de 1909-1910, no famoso “Levante das 20 mil”, o voto começou a adquirir particular relevância para a luta das trabalhadoras. Como as líderes operárias começaram a argumentar, as trabalhadoras poderiam usar o voto para exigir salários mais altos e melhores condições de trabalho (DAVIS, 2016). O sufrágio feminino poderia servir como uma arma poderosa na luta de classes. Depois que o trágico incêndio da empresa Triangle Shirtwaist, em Nova York, tirou a vida de 146 mulheres, a necessidade de uma legislação que proibisse condições de trabalho insalubres para as mulheres se tornou drasticamente óbvia. Em outras palavras, as trabalhadoras precisavam do voto a fim de garantir sua sobrevivência (DAVIS, 2016, p. 148).

O feminismo é dessa forma, o movimento de mulheres que luta por uma sociedade equânime, com possibilidade de debate e produção de contribuições sobre a temática feminista,

além de significativamente enfrentar as violências de gênero e raça. É via feminismo que as mulheres alcançam e alcançaram conquistas em âmbito político e social (ASSIS, 2018).

O feminismo interseccional originou-se da militância das feministas negras estadunidenses, que desde o final da década de 1960 introduziram o conceito, disputando espaço dentro de um feminismo predominantemente branco. Ao pensar classe, raça, gênero, sexualidade com partes integradas, se traça uma retomada histórica que fortalece a construção dentro de outra perspectiva, dessa maneira a interseccionalidade:

[...] impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explícitas (AKOTIRENE, 2018, P. 38-39)

A interseccionalidade para Carla Akotirene²⁵ (2018), possibilita pela estrutura pelo racismo, capitalismo e heteropatriarcado, “[...] em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões [...]” (AKOTIRENE, 2018, P. 42). A autora expõe que reivindicações identitárias que estejam ausentes da identidade coletiva, “[...] não atravessam tais identidades fora da categoria de outros” (AKOTIRENE, 2018, P. 43), e mais, é a identidade na qual o racismo participa ao engendra-se em outras estruturas. Desta forma, a escrita nesta dissertação se propõe antirracista. É em cerne a esse contexto estabeleceu-se a dúvida: Onde estavam as mulheres negras? Davis (2013) responde:

A assunção que a emancipação transmitiu aos escravos a igualdade às mulheres brancas – ambos os grupos pediam o voto para completar a sua igualdade na sociedade – ignorando a precariedade absoluta das pessoas negras recentemente “libertadas” durante a era pós-guerra civil. Enquanto as algemas da escravatura não foram quebradas, as pessoas negras continuaram a sofrer a dor da privação econômica e a confrontaram-se com a violência terrorista das multidões racistas numa forma tão intensa como na escravatura. (DAVIS, 2013, p. 62)

É então de uma abordagem interseccional, em resposta à influência do feminismo eurocentrista na luta política das mulheres (RIOS; RATTTS, 2015). Essa forma de resistência é

²⁵ Assistente Social no município de Salvador, é mestra e doutoranda em Estudos Interdisciplinares de Gênero, Mulheres e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) Concentra estudos sobre racismo e sexismos institucionais nas penitenciárias femininas e coordena a Opará Saberes, projeto de extensão universitária na instrumentalização teórico e metodológica de mulheres negras candidatas ao mestrado e doutorado em universidades públicas.

o que Davis (2013) se referia a realidade dos Estado Unidos da América, quando traçava a dicotomia nas pautas abordadas pelo feminismo em sua primeira e segunda onda, porquanto a briga para deixar os lares já não era uma escolha para as mulheres negras, elas já trabalhavam cuidando da casa e dos filhos das mulheres brancas classe média/alta. De modo objetivo, no Brasil, o feminismo passa pela primeira onda com a articulação de mulheres pelo direito ao voto e a vida pública sem necessidade de autorização de uma figura de representação masculina (RIBEIRO, 2017), a autora discorre que nos anos 1970 há uma crise da democracia em que a segunda onda se inscreve pela ênfase na luta da “[...] valorização do trabalho feminino, direito ao prazer e contra a violência sexual, essa geração combateu a ditadura militar” (RIBEIRO, 2017).

Como marco da segunda onda feminista, em seu livro “A Mística Feminina”, Betty Friedan (1971), analisa o trabalho público como uma das principais bandeiras feministas do século XX. Ela pressupunha nesse raciocínio, que as mulheres não trabalhavam na década de 1950, e naquele momento era hora de repensar o espaço doméstico e sua estrutura.

Hooks (2004), salienta que Friedan, apesar de realizar uma discussão útil acerca dos impactos da discriminação sexista, considerou apenas um seletivo grupo de mulheres, e ignorou o corpo das negras e brancas pobres para qual o trabalho existia e as explorava. No séc. XIX os movimentos de mulheres também eram contaminados pelo preconceito de classe (DAVIS, 2017). Em virtude disso, as estratégias de luta subsidiavam-se na condição específica das mulheres brancas, numa desarmonia com sinais de emancipação da classe trabalhadora (DAVIS, 2017), é simples, não se queria perder o privilégio de que desfrutavam/desfrutam enquanto classe social.

O movimento feminista negro contou com as produções de Celestine Ware, Michele Wallace Barbara Smith e Angela Davis, dentre outras (HOOKS, 2017), que se fizeram história e memória para as conquistas das mulheres negras. O feminismo negro vale-se do ganho de força durante a segunda onda em que ‘National Black Feminist’ nos E.U.A em 1973, em que feministas negras passaram a escrever sobre o tema reivindicando seu lugar social (RIBEIRO, 2018). A relação das mulheres negras com o movimento feminista acontece no III Encontro Feminista Latino-Americano em Bertioga no ano de 1985. É lá em que emergem os primeiros coletivos de mulheres negras, iniciam-se encontros estaduais e nacionais para articulação da visibilidade da mulher negra no campo feminista.

Na terceira onda no início dos anos 1990, quando se encaminham discussões que passam pelas opressões e em como estas são diferentes entre as várias corporeidades de mulheres. O discurso universal causa alvoroço, pois ao questionar o viés eurocentrista do feminismo

brasileiro, que se ancora em uma noção de cultura universal, Lélia González (2011), discute que a realidade se traduz na cultura ocidental e, principalmente, na invisibilidade da história de luta e resistência das mulheres negras brasileiras. A terceira onda toma caráter sindical e trabalhista na América Latina (ASSIS, 2018)

Associada a essa chave interpretativa, projeta a crítica ao mito da democracia racial e ao projeto de branqueamento. Esse projeto que ocorreu no Brasil e em alguns países da América Latina, é a violação colonial estruturante e camuflada em miscigenação, que não reconhece a origem da identidade nacional no estupro de senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas (CARNEIRO, 2013). Quando se compõe a base da sociedade numa hierarquia sustentada pela teoria de que uma raça é superior a outra, o racismo se faz presente em todas as esferas sociais.

A luta das mulheres “amefricanas” (termo utilizado por Lélia Gonzalez) e ameríndias do Brasil e de outros países da região, reivindicam um feminismo afro-latino-americano, em que ocorre, antes de mais nada: reconhecimento racial (GONZÁLEZ,2011). A autora parte de uma leitura para o fato de que o feminismo deveria trabalhar e se debruçar teoricamente sobre as diversas formas de opressão da mulher, entre elas a de raça e de classe social. Em seus escritos existem referências às mulheres negras de várias classes sociais e de distintas áreas geográficas, como as mulheres do morro, da favela, do subúrbio ou de locais de ascensão social.

O feminismo negro entra em cena com os trabalhos das feministas negras na década de 1980, elas tornam-se símbolos intelectuais de ativismo, e para afirmar sua corporalidade e existência somaram força afim de garantir a crescente visibilidade às mulheres negras e que afrontaram/afrontam as representações constitutivas, tomando por base o refutar do mito da democracia racial (RAGO, 2011). Ao identificar as especificidades vivenciadas por mulheres negras na vivência de opressões que acontecem com mulheres brancas, e ter o fator raça como aliado no estereótipo e objetificação, o feminismo negro torna-se dessa forma “[...] um aliado para a discussão sobre as opressões da mulher negra, pois discute e pauta lutas no sentido de desconstruir e derrubar padrões socialmente naturalizados, que posiciona a mulher negra no grupo inferiorização pela sociedade e que conseqüentemente mais sofre violências” (ASSIS, 2018)

Delineia-se como destaque que o feminismo negro “[...] não é meramente uma luta identitária, até por que branquitude e masculinidade também são identidades. Pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos” (RIBEIRO, 2018, P. 07). Djamila ainda traz a reflexão que ao conhecer apenas uma narrativa, e esta reduz os negros à escravidão, pontua toda a carga escondida nos navios negreiros, como se as pessoas escravizadas não

tiveram/têm resistências. No contexto do Movimento feminista, a resistência em considerar as especificidades em razão das opressões de raça e gênero nas vivências das mulheres negras, levou as feministas negras da diáspora a buscarem outras perspectivas que se aproximassem da sua realidade (CURIEL, 2009).

O racismo se utiliza das características fenotípicas que permeiam a construção racial para legitimar a hierarquização de um grupo em relação ao outro e, —mediante discursos e práticas, assegurar [...] a manutenção de um status quo (MOORE WEDDERBURN, 2007, p. 16). Dessa forma, ao relacionar as características fenotípicas às dimensões da vida social, moral e intelectual, o ideário racista justifica as desigualdades raciais e omite a estrutura racista da sociedade.

As características fenotípicas dos grupos raciais determinarão quais serão alvos de tratamento desigual e diferenciado e experimentarão obstáculos quanto à garantia dos direitos sociais, educacionais, religiosos e políticos (SANTOS, 2011). Os indivíduos que possuam aspectos físicos que se aproximem do grupo marginalizado estarão mais sujeitos a vivenciarem das adversidades a que este grupo está exposto. O termo colorism traduzido no Brasil como —colorismo, cunhado pela escritora negra norte americana Alice Walker (1982), vem ganhando visibilidade para chamar a atenção sobre a categorização e hierarquização das diferentes tonalidades de pele do grupo racial negro. Neste processo, privilegiam-se os negros de pele clara em detrimento dos de pele escura, pois, —a categorização segmenta o meio social em classes, cujos membros são considerados como equivalentes em razão de características, ações e intenções comuns (JODELET, 2001, p. 60).

O silenciamento em torno da questão racial no Brasil reforça a ideia do —branco enquanto modelo de humanidade e o negro como —exótico, diante disto, as consequências negativas das desigualdades raciais são tratadas como um problema do —negro. (BENTO; CARONE, 2002). É fundamental delimitar aqui a emergência em abolir expressões comuns naturalizadas de maneira que se reafirma que “A miscigenação racial em nossa sociedade vem se prestando a diferentes usos políticos e ideológicos” (CARNEIRO, 2011), de forma que a pauperização tem cor no Brasil, de acordo com dados apontados por Rita Izsák, relatora especial das Organizações das Nações Unidas sobre questões de minorias, os negros brasileiros correspondem a 70,8% de todos os 16,2 milhões que vivem atualmente em situação de extrema pobreza. Conforme dados do IBGE, em 2014, 76% dos mais pobres no Brasil são negros, número que aumentou muito se comparado com 2004, em que o número estava em torno de 73%. O Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, destaca que:

As discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza, a influenciar seus preditores e, conseqüentemente, suas estratégias de superação. Neste sentido, são as mulheres negras que vivenciam estas duas experiências, aquelas sempre identificadas como ocupantes permanentes da base da hierarquia social. A distribuição de recursos na sociedade é profundamente marcada pela condição de raça e gênero dos indivíduos. O debate tradicional sobre as desigualdades de gênero não raro obscurecia a heterogeneidade dos grupos de mulheres, dando centralidade às questões enfrentadas pelas mulheres das classes dominantes. O reconhecimento da diversidade das experiências, especialmente a partir da introdução da variável étnica e racial, permitiu aproximações para incorporar, à perspectiva feminista, a complexidade da realidade das mulheres, dos papéis que assumem e das expectativas a elas direcionadas. (IPEA, 2013, p. 109)

Quando há reconhecimento do que as raízes ancestrais simbolizam na realidade de muitas pessoas nos dias de hoje, é um passo importante na mobilização e organização das mulheres negras que não aceitaram a falta de representação de suas demandas como parte do todo do movimento feminista considerado universal (COELHO e GOMES, 2015). É com essa direção sócio-política, que Carneiro (2013) enfatiza a urgência em ‘Enegrecer o Feminismo!’, por que seu significado demarca e instituí, nas palavras da autora, um peso diferencial sobre a questão racial e sua configuração na elaboração de políticas demográficas e na caracterização da questão da violência e em uma série de espaços e lugares em que o racismo institucionalizado e naturalizado passa despercebido em opressões veladas, já que não há o reconhecimento das violências (ASSIS, 2018). Quando se politiza as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos (CARNEIRO, 2003, P. 119). Delimita-se aqui que o “[...] antirracismo não garante a ausência do machismo” (MALTA e OLIVEIRA, 2016, P. 59), que mesmo em organizações pautadas na não violência racial, a construção de masculinidade está atrelada a condição socio-política-histórica-econômica do sujeito.

Como corpo da quarta onda feminista, o feminismo negro brasileiro, via redes sociais, amplia o alcance e multiplicação da informação por intermédio do compartilhamento de seus textos políticos em blogs, sites, páginas em aplicativos, Twitter, Youtube. Com a possibilidade de narrar histórias em plataformas digitais (MALTA e OLIVEIRA, 2016), jovens negras tem construído essa rede de distribuição de informações. É dessa forma que este trabalho se costura com o feminismo e sua mola de movimento da sociedade, as músicas estão inscritas nesse processo da quarta onda feminista e em destaque neste tópico a ‘Dona de Mim – de IZA’, dá voz a uma representatividade diferente da tida como comum, e considera-se até aqui que as raízes coloniais, racistas, sexistas imprimem um prisma nos corpos femininos.

O racismo e sexismo se cruzam na responsabilidade em manter as relações de poder e em como se organizam via convívio social, e os corpos negros são condicionados a população negra e não acesso à educação formal. A esses grupos de pessoas, são negligenciados e omitidos espaços de poder e por conseguinte, produção de conhecimento (MALTA e OLIVEIRA, 2016). Com os avanços de democratização de mídia e do acesso instantâneo às realidades mostradas pelas outras pessoas, foi possível que outras maneiras de representatividade ganhassem espaço. Iza, tem na letra de sua música um conteúdo muito simples, direto e pouca exploração de termos utilizados no cenário de militância, ela traz em sua pele o significado de que é ela estar ali.

Quando se trouxe a quantidade de visualizações, curtidas, não curtidas no item anterior, é para que se faça esse comparativo, uma vez que isso se torna um trabalho. Hoje as pessoas são profissionais na internet, youtubers (publicam vídeos dos mais variados temas em sua página e recebem por isso), digital influencer, é que o compartilhamento de informações de todo tipo que constrói processos coletivos, e redirecionam os espaços midiáticos e uma nova informação produzida como multidirecional (MALTA e OLIVEIRA, 2016).

Numa revisita ancestral, a afirmação de corporalidades negras em lugares de poder e contribuem sem objeções para o rompimento da lógica do embranquecimento. Em seu clip Iza traz elementos fortes dessa simbologia, ela é a figura de representação onipresente e desta forma caracteriza-se como quem tudo vê, protege, num processo de divino/sagrado. Seus figurinos demarcam via boina, uma analogia aos Panteras Negras, sendo um grupo revolucionário americano, surgido na década de 1960 para lutar pelos direitos da população negra. Fundado em outubro de 1966, o grupo nasceu prometendo patrulhar os guetos (bairros negros) para proteger seus moradores contra a violência policial (CONSULTAR ANEXOS III E IV).

A internet incorpora-se também em outras definições enquanto onda feminista, já que a cibercultura intensifica o saber partilhado numa apropriação de bens simbólicos, é a junção da cultura local e tradicional que modifica as relações sociais e reforça as influências mútuas (MALTA e OLIVEIRA, 2016). Como principal local de denúncia, as redes de compartilhamento de informações e interações, traz em seus aspectos políticos a mobilização para atos públicos de manifestações. Os corpos estão inscritos nesse movimento na capacidade de percepção de resgate de sua beleza natural e respeito com sua ancestralidade, dessa forma espalha-se fotos, vídeos, textos, produções de modo geral feitas por pessoas negra.

O movimento de mulheres negras se apropria desse espaço e utiliza de suas ferramentas para fazer as experiências teóricas chegarem como uma sororidade que reconheça a existência de outros corpos. O outro lado dessa experiência são os ataques racistas nos perfis aqui recortados como personalidades públicas negras. As atrizes: Thaís Araújo, Sharon Menezes,

Cris Viana, dentre outras tantas, as cantoras: Ludmila, Preta Gil, Luedji Luna, Elza Soares e inúmeras mulheres, tiveram e tem suas páginas carregadas de ofensas e injúria racial²⁶.00:00/00:23

A jornalista foi alvo de comentários racistas na página do Jornal Nacional em uma rede social. Alguns internautas escreveram comentários racistas em uma publicação que tem uma foto da jornalista. Mobilizações via redes sociais eclodiram no Twitter, com a hashtag #SomosTodosMajuCoutinho²⁷ chegou ao topo dos tópicos mais comentados. Em razão disso as hashtag²⁸, ganham uma popularização e uma maneira de falar sobre o assunto. E num caráter de denúncia, é preciso considerar também que os espaços que são os responsáveis pela aplicação da justiça e garantia de direitos estão inseridos nessa estrutura racista e meritocrática, o que acarreta dessa forma um não cumprimento dessas leis e violando novamente os corpos negros com a institucionalização da violência discriminatória e de segregação. A internet se define como instrumento de exposição de opiniões, racismos e outras questões.

Em 2015 pela implosão das redes sociais, organizaram-se marchas em todo o país com o nome de Orgulho Crespo. O objetivo era de juntas a população negra num reconhecimento plural de seus traços étnicos e negritude, num local em que estiveram ativistas, blogueiras, militantes sociais que abarcam a estética negra. Essa articulação feita via redes sociais, é fortalecimento a autoestima da população negra que criminaliza e subalterniza seus corpos dentro de um padrão social. A Marcha do Empoderamento Crespo, inflama o enfrentamento do racismo e a valorização de traços estéticos, num legado de movimento social para transformação cultural:

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de práticas transformadoras (CASTELLS, 2013, p. 20)

²⁶ A injúria racial e o racismo são crimes previstos pela legislação brasileira. A injúria racial está definida pelo artigo 140, parágrafo terceiro do Código Penal, enquanto o racismo está previsto na Lei nº 7.716/89. A injúria racial é considerada um crime contra a honra, e consiste na ofensa à dignidade ou decoro de alguém, utilizando-se elementos referentes à raça ou cor. O racismo consiste em um rol de diversas condutas discriminatórias direcionadas a um grupo devido à sua cor, raça, etnia ou procedência nacional. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/injuria-racial-e-racismo/>> acesso em 05/03/2019 às 21:46H.

²⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2015/07/maria-julia-coutinho-maju-e-vitima-de-racismo-no-facebook.html> - 05/03/2019 às 21:54h.

²⁸ São compostas pela palavra-chave do assunto antecedida pelo símbolo cerquilha (#). As hashtags viram hiperlinks dentro da rede, indexáveis pelos mecanismos de busca.

Numa conjuntura nacional de criminalização dos corpos negros, lésbicos, de mulheres, pessoas travestis e transexuais, corpos não binários e outras identidades, Castells (2013) corrobora as potencialidades das organizações sociais, em que as redes sociais se tornam ferramentas de transformação e principalmente de informação. Desde o processo de impeachment de Dilma Rousseff e numa criminalização massiva dos movimentos sociais e pessoas que ocupam lugares de representação e poder, organizou-se via espaços de mídia manifestações diversas para o respeito das existências.

A vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, mulher negra, periférica e lésbica, foi morta a tiros dentro de um carro na Rua Joaquim Palhares, no bairro do Estácio, na Região Central do Rio, no dia 14 de março de 2018. Além da vereadora, o motorista do veículo, Anderson Pedro Gomes, também foi baleado e morreu. A principal linha de investigação da Delegacia de Homicídios é execução. Em virtude disso, nas redes sociais também houve muita manifestação. De acordo com o levantamento da Diretoria de Análises de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), das 22h de quarta-feira (14), quando o assassinato aconteceu, até às 18h de sexta-feira (16) ocorreram 84,6 mil tuítes em inglês e 133 mil em espanhol de apoio a Marielle Franco.

Os grupos se organizaram novamente via redes sociais e as manifestações reuniram mais 300 mil pessoas em todo país segundo o site O Estadão. O que só reforça o papel essencial de combate frente às formas de extermínio do povo negro. Utilizam-se de movimentos sociais na internet para além de representatividade, e sim participação de agendas políticas da sociedade. No clip de Iza, aparece uma nova corporalidade de destaque para compor esta análise, a de transexualidade.

No item seguinte irá se traçar um pouco dos marcos de análise da transexualidade e possibilidades de ampliação do debate. É importante destacar que as existências quanto menos padronizadas tendem a serem mais violadas. Dessa forma, ao dispor desta discussão neste trabalho é uma aproximação com teorias e a constituição dos direitos humanos como estratégia de sobrevivência e resistências dessa população.

1.3 Corpos e binariedade: uma discussão inicial

No decorrer da pesquisa apareceu uma categoria de análise desconsiderada até então. No clipe ‘Dona de Mim’ de Iza, na cena do tribunal em que a ré é uma mulher negra, Iza é a única mulher num júri de homens brancos e a advogada que também é negra, é uma mulher trans. No clipe não há nada que possa identificá-la como tal, no entanto, por considerar a história

da música e a forma em que foi divulgada, traz uma entrevista da cantora com as três personagens apresentadas (separadamente) no videoclipe, e é em virtude disso que são compartilhadas essas informações.

Quando Iza e sua produção decidem que a história terá personagens reais para serem protagonistas, numa intenção afirmada por eles ‘de mostrar a vida das mulheres reais, comuns’. Durante a entrevista com Marcella, ela diz: “Sempre soube onde queria chegar e quem eu sou. Não gosto do rótulo que sou muito bonita para ser trans – que eu pareço uma mulher. Eu sou uma mulher!” Na construção da história do clipe, é importante considerar que além do coro de mulheres na igreja (final), a advogada interpretada pela atriz, é a única pessoa que canta juntamente com Iza, fato que será explorado no decorrer dos próximos capítulos dessa pesquisa.

Delineado o porquê desta intersecção, o diálogo nesse item percorre as vivências não binárias e transexuais. A divisão binária de sociedade surgiu no séc. XVIII como diferença entre homens e mulheres, até então o monismo sexual – único sexo – era o delimitador dos papéis de gênero (JESUS e ALVES, 2015). A socióloga Berenice Bento (2006) diz que em 1910 o termo ‘transexual psíquico’ era como designava o comportamento de pessoas não padrão. No final dos anos 1940, autores como David O. Cauldwell (1949), Harry Benjamin (1953), John Money (1955) dentre outros, retomam o ‘fenômeno transexual’, e seus estudos como médicos e acadêmicos traçam teses sobre identidades trans como disforia de gênero (DIAS e ARAÚJO, 2017).

A ciência hegemônica” começa então falar em gênero e sexualidades, tomando por base a ideia de que os corpos devem cumprir suas funções sociais, com papéis determinados ao passo que essas deliberações se dão a partir da construção dos dispositivos da sexualidade (BENTO,2006). As identidades trans²⁹ ainda são consideradas transtornos e médico-patologizadas, porque para a afirmação de uma identidade transexual num corpo é preciso fazer uma série de exames e avaliações. Esses dispositivos da sexualidade, embebecidos da teoria foucaultiana, são para Bento (2006), um aglomerado de históricos médicos detalhados, testes psicológicos, sessões de terapia num período de dois anos ininterruptos³⁰.

Quando os significados culturais do gênero assumem o prisma do corpo sexuado, imbrica uma relação contínua de afirmações identitárias. Butler (2017, P. 26), explana que “levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos”. A sociedade determina parâmetros e

²⁹ Consideradas aqui todas as pessoas que têm identidades dissidentes ao gênero atribuído ao corpo em seu nascimento.

³⁰ Processo Transsexualizador - Ministério da Saúde - Secretaria de Atenção à Saúde - PORTARIA Nº 457, DE 19 DE AGOSTO DE 2008.

regras para os sujeitos do que é ser homem e ser mulher, à vista disso, ancorada em Scott (1990), considera-se para este trabalho que a categoria de gênero se tornou útil na compreensão das relações sociais e debates de sexualidade.

Essa discussão perpassa por processos de invisibilização, uma vez que as relações sociais ao produzir meios de existências não reconhecidas, contribuem para a manutenção da ordem social (ALMEIDA, 2018). Gênero é um conceito das Ciências Sociais, que emergiu nos anos 1970 e está relativo à construção social do sexo, é a “distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e à dimensão biológica dos seres”³¹. O uso do termo gênero expressa todo um sistema de relações que inclui sexo, mas que transcende a diferença biológica. O termo sexo designa somente a caracterização genética e anátomo-fisiológica dos seres humanos, já o gênero:

[...] torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p. 75).

Compreende-se gênero como a organização social da relação entre os sexos, ou de acordo com a gramática, é um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes (SCOTT, 1889). A autora ainda discorre sobre a dificuldade das feministas americanas com o termo determinismo biológico apontando a diferença sexual, o que correspondia como justificativa para as definições normativas das feminilidades. Isto significa dizer que os corpos predisõem uma construção e que ao contrapor, estes são punidos severamente pela ‘moral e bons costumes’.

Nesse sentido, Laquer (2001) discorre que sexo é uma invenção, e que com estudos mais aprofundados, a forma em que o indivíduo percebe o corpo modificou-se. “A biologia, o corpo estável, não histórico e sexuado - é [...] fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social (LAQUER, 2001, P. 18). Os corpos dentro dessa ordem, vestem-se de regras e normas ignorando a subjetividade e suas limitações (ALMEIDA, 2018). Desse modo, a genitalização de identidades dá forma as relações sociais, estruturando-as (BENTO, 2006).

³¹ Heilborn ML. De que gênero estamos falando? *Sex Gênero Soc.* 1994; (2): 1,6.

Essa realidade é o que expõe nossa sociedade, a “ordem compulsória” que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais (BUTLER, 2017), isso significa desconsiderar a existência de outras existências. Por conseguinte, a representação para Butler (2017), tem operado em cerne a um processo político que amplie a visibilidade e legitimidade dos corpos como sujeitos políticos. Ao assentar-se a afirmação de que:

[...] alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não por que os traços predefinidos de gênero da pessoa transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas por que o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e por que o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades exclusivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente é produzida e mantida (BUTLER, 2017, p 21)

O contraponto aqui é que o conceito de mulher abrange apenas as cisgênero, que são pessoas que se identificam com a determinação biológica que nasceram, visto que identidades dissidentes do pertencimento de gênero existem e não se encaixam nessa normatividade, pessoas trans, travestis, agêneras, transgêneras, não binárias e outros corpos autoidentificatórios estão entre os mais 30 gêneros caracterizados³². As categorias sexo e gênero estão entrelaçadas, pois estabelecem um diálogo fora da institucionalização dos corpos.

“Esses corpos se constroem no decorrer de suas vivências e se fortalecem nelas” (ARAÚJO e DIAS, 2017. p. 13). A história reúne na Revolta de Stonewall, lésbicas, gays, travestis, transexuais nos E.U.A, como grupo de manifestantes na luta contra epidemia de HIV/AIDS em 1969, um grupo diverso de organização política e diversidade sexual que resistiu a repressão policial, e em julho do ano seguinte nasce marchas pelo ‘orgulho gay’ em vários estados. Butler (2017), é precursora nos debates de corpos e performatividades, que consistem em dispor de ferramentas políticas para sua potência individual, porque para a autora, quando se obriga adotar a sequência linear entre sexo-gênero-desejo-prática sexual, apenas se legitima a heterossexualidade compulsória, a heteronormatividade exigindo padrões de comportamento em nível de convívio social.

Para além da compreensão da heteronormatividade e a divisão binária de sociedade, as cisgeneridade são as atribuições culturais de gênero, uma vez que normatizadores, de caráter violento influem nas existências de corporalidades (VERGUEIRO, 2015). Nessa sequência, na

³² Disponível em: < <https://orientando.org/listas/lista-de-generos/> Acesso: 07/03/2019 às 18:07h.

cisgeneridade apresentam três aspectos correlacionados: pré-discursividade, binariedade e permanência dos gêneros sob ‘padrões eurocolonizatórios’ (VERGUEIRO, 2015). Dessa maneira, para Scott (1889), é possível problematizar identidades via reconstituição de análise das experiências dos sujeitos e permite problematizar não identidades, mas sim processos sociais envolvidos em sua construção.

Essa concepção de superioridade e domínio é uma característica de governos ditadores, fascistas, tomando o fascismo como forma do autoritarismo quando ele se torna radical. Há em todo Estado essa semente porque a ‘ordem’ em si mesma, a ordem própria ao Estado, é sua essência” (TIBURI, 2016, P. 27). Por que para a manutenção dos grupos hegemônicos no poder, utilizam-se de estratégias de segregação com corpos que fogem de um padrão econômico, social, físico e histórico. Numa abordagem generalizadora, os sistemas de governo das sociedades contemporâneas “[...]costumam generalizar suas concepções de mundo a partir da crença de que sexo seja algo universal (todos os seres vivos teriam sexo), binário (macho e fêmea) e globalizante das identidades e papéis sociais, essa crença se mostra falaciosa, quando considerada as vivências de diferentes povos e grupos sociais” (HERDT, 1996).

Sobrescritos nessa historicidade, os corpos demarcados de gênero, são relacionais, políticos, aquém das bases biológicas, e sexo como algo natural entre os seres humanos, papéis que exercem no convívio social sem restrições de sexualidade (HEILBORN, 1998). É pensar que as existências em corpos não é uma escolha e sim uma condição intrínseca ao ser. As normatizações e regras reproduzem comportamento de engrenagem da máquina, isto é, quando se afirmam os eixos estruturantes de formação das sociedades, tais como: racismo, violência de gênero, heteronormatividade, dentre outros, como raízes históricas que implicam numa determinada conjuntura respingam concepções e travam conflitos entre os povos.

Esses conflitos geram as violências, antagonismos e contradições de classes, fruto da relação entre Capital X Trabalho. Como constituição social, o gênero, “[...] não se sustenta posto que se atravessado por diversos aspectos culturais, étnicos, raciais, políticos e econômicos, seriam possíveis inimagináveis tipos de gênero” (FOCAULT, 2017, P. 02). É dessa forma, que se institui em práticas reguladoras legítimas para imprimir uma matriz de normas de gênero, visto que a heterossexualidade é obrigatória e mantêm-se a ordem de perpetuação de domínio: mulheres cis, mulheres negras, homens negros, sexualidade, em instituições como igrejas, escolas, universidades, Estado.

Composto por regimentos de interesses dos sistemas econômicos, somado aos fatores apresentados, resultam numa binariedade que ignoram identidades que não estejam encorpadas na matriz hegemônica e cultural, e em como todas as forças relacionadas instigam práticas

subversivas e constituem-se assim por resistências móveis e de transição (BUTLER, 2017) que só por assumirem esse local causam as mais variadas transformações em seus núcleos de acesso. Quando acontecem essas transformações que atravessam as/os individuais/os, essa resignificação desperta para o corpo desterritorializado e valendo-se disso, reinventam e se permitem outras possibilidades, lugares e formas (DELEUZE; GUATARI, 1995).

O que se define por possibilidades, são as alternativas para a constituição de uma identidade que se contraponha a binariedade, heterossexualidade e até mesmo reconfigurem práticas de normatividade e estereótipos (ROLINK, 1989). Contudo enfatiza-se a necessidade de um debate sobre subjetividades e o ser coletivo. Em como cada pessoa transexual é parte de grupo de pessoas transexuais com mais fragmentações, o que, no entanto, se alinhava com classe social, sexualidade, raça, gênero e outras intersecções que atravessam corpos como influências correlacionadas, não como determinantes.

A discussão não-binária é um campo de estudo diverso que herda todas essas veias de normatividade. As identidades sociais como afirmação política em relação às normativas vigentes, são mecanismos de representação e reivindicação pelo imposto socialmente. “Os corpos não são apenas individuais e/ou iguais em todos os contextos de sociabilidade humana” (ALMEIDA, 2018), estão dessa forma para o autor, imergidos na cultura de origem, que somatizada direciona classe, raça, geração, etc., e são na mesma direção os processos coletivos como movimentos feministas, LGBTQ+ e especificamente pessoas trans. Haja vista que tanto o corpo quanto o gênero como construções sociais estão em movimento contínuo.

Para construir a materialidade dos corpos, em situações banais e cotidianas imprime-se às individuais e indivíduos, “[...] normas regulatórias de gênero e sexualidade” (ALMEIDA, 2018). Homem e mulher não são apenas representações sociais, são sistemas classificatórios que compõem processos de supressão e atribuição de direitos e deveres, o que consequentemente privilegia uns - homens, brancos, ricos - e aprisiona outras - todas, sem exceção, o que diferencia é quais costuras interseccionais atravessam seu corpo. Essa maneira de classificação, não são estáticos nem aleatórios, alinham-se em jogo de forças na disputa e/ou conservação da ordem social patriarcal, racista e capitalista (ALMEIDA, 2018), que destina e institucionaliza papéis e trabalhos para mulheres, homens, uma vez que:

A marcação poder ser simbólica ou física, pode ser indicada por uma aliança de ouro, por um véu, pela colocação de um piercing, por uma tatuagem, por uma musculação ‘trabalhada’, pela implantação de uma prótese... o que importa é que ela terá, além de efeitos simbólicos, expressão social e material (LOURO, 2013, p. 86)

E é dessa forma que são engessados processos de afirmação ou transgressão das normas regulatórias e como estas se expressam, e vale por assim dizer que esses processos não ocorrem apenas em “[...] objetos, ornamentos, indumentária, entre outros elementos externo. As marcações também ocorrem através de agressões, ferimentos, punições, premiações e outras formas de reconhecimento social” (ALMEIDA, 2018). Aqui destaca-se uma relação complexa, quando não é parte de um padrão, logo se é punido por isso. As violências podem agravar ou desenvolver quadros psicossomáticos na realidade da/o individua/o, afeta grupos de mulheres e especificidades, pessoas negras e que de modo geral acontece com a população LGBTQ+ incisivamente e de modo corriqueiro.

Para a disseminação dessas etapas e manutenção da dominação, “o gênero opera por reiteração” (ALMEIDA, 2018, p.164) e produz investimentos contínuos, repetitivos e em reafirmação em instâncias sociais e culturais: famílias, escolas, igrejas, leis, mídia, universidades (LOURO, 2013, p. 84), como aparato ideológico de supremacia masculina. A organização de uma demanda se dá na vivência coletiva da situação emergente.

Apesar de uma estrutura montada para a legitimação heteronormativa, racista e sexista, a luta unificada pelo livre direito à expressão da identidade de gênero em 23 de outubro, em que ratifica o Dia Mundial de Luta contra a Patologização da Transexualidade. E em 29 de janeiro é celebrado o Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais, reconhecida pelas organizações e movimentos sociais, as datas simbolizam articulações históricas em objetivos coletivos.

Numa perspectiva histórica, quando se delega papéis a sujeitos, apresenta-se identidades e demandas. Os grupos vão se organizando de acordo com o que se já tem pronto: religiões, escolas, trabalhos, condutas morais e de sociabilidade. Algumas pessoas fogem a essa regra, e vão rompendo com condições estruturantes e ocupando o sistema. Todas as identidades existem, no entanto, nem todas tem permissão para existir. O aval vem do que é conveniente ao sistema econômico vigente e seus interesses, as apropriações e consumo dos espaços de resistência, ou de pelo menos, discordância do que é dado como conduta correta para a harmonia social.

Nos itens anteriores se retomou a trajetória de espaços feministas diferentes, em partes simultâneos e de intervenções diversas. Na apresentação de categorias como transexualidade, binariedade e contraposições de corpos que habitam nos organismos sociais, observa-se, que suas dicotomias em pautas produzem conhecimentos seletivos e eletivos. Significa que ao considerar uma teoria predominante e de dominação, alguém será o subordinado, com a influência de vários fatores apresentados nessa dissertação, elegem permissões e permitidos.

Alguém que tem por herança privilégios históricos que demarcam sua corporalidade, transmitem esse núcleo aos seus, e com a reprodução dos seres e ciclos em compartilhamento de experiências particulares para pequenos grupos no nível familiar, religioso, econômico, histórico, social e político, pessoas inscrevem-se nesse processo.

É mais um marco das estratégias de manutenção do poder. Se grupos herdaram privilégios e continuam nas estruturas em que estiveram seus ascendentes, outros grupos por sua vez não conseguiram quebrar a lógica de exploração e alienação sistêmica. Sair da zona de conforto parece não ser uma opção para quem determina as regras morais e sociais, e quem passa a questionar essas relações instituídas são as pessoas atingidas por esses processos. Essa dissertação fala de feminismos e suas plurais formas e por olhares singulares, pensar numa pluralidade e desconsiderar existências de mulheres não é uma opção.

Logo, se pontua aqui a dicotomia entre o feminismo radical e os grupos de mulheres transexuais, visto que mulheres trans não são consideradas pelas *radfem*³³ como mulheres, ignorando todo o debate de diferenciação sexo/gênero. O movimento LGBTQ+ traz em seu cerne características de reprodução machista, pois representantes do movimento a letra G (gays) da sigla, mantém-se em sua zona de conforto sem considerar o que afeta as outras populações do movimento, sem respeitar suas demandas específicas (ARAÚJO e DIAS, 2017). Numa ideia de coletividade, de acordo com Araújo e Dias (2017) uma vez que “[...] os movimentos transfeministas passaram a se mobilizar para se sentirem pertencentes ao movimento feminista [...]”, e não houve aceitação, pois para algumas mulheres, as pessoas trans foram/são vistas por seus órgãos genitais.

O feminismo se expande em duas dimensões, em que uma é a teoria de análise crítica da realidade das mulheres no mundo, como linha de pensamento que questiona aos papéis designados às essencialmente as mulheres em todas as suas expressões; como também um movimento social de transformação da condição da mulher enquanto ser (SILVA; CAMURÇA, 2010). Num tratamento diferencial entre mulheres cisgêneros e transgênero, pontua-se duas formas de opressão delineadas nessa estereotipação, o machismo e sexismo, num

³³ Em 1969, Algumas Mulheres Feministas Radicais pediram que a Mulher trans Ativista Sylvia Rivera, uma das Líderes do Stonewall Riots fosse expulsa da Plataforma no New York Pride. O Feminismo Radical Trans-Excludente acredita que a Opressão das Mulheres é inteiramente baseada em Gênero e que a Existência de Pessoas Transexuais é uma Ilusão se Perpetuando como um Novo modo de Opressão às Mulheres Trans existem para dar ideia de Plausibilidade de Gênero e Dividir a Comunidade de Mulheres entrando nela, algo que a Teoria TERF de Janice Raymond comparou com a Violação, em sua Obra de 1979 *The Transsexual Empire: The Making of The She-Male*. Elas (Feministas Radicais) condenam a aceitação de Mulheres Trans como Mulheres e nos Espaços Femininos e caracterizam isso como “Prova de que o Patriarcado está vencendo” - <https://medium.com/a-transfobia-do-radfem/a-transfobia-do-feminismo-radical-87680cddb78d>

critério biológico que provoca os debates sobre construção de feminilidade e de mulher como categoria.

Com os avanços dos debates sobre outras identidades no Brasil, o reconhecimento da história de resistência de pessoas transgêneros, aproxima-se do feminismo teórico e prático e cerca-se de uma discussão “feminismo transgênero ou transfeminismo”. O feminismo transgênero é uma filosofia quanto umas práxis acerca das identidades transgênero que visa a transformação dos feminismos (ALVES; JESUS, 2015). O transfeminismo para Koyama (2011) é um movimento feito por mulheres trans que menos proibições aos seus corpos, mais liberdade à todas as mulheres, e ‘além’. A autora considera que princípios primários do feminismo transgênero são objetivas, no entanto sua aplicabilidade numa sociedade hétero, binária, patriarcal, e acrescenta-se classista e racista, é complexa.

O feminismo transgênero surge como uma crítica, nas palavras de Alves e Jesus (2015, P. 07), “[...] ao cissexismo ou dimorfismo e à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da de sexo e mais importante do que esta pra o entendimento dos corpos e das relações sociais entre homens e mulheres”. É de extrema urgência atentar que:

O transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou como qualquer identidade sexual possível. (ALVES; JESUS, 2015, p. 08)

Esse movimento de pessoas transexuais e travestis³⁴ reconhece as intersecções e recriam as identidades e modos de identificação nas quais encaixotam indivíduos, para sua preservação no poder, por conseguinte, tem seu caráter político interventivo na perspectiva da coletividade para o empoderamento da categoria como um todo.

³⁴ Por sua complexidade e profundidade necessária, este trabalho se atém a uma definição mínima de travestilidade que a é: A expressão corporal do gênero, identificado através de sua transformação, travestilidade e trejeitos, tem questionado as teorias que veem o gênero como unicamente atrelado ao sexo e formado pelas polaridades, carregadas por normas e valores, masculino e feminino (Argentieri, 2009; Barbosa, 2010; Butler, 2010). Nesse sentido, os (as) transexuais consideram que suas reivindicações estão mais associadas a uma identidade negada, ou seja, que seu o corpo está incoerente com o seu psiquismo (Araújo, 2010; Grazziotin & Verde, 1997). <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v65n2/09.pdf> 08/03/19

Travesti é a “pessoa que vivencia papéis de gênero feminino [...]”. “Referir-se a ela sempre no feminino, é a forma respeitosa de tratamento.” Continuando nesse debate é possível observar que “O termo ‘travesti’ é antigo, muito anterior ao conceito de ‘transexual’, e por isso muito mais utilizado e consolidado em nossa linguagem, porém infelizmente quase sempre no sentido pejorativo [...]” (JESUS, 2012, p.17).

O movimento social existe para o dinamismo da sociedade, uma vez que se acentuam os interesses entre dominantes sob dominados. Interesses esses que oscilam entre o que se aceita nas instituições sociais (família, igreja, estado, dentre outras...) e o que se comercializa no capitalismo, norma operante de produtividade e lucro da sociabilidade atual. Essa apropriação e mercantilização dos corpos demonstra de maneira crucial, o ganho material dos grupos hegemônicos às custas das culturas e identidades alheias, em que as estratégias de perpetuação atravessam e sangram os corpos não padronizados.

Essa não padronização, o incomum, o incorreto, o imoral, tudo isso varia muito, pois essa concepção de normalidade está no foro íntimo e individual, no entanto, quando se externam concepções individuais e as apontam como regras para os coletivos, é um mecanismo de autoridade e controle. Quando se tem outras pluralidades de corpos, e respeita-se uma subjetividade diferente da sua, ampliam-se as possibilidades de olhares para realidades opostas as condições em que se nasce.

Em todas as construções de feminismos desse trabalho dissertativo, o espaço da internet é cenário para contextualização das músicas como objetos dessa pesquisa, uma vez pois que se esboçam nestas linhas uma análise dos feminismos e o seu alcance por meio de materiais audiovisuais, ritmadas às letras num conjunto musical. Esse local, a internet, está territorializado em raízes profundas num acesso ilimitado e possibilitado pela internet que está em todas as vias disponíveis entre sites, blogs, vlogs, redes sociais, aplicativos. É um campo amplo e aberto que aproxima distâncias e promove interações.

Nesses espaços supracitados dão margem ao ataque em todos os lados dos corpos e a busca incessante por um estereótipo que cruza os debates aqui estendidos, acontece corriqueiramente e a transfobia que “[...] chega ao ciberespaço como em todos os espaços de interação social. Essa desumanização das pessoas das pessoas transexuais é banaliza e reforçada socialmente [...]” (BARBOSA; SILVA, 2017). É nesse contexto, um local importante de interação social, de diálogos. Essas postagens e os comentários deixados nelas imprimem preconceitos dirigidos a determinada população, numa reprodução sistemática de hostilidades para oprimir outras pessoas.

As violências são vivenciadas para quem do cyberspaço e materializadas na pele desses corpos. Subsidiado pelos dados do Grupo Gay da Bahia, afirmou no relatório de Mortes violentas de LGBT no Brasil do ano de 2017, que diz que:

assassinatos e 58 suicídios. Nunca antes na história desse país registraram-se tantas mortes, nos 38 anos que o Grupo Gay da Bahia (GGB) coleta e divulga tais estatísticas. Um aumento de 30% em relação a 2016, quando registraram-se 343 mortes. (Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>> acesso em 08/03/19 às 20:54).

Registrado dados que falam enquanto população LGBTQ+, é fundamental demarcar que o Brasil é o país que mais matam travestis e transexuais no mundo, a média é de uma/um a cada três dias, numa expectativa de vida inferior à média nacional de 75 anos, e para essas pessoas é de 35 anos, dados dispostos pelo Grupo Gay da Bahia. A misturas desses vários compostos marginaliza, criminaliza corpos em todas as suas representatividades.

No capítulo seguinte, o debate segue esta linha entre três feminismos: feminismo tradicional, feminismo negro e transfeminismo e em como estes se cruzam no debate do serviço social e a personificação das linhas trabalhadas com as músicas. Numa costura de produções do Serviço Social na PUC-Goiás que apresentam dados interessantes acerca do aprofundamento dessas questões.

CAPÍTULO II - UM SERVIÇO SOCIAL ANTIRRACISTA, FEMINISTA E NÃO BINÁRIO: UM DEBATE EMERGENCIAL

Neste capítulo, estabelece-se o vínculo entre precarização das relações sociais sob a perspectiva de gênero, etnia/raça e classe, uma vez pois, que a flexibilização do trabalho feminino legitima socialmente a exploração do trabalho doméstico como parte natural da jornada diária da mulher, apesar disso, as atividades laborais feitas em ambiente doméstico não são vistas como tal.

O sustento familiar em muitas famílias hoje já é de responsabilidade de muitas mulheres, assim como sua renda contribui para manutenção da casa e o espaço de trabalho corresponde ao espaço da reprodução de relações de gênero existentes no confronto entre capital versus trabalho. A família patriarcal realiza o papel ideológico na difusão do conservadorismo “ao ensinar as crianças desde a infância que devem aceitar as estruturas e premissas básicas da sociedade de classe” (CISNE, 2014, p. 83)

Salienta-se mais uma vez que o núcleo familiar é a primeira inserção social e, portanto, é um dos mecanismos vivos de controle social. Esse espaço, é produtor e reproduzidor de normas e regras sociais, onde ensinam-se pré-requisitos de se viver – aqui incluí o ser indivíduo, em que deve atender determinadas características – e como isso retifica uma identidade coletiva como aceita/esperada. Pautado no princípio VIII do Código de Ética Profissional da/o Assistente Social, que demarca a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (2012, p.24), é que emergencia-se o aprofundamento do estudo e da intervenção enquanto categoria nas abordagens conceitual de gênero e principalmente como este é e traduz as expressões da questão social.

Ao longo dos últimos 30 anos, o Serviço Social brasileiro experimentou um processo de renovação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política em resposta às mudanças e às novas requisições da sociedade. Trata-se de um projeto profissional coletivo, em que as/os assistentes sociais, em sua intervenção cotidiana, assumem compromisso com os interesses e a defesa de direitos da classe trabalhadora, sob a orientação de um Projeto Ético-Político profissional, respaldado na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993), no Código de Ética do/a Assistente Social e nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Em sintonia com um projeto de sociedade comprometido com os princípios da liberdade, da defesa dos direitos humanos, do aprofundamento da democracia, da equidade e

da emancipação humana, o Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro tem sua direção político-organizativa nas entidades: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Localizar este projeto no tempo presente é condição fundamental

Se inscreve aqui uma reflexão sobre as incidências da análise de gênero, etnia/raça e sexualidade no Serviço Social desde a observação de entidades organizativas da profissão, bem como sua produção no campo da formação (ABEPSS) e do exercício profissional (CFESS/CRESS). Esses diálogos apresentam alguns elementos instigantes à apreensão do debate de gênero, raça/etnia e sexualidade no Serviço Social na atualidade. Serão apresentados indícios de que na última década foram buscadas algumas conexões entre o Serviço Social e estudos correspondentes a essas categorias de análise, para o fortalecimento de uma perspectiva crítico-reflexiva do Projeto Ético-Político no Serviço Social.

Com o processo de superação do conservadorismo no Serviço Social brasileiro, desencadeado em meados dos anos de 1970, os Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Serviço Social passam a desempenhar papel importante na afirmação do projeto ético-político profissional. Denominadas como conjunto CFESS/CRESS, as entidades têm adquirido relevância não apenas no âmbito do exercício profissional, como também da formação.

Ao observar a partir das regulamentações produzidas por essas entidades, como por exemplo, o estágio supervisionado, tais medidas constituem importantes iniciativas para a fiscalização e controle do exercício profissional, além de difusão de conteúdo do trabalho afinados com o Projeto Ético-Político, estratégias fundamentais na disputa pela hegemonia. Com suas ações de regulação do exercício profissional via estágio supervisionado, adquirem um papel indutor de práticas acadêmicas, que passam a sofrer ajustes em função de tais medidas.

No âmbito da ABEPSS, entidade ligada à construção de uma formação profissional crítica, consideramos que a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) pode indicar indícios de fortalecimento do debate de gênero no Serviço Social. Os GTPs foram constituídos como núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade.

Os GTPs possuem sete eixos temáticos estruturantes que comportam dimensões diferenciadas e transversais, a saber: 1. Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2. Política Social e Serviço Social; 3. Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 4. Movimentos Sociais e Serviço Social; 5. Questões Agrárias, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 6. Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração,

Sexualidades; 7. Ética, Direitos Humanos e Serviço Social. Esses eixos são organicamente articulados e, entre as finalidades dos GTPs está a contribuição com a construção de uma agenda de pesquisa voltada para as temáticas que expressem as necessidades e os interesses da profissão. Desta forma, a essência dos referidos grupos está em:

[...] romper com possíveis situações de isolamento dos pesquisadores e de suas produções, coletivizar debates de ponta, pautar temas relevantes, incidir na mudança das subáreas hoje vigentes na CAPES e no CNPq [...], alimentar o debate da formação e do exercício profissionais, alimentar as publicações da área, estimular a organização de redes de pesquisa, fomentar a articulação com a pesquisa desenvolvida por UFAs e instituições de pesquisa na América Latina, África e demais continentes, constituir os eixos estruturadores do ENPESS, dentre outras possibilidades. (ABEPSS, 2009, p. 5).

Destaca-se um aspecto fundamental que perpassa o debate em todos os GTPs que é a vinculação entre o projeto ético-político profissional e uma perspectiva societária emancipadora, conforme também é, expresso no documento da ABEPSS no sentido de “uma compreensão do ser social como um ser sócio histórico auto-constituído pelo trabalho e criador da cultura, em suas mais diversas formas de manifestações e modos de fruição” (ABEPSS, 2009, p. 9). Cumpre registrar que esta assertiva fundamenta projetos políticos pedagógicos de importantes IES de Serviço Social (LOLE, 2014). Para nossos estudos, destacamos o GTP6 “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”. A constituição deste grupo pode ser um sinal de que o debate de gênero faz “ferver a luta pela hegemonia” (GRAMSCI, 2011) no interior da profissão. Vale refletir sobre sua ementa geral a qual articula os seguintes conteúdos: “Sistema capitalista-patriarcal-racista e heteronormativo. Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. Interseccionalidade das opressões de classe, gênero, raça/cor/etnia, geração e sexualidades” (ABEPSS, s/d, on-line).

Considera por bem, a natureza diversa do grupo de trabalho, foram definidas ementas específicas para Gênero; Raça/Etnia; Geração; Sexualidades. Vamos nos deter no conteúdo proposto ao debate de gênero e o de sexualidades, embora as outras temáticas apontem questões igualmente interessantes para a reflexão. Gênero e Sexualidades, muito embora tratados separadamente, guardam articulações intrínsecas e, ainda que “sexualidades” não seja necessariamente um assunto discutido nos estudos de gênero, o gênero está presente nos estudos de sexualidade. Assim temos:

a) Gênero: Divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e reprodução social no capitalismo; Condição social das mulheres e políticas públicas. Violência contra

mulher e a Lei Maria da Penha: atualidade e desafios. Feminismo: teoria, história, debates e dilemas estratégicos na contemporaneidade. Feminismo e Serviço Social e Projeto Ético-Político do Serviço Social. d) Sexualidades: Diferentes expressões de homofobia e sexismo. Diversos arranjos familiares e opressões associadas às sexualidades não hegemônicas e às múltiplas expressões de feminilidade e masculinidade. Violações dos direitos sexuais no campo dos direitos humanos. Políticas públicas, gênero, sexualidade e serviço social. Movimentos sociais de enfrentamento à homofobia e ao sexismo. (ABEPSS, s/d, on-line).

Dessa forma, se estrutura essa discussão traçando diálogos com a profissão numa perspectiva de construir uma identidade profissional coletiva.

2.1 A história do Serviço Social e a divisão sexual do trabalho

Neste item irá ser apresentada um pouco da consolidação e história da profissão, e em como são tratadas as categorias apresentadas pelas músicas para compor a análise desse trabalho. A título de posicionamento político, reconhece-se a escravidão e seus efeitos no Brasil moderno e suas raízes. Ela passa ser ponto central na partida de uma discussão ancorada em Souza (2017), que remete a escravidão não como a continuidade corrupta herdada de Portugal, e sim o abandono secular de classes estigmatizadas, humilhadas e perseguidas. O autor dialoga com as contradições e conflitos centrais nas relações de dominação entre classes sociais, não apenas por um prisma da dimensão econômica.

Dentro dessas relações é preciso fazer a diferenciação inicial entre gênero e relações sociais de sexo, uma vez que são distintos apesar de os conceitos entrelaçarem no movimento histórico da sociedade e de suas relações sociais. A relação social se consolida à medida em que homens e mulheres se relacionam, uma vez que esta, se dá por que é uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagônicos, constrói Devreux (2005), entendendo desse modo o processo como relação social de sexo, concomitante a outra construção. Segundo a autora a referência ao sexo biológico, parece essencial pois a classificação social dos indivíduos, desde o nascimento, é operada sob esse critério ou, mais precisamente, sob a representação social segundo a qual esse critério é de uma importância primordial para classificar os indivíduos. E afirma, “a relação social de sexo nomeia explicitamente a confrontação entre duas classes de sexo. Não pode haver relação social com uma categoria única. Não pode haver relação social sem confrontação”. (DEVREUX, 2005, p. 564). Dessa forma resguardam todos os fenômenos de opressão, exploração e subordinação dos homens sobre as mulheres. Devreux (2005), conceitua ainda como relação social de sexo, uma representação científica que traduz a

singularidade da organização social, em que esta é um mecanismo de dominação masculina refletida em todas as instâncias sociais.

Em cerne uma sociedade industrializada na ofensiva intervenção Estatal, caracteriza-se a emergência da profissão nos processos reguladores da vida social (MARTINELLI, et al., 2008). No movimento de sociedade urbano-industrial nos anos 1930 os conflitos de classe se acentuam na crescente onda de reivindicações de operárias e operários contra a exploração dos trabalhos e alcance das solicitações de suas demandas. É nesse pleito que se emerge a questão social, visto que se relaciona com a generalização do trabalho livre em uma sociedade marcada pela escravidão de um passado atual (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014).

Num paralelo na década de 1930, nasceu em São Paulo primeiro curso de Serviço Social. Por meio desse processo, surge o profissional assistente social, força de trabalho qualificada (formação técnica-especializada) inscrito(a) na divisão sócio- técnica do trabalho. Como se pretende demonstrar outra parte desse todo é o discurso do Serviço Social, a formação doutrinária que põe em divergência a teoria e o planejamento em face de uma concepção ainda evitada do ideário pré-moderno sustendo pela ótica da filantrópica e da caridade já apresentada aqui. A pesquisa sobre a história do Serviço Social demonstra que nesse contexto conservadorismo e doutrinas que são as instituições e o Serviço Social que emerge na atualização da busca e expansão.

Esse movimento histórico engendrou e renovou as relações sociais que peculiarizam a formação social capitalista no Brasil (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). A sociedade dentro de sua produção isolada provoca uma atividade social, essa produção é essencialmente histórica no contexto capitalista, uma vez que implicam no resultado e continuidade das condições materiais da existência humana e a ligação entre pessoas sob a dinâmica da inteligibilidade. A profissão está inscrita na sociedade capitalista como especialização do trabalho coletivo na sua historicidade, contradição e reprodução na divisão social e sexual do trabalho. Isso faz com que o exercício profissional atual esteja intrínseco a produção/consumo/distribuição e troca de mercadorias, que consolidam numa estrutura permanente (reprodução da totalidade do processo social e reprodução de determinado modo de vida, o que ocasiona a realidade concreta em movimento).

A questão social é subsidiada pela especialização do trabalho, isto é, o conjunto das expressões da sociedade capitalista madura, onde “[..] a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO,2014). Vinculam-se aqui como mediações ético-morais no processo de origem da profissional: - função

ideológica da moral, tratamento da moral da questão social, e legitimar o poder do Estado burguês e de projetos sociais conservadores no seio da sociedade e da Igreja Católica, e por fim, a as profissões que atendam as essas demandas (BARROCO, 2010).

Como questão de formação das/os trabalhadoras/es enquanto classe social, e sua entrada no cenário político pela briga para reconhecimento por parte do Estado, na implementação de medidas que pautassem seus interesses, é “[...] quando nascem os segmentos empobrecidos da população, e as ações de caráter assistencial, religioso e filantrópico desenvolvidas pela solidariedade social mostram-se insuficientes para dar conta das necessidades sociais” (MARTINELLI, et al., 2008, P. 07). É dessa forma que expressões da questão social se tornam matéria-prima na consolidação da profissão no contexto sociopolítico, de centralização e intervenção do Estado para a implementação de políticas sociais e econômicas, inscrevendo o Serviço Social na divisão sócio técnica e sexual do trabalho.

A discussão sobre o modo operante social, será um pouco extensa, por que essa dissertação fala de trabalho de duas jovens que vendem suas vozes falando de feminismos sejam nas letras ou em suas corporalidades. Elas trazem em seus videoclipes, um trabalho musical aparentemente simples, com letras leves, e é justamente por isso que se torna um local de destaque, complexidade e representatividade. É um lugar de poder, que tem abrangência para os mais variados debates, principalmente por que as mulheres são postas e definidas como objetos de consumo masculino, e estar em lugares que facilitem a ruptura com essa lógica é imprescindível.

Nesse contexto, é que para caracterizar o que é divisão sexual e sócio técnica do trabalho, Rezende e Pereira (2010), apresentam a ideia de que “as mulheres sempre desempenharam um papel fundamental na vida das famílias: o cuidar. E quando ingressaram no mercado de trabalho, os cargos ocupados também estavam vinculados “ao cuidar”: enfermeira, professora, doméstica.” E Toledo (2010), entende essa definição aos corpos femininos como: divisão sexual do trabalho numa simbólica (e acrescenta-se, limitada a binariedade genital) e suposta repartição entre gêneros, uma vez que uma mulher trabalhadora já é discriminada e encontra-se em uma vulnerabilidade maior que a de uma mulher burguesa, isto é, a opressão de gênero está vinculada à qual classe esta mulher pertence, pois o que uma trabalhadora sofre é em virtude das condições postas pela classe dominante, uma vez que:

A sociedade é histórica e dialética, muda de acordo com os meios de produção e a forma de organização, como também de seus valores (morais e intelectuais) e as suas normas sociais (leis e costumes). Assim, a sociedade se organiza e começa a definir múltiplos papéis aos seus indivíduos, e é a partir daí que surge o conceito de gênero

na divisão social do trabalho, determinado o papel para os homens e o papel para as mulheres nesta organização social. Esse e outros conceitos são passados de geração em geração, se arraigando fortemente como senso comum e se perpetuando no decorrer das décadas e séculos. (REZENDE; PEREIRA; 2010, P. 04)

A divisão sexual do trabalho é a exploração do capital sobre o trabalho, segmenta e hierarquiza profissões masculinas e profissões femininas. Essa divisão sexual do trabalho perpassa pelos campos do trabalho produtivo e reprodutivo. Lê-se por trabalho produtivo o labor ou trabalho resultando em serviços e bens que têm valor monetário dentro do sistema econômico capitalista, visto que como resultado, os produtores desses bens e serviços ganham dinheiro pelo seu trabalho. Por trabalho reprodutivo (ocasionalmente referido como trabalho como improdutivo) refere-se a funções socialmente femininas, que incidem na vida de terceiros isto é, fazem mais pelo outro que por si, é de caráter não remunerado e não reconhecido por trabalho, que consiste no trabalho doméstico propriamente dito, bem como o trabalho parental, como tarefas de cuidados e de assumir responsabilidades pelas pessoas, salienta Devreux (2005), enfatiza ainda que a divisão sexual do poder é transversal e integra a relação social de sexo.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social decorrente das relações sociais de sexo, que para Kergoat (2006), define características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, a partir do que a autora denomina de valor social agregado, estabelecendo ao gênero masculino ‘funções fortes’ e ocupando espaços, políticos, religiosos e militares. A autora demarca dois eixos organizadores para a divisão sexual do trabalho, 1) princípio de separação, que consiste em trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e 2) princípio da hierarquização, o trabalho de homem ‘vale’ mais que trabalho de mulher, estes legitimam-se por meio da ideologia naturalista que empurra o gênero para o sexo biológico e limita as práticas sociais à “papéis sociais sexuais”.

Analisar a categoria trabalho com esta observação do âmbito doméstico com o mesmo peso que o ‘trabalho profissional’, amplia o horizonte desta discussão, em que a divisão sócio técnica do trabalho torna mais precária as condições da classe trabalhadora e exerce sobre a mulher um nível de exploração e alienação muito maior, hierarquizando e diferenciando atividades. Aliada a globalização, a desigualdade social e de trabalho associam-se a interdependência de mercado ao passo que em seu caráter microeconômico de acumulação capitalista emerge a necessidade de organização de trabalho com flexibilidade.

Entende-se por divisão social do trabalho, segundo Stancki (2000), o processo em que as atividades de produção e reprodução social diferenciam-se, especializam-se e desempenham-

se por pessoas diferentes, isto é, ocorre separação das atividades de produção de bens e serviços de acordo o sexo biológico das pessoas que as realizam. Essa distinção entre masculino e feminino é resultado de fatores inerentes à natureza de homens e mulheres, conquanto o homem provedor da família/ público (produção) e a mulher responsável pelo zelo em âmbito privado (reprodução). Todavia, a feminização e masculinização de acordo com Stancki (2000), são tarefas construídas e associadas às representações sociais, que depõe em atividades masculinas atributos de força física, raciocínio lógico, comando e em femininas depositam traços como paciência, atenção, destreza e minúcia. Essa idealização minimamente dita, esse modo é naturalizado tornando uma assimetria das relações entre os gêneros, causando estranhamento quando mulheres começam a ocupar espaços predominantemente masculinos.

Na conjuntura presente da mundialização neoliberal, a luta pela ampliação de direitos, equidade de gênero, raça/etnia e de classe tornam-se cada vez mais espaços fragmentados e mercantilizados, isto é, articulado com a ideologia dominante, o sistema patriarcal-racista-capitalista criminaliza a pobreza, por meio do genocídio da juventude negra, estereotipando e sexualizando seus corpos e assassinando representações sociais.

Os direitos sociais são construídos a partir da emergência em se responder às mazelas sociais produzidas pela sociedade de classes. Isso é inerente à correlação de forças e projetos societários que direcionam os interesses em questão. Para Saffioti (2015), é inegável as conquistas no mercado de trabalho para as mulheres. Todavia, o patriarcado ainda persiste em subsidiar controle nos espaços de vida social de maneira precária, e subordinada aos homens, uma vez que as atividades exercidas pelas mulheres são vistas como complementares.

O capitalismo apropria-se da subordinação feminina a fim de obter mais lucro, visto que estão sujeitas a receber baixos salários, aceitar trabalhos precarizados, sem garantias trabalhistas, além da desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico, ressaltam Queiroz e Diniz (2014). Camurça (2007) direciona alguns caminhos para o debate que estão na raiz estruturante do sistema patriarcal. Entende-os como mecanismos urgentes de manutenção de ordem,

1. A prática da violência contra as mulheres para subjugar-las.
2. O controle sobre o corpo, a sexualidade e a vida reprodutiva das mulheres.
3. A manutenção das mulheres em situação de dependência econômica.
4. A manutenção, no âmbito do sistema político e práticas sociais, de interdições à participação política das mulheres. (CAMURÇA, 2007, p. 20)

A dominação patriarcal expressa sua força nos espaços públicos e privados, quando utiliza de repressão sexual para delimitar como procriação, criminalizam o aborto, expropriam e mercantilizam corpos, além de explorar a imagem feminina, trancafiando mulheres em

ambientes que não possibilitem independência econômica, ou mesmo que a tenha, que está seja inteiramente administrada pelo cônjuge, retratam Queiroz e Diniz (2014) atribuindo atividades domésticas e negando espaços de poder. As autoras corroboram que, esses quatro mecanismos elencados por Camurça (2007), são estruturantes da dominação patriarcal, que suscita a reinvenção do patriarcado como base fundante da dominação e exploração acentuando as desigualdades de gênero, classe, raça/etnia.

A partir das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, como aponta Iamamoto (2014), o Serviço Social tem elementos de estudo suficientes que possibilita trabalhar de forma transversal, isto é, por meio da perspectiva de classe, gênero e raça/etnia, posto que isso abarca a complexidade das relações sociais. Datada essa complexidade, Tiburtino (2015), sinaliza que a marca histórica de gênero, enquanto categoria profissional, compõe uma dimensão fundamental e indispensável para a intervenção da/o assistente social nas relações sociais, onde a análise dos produtos de uma práxis social seja feita por sua totalidade. Tiburtino (2015) reflete, que

[...] ao discorrer sobre o processo de feminização da profissão, afirmam que esta se constituiu historicamente como uma profissão de mulheres para mulheres. [...] cabe evidenciarmos que essa realidade é composta e fortemente marcada por relações e contradições de gênero, pois sabemos que homens e mulheres não ocupam posições igualitárias na sociedade, tanto no campo privado, quanto no público, mesmo que estas mulheres venham a ter a mesma formação profissional e/ou qualificação técnica que os homens, e com isso, ocupem os mesmos espaços, as discriminações de gênero, se apresentam de forma concreta no cotidiano profissional, [...]. (TIBURTINO, 2015, p. 251)

O processo de feminização do trabalho é imposto e estrutural, nessa relação exploratória, binária, racista e misógina, é instigada, reproduzida e apropriada pela classe dominante, utilizando-a para atender a seus interesses, uma vez que é por meio dela que alcança o necessário para a ‘preservação da ordem moral e social’ junto às famílias, de forma cruel sobre as mulheres. Cisne (2015), interpreta a contradição Capital X Trabalho, onde o Serviço Social é chamado a intervir tendo como maior empregador o Estado com o intuito de controlar e manipular a classe trabalhadora de acordo os moldes do capital, camuflando o acirramento da questão social.

Por esse caráter contraditório nos espaços de produção e reprodução social, hierarquizam-se os espaços e funções sociais. Toda essa caracterização do processo da divisão societária é necessária para que perceba a/o profissional assistente social inscrita/o numa determinada trajetória de socialização, e como pontuam Bezerra e Veloso (2015, p.160), “[...]”

significa que seu trabalho tem implicações subjetivas, e que essa subjetividade tem implicações sobre o seu trabalho. [...] Ou seja, a intervenção profissional está permeada pelos valores dos sujeitos individuais que se encontram na condição de profissionais [...]”.

Desde sua composição enquanto categoria profissional e público usuário do trabalho da/o assistente social, o serviço social não pode ignorar a história e seu significado demarcando essa dupla característica identitária em sua formação. Destacam-se também outros pontos analíticos de gênero, é a relação com a benemerência e patronato cristão na origem da profissão, por que era conveniente para a manutenção do poder hegemônico. A profissão se insere em diversos lugares de quebra com a lógica do domínio e exploração, é que:

O caminho da profissionalização do Serviço Social, é na verdade, o processo pelo qual seus agentes – ainda que desenvolvendo uma auto representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle [...]. Trata-se justamente do espaço que se engendra na sociedade burguesa quando o monopólio se consolida, no conflituoso processo[...] em que se gestam as condições histórico sociais para que, na divisão social e técnica do trabalho, constitua-se um espaço em que possam mover práticas profissionais com a do assistente social (NETTO, 2001, p. 71-73)

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer de um processo histórico de produção e reprodução das relações sociais, numa profissão especializada enquanto trabalho coletivo no quadro do desenvolvimento capitalista industrial (IAMAMOTO, 2014). O Serviço Social tem sua gênese, consolidação e desenvolvimento no capitalismo, sendo o significado da profissão apreendido no movimento que se engendram e renovam as relações sociais e peculiares da formação social capitalista. O sistema capitalista é uma expressão de um projeto societário advindo das revoluções, e representa uma nova ordem social de produção, trabalho e relações sociais. (CARVALHO & IAMAMOTO, 2014)

No modo de produção capitalista, o processo de trabalho é processo de acumulação do capital, já que o objetivo primordial da produção não é a satisfação de necessidades sociais, mas a produção de mais-valia e a valorização do próprio capital. A divisão social, técnica e sexual do trabalho instala diferentes vínculos de poder atrelados aos proprietários e suas propriedades e põe um direcionamento social conservador, onde a riqueza socialmente produzida não é distribuída, mas convertida em mercadoria.

As bases da formação profissional do Serviço Social em sua gênese na sociedade capitalista monopolista, compõe-se do conjunto de fatores que são subjacentes a sociabilidade do capital, uma vez que: “[...] a origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação,

contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido” (MARTINELLI, 2011, p. 66).

Com o capitalismo funda-se a relação capital – trabalho e nessa relação particulariza o se denomina de a questão social, ou seja, as relações sociais de classes, precisamente entre a classe burguesa e a classe operária, ele “[...] gera o mundo da cisão, da ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa” (MARTINELLI, 2011 p. 54).

É importante destacar que na história do Serviço Social, as contradições e antagonismos de classes se fixam da mesma maneira que os grupos de resistência enquanto categoria profissional e órgãos contributivos na formação. Dessa forma, a questão social como objeto de estudo e trabalho do Serviço Social, num cenário de Reconceituação em nível de América Latina, de acordo com Netto (2011, p. 146) é “[...] parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social tradicional, e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades e características”.

O Movimento de Reconceituação é intrínseco à conjuntura econômica, social e política da América Latina, é o “[...] questionar da atuação dos profissionais frente as expressões da questão social, ao pensar sua intervenção observando as realidades regionais e nacionais, ao questionar a eficácia da própria intervenção, ao relacionarem prioritariamente com os novos protagonistas, especialmente os ligados à classe trabalhadora [...]” (NOGUEIRA, 2018).

No Brasil, a profissão vivencia desdobramentos do Movimento de Reconceituação em sua atuação, formação e organização profissional num cenário de ditadura militar no Brasil. Netto (2011) destaca que isso não significa pensar que o Serviço Social deixou de ter abordagens conservadoras, legitimando a autocracia burguesa. O ciclo autocrático burguês também coincide com o acirramento da questão social e suas expressões que são tratadas setorialmente na ditadura. Dento desse contexto, o Estado opera uma série de reformas que interferem diretamente nos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social (NOGUEIRA, 2018).

Frente ao capitalismo de monopólios e grandes estatais, Netto (2011) identifica como autocracia burguesa a criação de subsídios histórico-sociais como estratégias para atender as demandas modernizadoras. E é imprescindível afirmar que neste processo contraditório e se instauram possibilidades de formação de assistentes sociais que estiveram nos movimentos sociais e estudantis na época (NOGUEIRA, 2018). Esse processo se concentrou em três direções sócio-políticas e profissionais:

A primeira matriz teórica apontada é a modernizadora, tendo como base um esforço de adequação do Serviço Social e seu arcabouço instrumental que reforça e legitima o papel funcional da/o assistente social nas reformas da ordem burguesa (NETTO, 2011). Enfatiza-se que aqui se encontram locados dois documentos importantes para a história da profissão: Araxá e Teresópolis – produzidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. O que se chama de segunda matriz teórica, é reatualização do conservadorismo, “[...] em que recupera os componentes da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática [...]” (NETTO, 2011, p. 157).

Como terceira matriz teórica, a *intenção de ruptura* é uma perspectiva de quebra com o tradicionalismo do Serviço Social, pois realiza uma crítica teórica, metodológica, ideológica e política essa concepção. No marco significativo, o método de BH sinaliza a primeira manifestação a formulação de um projeto profissional de ruptura com o tradicionalismo desta profissão (GUERRA, 2015, p. 42).

Essa relação de debate interno da categoria acontece simultaneamente no período de democratização do Brasil. A profissão se posiciona contra a ditadura e articula o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em São Paulo - SP 1979, conhecido como o congresso da virada que tinha por eixo central: ‘O Serviço Social e Política Social’. Nesse momento a profissão realiza o congresso numa organicidade com as/os trabalhadoras/es dos movimentos sociais opostos à ditadura, até então não era praxe, num marco histórico relacional entre identidade coletiva de profissão e movimentos sociais, por que:

Em linhas gerais, tal evento explicita a ruptura com monopólio do conservadorismo profissional ou, em outras palavras, circunscreve um clima de renovação histórica na profissão, substituindo os representantes da classe dominante pelos da classe subalternizada. Além disso, inaugurou um marco no processo de politização, tanto de estudantes quanto de profissionais de Serviço Social do Brasil, demonstrando a direção social e os novos rumos que esta profissão pretendia trilhar. Por outro lado, significou a instalação de um pluralismo de perspectivas políticas, ainda tido como novidade no meio profissional, que movimenta e redimensiona profundamente a profissão (NOGUEIRA, 2018, p. 138)

É sobre esta relação representativa de intervenção social que se entrelaça com o Serviço Social, visto que a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista, por se reconfigurar ao Estado ao passo que se expande economicamente (IAMAMOTO, 2014). Sua gênese deriva do caráter coletivo da produção e seus determinantes históricos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, em sua subjetividade, fruto da ação do sujeito em sua construção histórica.

Quando se pensa o trabalho da/o assistente social numa sociedade que violenta os corpos das mulheres, se pensa também estratégias de resistências nos espaços socio ocupacionais. A interlocução do feminismo como campo teórico e movimento social possibilita uma abertura para intervenções diretas na realidade. É via essa análise que se percebe outra demarcação desta dissertação, as músicas analisadas são materiais de trabalho das respectivas cantoras, que carregam marcas essenciais para o alcance do debate para a população. Diante disso, reforça-se que essa interlocução da formação profissional com os movimentos sociais e cenários de representatividade articulados, provocam transformações político societárias.

Apesar de muitas mulheres no cenário midiático, as cantoras-compositoras são jovens e dessa forma conversam diretamente com esse público. Por serem mulheres, constantemente são violentadas com associações sexistas e de reprodução de um comportamento social. Elas foram feitas para ser do lar e escolheram sair dele, num trabalho que dialoga incansavelmente com a possibilidade de outras mulheres conquistarem sua autonomia.

2.2 Política Social não pode ser fragmentada: um instrumento de resistência

No final do século XIX, ao haver uma incorporação de demandas da classe trabalhadora nas lutas trabalhistas, mesmo que timidamente, as reformas sociais não atingem o ‘cerne da questão social’ (BEHRING e BOSCHETTI, 2011). As autoras pontuam que as iniciativas de políticas sociais no pós-guerra apreendem a dimensão de continuidade entre Estado Liberal e Estado Social, isto é, apesar de ter havido mudanças no conceito de Estado que opta por orientações sócio democratas e menos liberais, não há ruptura radical com o Estado liberal e o estado capitalista na transição do século XIX para o século XX. E aqui é reiterada a seguinte afirmação: “[...] de chamar atenção para o fato de que ambos têm um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo” (BEHRING e BOSCHETTI, p. 63, 2011).

A política social circunscreve-se no estado capitalista como um padrão de organização sócio-política-econômica, pois institui formas de distribuir bens e serviços como direitos. Nasce pós segunda guerra mundial a partir do *laissez-faire*³⁵, que institucionaliza a intervenção estatal

³⁵ *Laissez-faire* é um termo em francês que significa “deixe fazer”, utilizado em referência ao pensamento do liberalismo econômico que defende a economia livre de intervenções governamentais. A liberdade econômica começou a ser discutida por vários pensadores, ainda na era do mercantilismo, em que os países praticavam um grande controle dos seus mercados internos. A principal defesa das ideias de livre mercado surgiu pelo economista e pensador escocês Adam Smith. Ele defendia que as pessoas agiam com interesses próprios, mas que acabavam por beneficiar uns aos outros, mesmo sem a intenção. O resultado dessas ações concebia o mercado, com a realização do comércio de produtos e serviços entre todos. Com estes argumentos, a expressão *laissez-faire* passou

em menor escala ao que se refere a economia. É importante retomar que a proteção social passa ser incumbência do estado, que deve prezar pelo bem-estar dos cidadãos. Nesse pós-guerra Potyara (2008), afirma que ao se envolver no ‘processo de provisão social’ denomina-se de Estado de Bem-Estar.

A política social é parte de uma estrutura complexa que compreende a seguridade social sob os âmbitos políticos-institucionais que abarcam o conceito do Estado de Bem-Estar, conhecido também por Welfare State. E, este pode ser definido como agente de proteção da economia inglesa como bem-estar coletivo. O chamado período de ouro do Estado de Bem-Estar compreendeu os anos de 1945 a 1975, com a exceção do Estados Unidos da América, os demais países do Ocidente ficaram de assegurar o pleno emprego, cobertura universal de serviços sociais (saúde, educação) e o mínimo de proteção social à população (PEREIRA, 2008).

Permeava-se aqui a crise de 1929, e John Maynard Keynes (1883-1946)³⁶, defendia a intervenção estatal como refúgios democráticos que contrabalanceavam benefícios para o capitalismo e ora para a classe trabalhadora. Para Andersen (1990), os economistas clássicos atentaram-se apenas com a relação capital e bem-estar social, com ‘convicções liberais’, conservadoras ou marxistas) e os resultados dessa proposta foram opostos, ou seja, a correlação de forças entre mercado/propriedade e Estado/democracia tiveram vários efeitos em normatização e como chegou à população.

A ideologia liberal percorre “pequenas doses de regulamentação política”³⁷, mantém privilégios absolutistas, proteção mercantil e corrupção, enquanto o ideário de liberdade infringe esta estrutura neoliberal, a repressão é utilizada para a permanência de forças coercitivas. Neste sentido, o que se entende por direito hoje, precede a ideia de oposição a

a ser utilizada para descrever os comerciantes ou consumidores em ação, sem um governo que os controlasse. Disponível em: < <https://www.dicionariofinanceiro.com/laissez-faire/>>

³⁶ “Desse ponto de vista, Keynes é absolutamente sintonizado com seu tempo, perseguindo portas de saída capitalistas para a crise do próprio capitalismo. O Estado, com o keynesiano, tornou-se produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção. Keynes defendeu a liberdade individual e a economia de mercado, mas dentro de uma lógica que rompia com a dogmática liberal-conservadora da época. Mas, cabe perguntar: como ele chegou a essas conclusões tão heterodoxas no berço do liberalismo, a Inglaterra? Keynes, era uma figura pública dividida entre o pago e a crítica à herança conservadora vitoriana, chegando a certa irreverência na juventude que quando se aproximou do *Bloomsbury Group*, um grupo de intelectuais, poetas, militantes que defendiam ideais libertários, dentre eles a conhecida Virgínia Woolf. [...] Keynes, tornou-se um homem público e de negócios - chegando a ser negociador do Tratado de Versalhes pelo governo inglês e Presidente do Banco Central -, afastando-se de perspectivas mais radicais. Em que aspectos, então, ele rompe com o liberalismo?” (BEHRING e BOSCHETTI, P. 84, 2011).

³⁷ Expressão utilizada por Esping-Andersen no texto em que discute sobre as “Três economias políticas do Welfare State”. Neste sentido, é importante lembrar a intervenção Estatal proposta por eles é mínima e o mercado é livre, isto como estratégia para alcance prospero e igualitário.

institucionalidade, isto é, o direito surge para a ‘conformar’ a população e manter situações que beneficiem as estruturas de poder.

Gramsci (1977) diz que, sob uma crença utópica subscreve-se uma função ideológica. Ou seja, a revolução burguesa nasce a partir da formação de um novo costume que dá luz a luta política que legitima que o costume precede o direito. Tende-se então como aspiração da sociedade e do movimento popular que, depois constitui o elemento do direito instituído; é com “o desenvolvimento das desigualdades que o caráter obrigatório do direito aumentou a área da intervenção estatal” e da obrigação jurídica, de modo que a nova função do direito de “conformar” ao instituído se apresenta como forma de “reprimir e sufocar um direito nascente” (GRAMSCI, 1977, p. 773).

Schelesener (2009), discute que o acompanhamento desse processo implica inicialmente salientar que a revolução burguesa caracteriza-se como uma revolução na concepção de direito e na função do Estado na formação daquilo que Gramsci denomina um novo tipo de civilização, o que implica ainda na mudança estrutural do Estado ao longo da história da sociedade burguesa e também o duplo sentido do “conformismo”, que perpassa os fragmentos, a autora analisa:

A primeira questão, ou seja, o caráter da revolução burguesa e a concepção de direito e Estado, tem como pressuposto uma análise de Marx apresentada em O 18 Brumário de Luís Bonaparte: A revolução burguesa teve, inicialmente, uma organicidade e uma dinamicidade até então desconhecidas na história e seu projeto envolvia a sociedade inteira, até alcançar um nível em que a consolidação de determinadas relações de poder faz o processo estancar e cair numa longa modorra (MARX, 1978). Para Gramsci, houve uma fase da revolução em que a “classe burguesa se colocou como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a ao seu nível cultural e econômico”; depois, a revolução alcançou um estágio em que a classe burguesa “saturou-se”, isto é, “não apenas não se difundiu mais, como passou a se desagregar” (GRAMSCI, 1977, p. 937). Ao longo desse processo ocorreu a consolidação da estrutura do Estado moderno, cujas características salientaremos mais adiante. O que cabe esclarecer agora é o duplo sentido do “conformismo” gerado pelo novo direito no contexto da revolução burguesa. É necessário esclarecer que, para Gramsci, todos nós fazemos parte de algum conformismo, isto é, nossa vida se constitui num contínuo processo de adaptação a novas situações, a partir das necessidades colocadas pela nossa inserção no processo produtivo e social. É esse processo que constitui a educação permanente. No curso da revolução burguesa, ocorreu uma primeira adaptação dos indivíduos ou dos grupos sociais que se caracterizou como assimilação ao novo nível cultural e econômico gerado pelo processo revolucionário apresentado como novo e dinâmico, isto é, o conformismo supôs tanto integração como interação (entre indivíduos e grupos). Quando a revolução chegou ao seu auge (séc. XIX), a estrutura política se consolidou e o conformismo passou a se traduzir em mera aceitação do novo sistema, isto é, um modo de exercício e de manutenção da hegemonia burguesa. (SCHELESENER, 2009, p. 232-233)

A Revolução Burguesa para Gramsci (1977), perpassa a dinamicidade e

organicidade da realidade social, uma vez que a burguesia se apropria e bebe à nível cultural e econômico para a consolidação do Estado Moderno. Como já conceituado, o conformismo é esse processo contínuo de adaptação as situações, condiciona a inserção e produtividade. E ao se consolidar.

A política social é um instrumento de intervenção social que perpassa por concepções metodológicas e ideário de mundo. Os processos e relações estabelecidas em sociedade abarcam a disputa de um projeto societário que se vincula ou não à classe trabalhadora. Para Potyara (2008), não se trilha um caminho fácil na conceituação do que é política social, uma vez que as definições são as mais variadas e diversas e executá-la também se torna um desafio. Isso se dá devido as ideologias, valores e perspectivas teóricas competitivas, pois essa dicotomia oscila entre neutralidade e o movimento do real. É importante pensar em que dinâmica insere-se a política social, suas definições e contradições, Potyara (2008), descreve:

[...]. Trata-se daquela que apreende essa política como produto da relação dialeticamente contraditória entre estrutura e história, e, portanto, de relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre capital x trabalho, Estado x sociedade e princípios da liberdade e da igualdade que regem os direitos de cidadania. Sendo assim, a política social se apresenta como um conceito complexo que não condiz com a ideia pragmática de mera provisão ou alocação de decisões tomadas pelo Estado e aplicadas verticalmente na sociedade (como entendem as teorias funcionalistas). Por isso, tal política jamais poderá ser compreendida como um processo linear, de conotação exclusivamente positiva ou negativa, ou a serviço exclusivo desta ou daquela classe. Na realidade, ela tem se mostrado simultaneamente positiva e negativa e beneficiado interesses contrários de acordo com a correlação de forças prevaiente. É isso que torna a política social dialeticamente contraditória. É essa contradição que permite à classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor. (POTYARA, 2008, p. 166)

As políticas sociais estão estruturalmente enraizadas na lógica do capital, não eliminam-se a dicotomia de classes, colocam-se como políticas compensatórias, isto é, reparo histórico em que a classe trabalhadora alcança e acessa espaços como (universidade, casa própria, automóveis, comércios, etc.), no entanto não pertence à ele, mantêm-se as hierarquias eurocêtricas.

Os movimentos de mulheres nesse contexto constroem formas diferentes sobre a função do Estado e em como as feministas participam ou não do aparato estatal. A máquina Estado é alinhada com o sistema econômico que influi diretamente em sua articulação e manutenção. Como já pontuado no item anterior, a acentuação dos conflitos entre capital e trabalho suscitam nas/os trabalhadoras/es processos de organização para medidas reivindicatórias das condições de trabalho. O Serviço Social dessa maneira ocupa o lugar de diálogo entre máquina e

trabalhadora/o, numa organização das demandas profissionais e das/os usuárias/os das políticas sociais. Por conseguinte, a/o assistente social deixou de ser a/o executor das políticas sociais e expandiu seu trabalho e debates na elaboração e efetivação das mesmas pela Lei que regulamenta a profissão de assistente social. A profissão é regulamentada desde 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/1993. A profissão é regulamentada pelo Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais.

O debate circunda as raízes de gênero, etnia/raça e sexualidade já apresentados anteriormente, numa discussão mínima sobre criminalização da pobreza e corpos negros. No Brasil a abolição da escravatura apenas reconfigurou o trabalho escravo para outras formas de exploração tomando por base os interesses dos grupos hegemônicos. E aqui se coloca a herança abolicionista, em que pessoas negras que foram escravizadas, agora libertas sem trabalho, sem teto, sem alimentação com sua religiosidade furtada, suas origens perdidas e suas famílias violentadas. O não reconhecimento do racismo implica na desresponsabilização do Estado nas profundas marcas das formas de identificação social e valorizando corporalidades esteticamente opostas à sua ancestralidade, além das marcas demográficas, históricas nesses corpos, uma vez que:

É na esfera das relações sociais que a questão racial ganha amplitude, na forma como a população negra acessa a riqueza socialmente produzida, ao estabelecer relações afetivas, no acesso e na permanência no mercado de trabalho, na invisibilidade escolar, enfim, é na vida cotidiana que a diversidade racial ganha contornos de desigualdade social (EURICO, 2013, p. 295).

Quando se elege a questão social como objeto de intervenção profissional, é emergente que a profissão considere a complexidade da história do Brasil circunscrita no modo de produção capitalista e vinculada há séculos de escravidão e o que isso gerou nas condições de existência para a população negra, que se vê invisível no acesso à riqueza socialmente produzida (EURICO, 2017). É, pois, dessa forma que se constitui a percepção dos profissionais assistentes sociais sobre racismo, transpassado de determinantes históricos que mantém a ideologia dos grupos de poder (EURICO, 2011).

Ressaltam-se aqui que quando a categoria profissional defende políticas afirmativas, ela se propõe a buscar a garantia de efetivação de direitos para essa população historicamente discriminada. As políticas sociais são a materialização dos debates sobre determinadas pautas de subjetividades coletivas, se encontram-se como direito conquistado e se concentra na área

de atuação do Serviço Social de maneira a mediar conflitos raciais que totalizem mais uma expressão da questão social (CFESS, 2010).

Os principais desafios para a efetivação dos direitos da população negra são as focalizações das políticas. Estas não são discutidas de maneira transversal, e por não serem baseadas na equidade, pouco se consegue de amplitude nas diretrizes, programas e ações. Se as pessoas negras estão submersas num contexto de furto histórico social de sua identidade enquanto povo, suas pautas, demandas e especificidades não serão debatidas por não estarem nos espaços de poder, visto isso, é a extrema relevância da política social.

As ações afirmativas mediante as cotas para negras e negros, populações de baixa renda, indígenas, pessoas com deficiência, dentre outros grupos, possibilitou o acesso, antes omissivo, agora 'inclusivo', nas universidades públicas e nos mais variados espaços de produção e gerência de conhecimento. Até o ano de 2010 as cotas eram facultativas, no decorrente ano se promulga a Lei Federal 12.888 que dispõe o Estatuto de Igualdade Racial e do Projeto de Lei 73/1999 e 213/2003 que elas passaram a ser obrigatórias e destinadas 50% das vagas em universidades públicas para alunos da rede pública de ensino e as proporções dos grupos supracitados (CFESS, 2013).

Essas políticas afirmativas de reconhecimento das violências históricas a grupos socialmente demarcados, encontram-se inseridas na Política Nacional de Assistência Social, que se organiza no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, regulado por Normas Operacionais Básicas e ofertada pela rede pública, que tem por seus princípios básicos, que são:

- I- Supremacia do autoatendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II- Universalização dos direitos sociais, afim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV- Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios de sua concessão. (BRASIL, POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – NORMA OPERACIONAL BÁSICA / NOB-SUAS – Brasília, novembro de 2012, p. 32)

O trabalho da/o assistente social na política de assistência social trouxe a Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social, pois no plano geral codificam as conquistas históricas para sua reconfiguração. Enfatiza-se aqui a importância da organização da política em programas, projetos, benefícios, serviços e atividades na

estruturação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) - caracterizado por grau de complexidade de proteção básica - e Proteção Social Especial e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) – responsáveis pela média e alta complexidade –, a ratificação da matricialidade familiar - “[...] se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social” (BRASIL, 2012, P. 40); descentralização político-administrativa; primazia na responsabilidade do Estado na condução da política e a territorialização (ALMEIDA; ALENCAR, 2011)

Posteriormente, a PNAS (BRASIL, 2012) e o SUAS propõem a implementação da função vigilância socioassistencial no âmbito da gestão da informação da política de assistência social. A vigilância tem por objetivo a “produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas” (BRASIL, 2012. P. 38). Também é responsável por analisar, avaliar e monitorar a oferta de serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

Por que fortalecer as políticas sociais descentralizadas e com a participação de movimentos sociais e órgãos de fiscalização é importante para a discussão deste trabalho? Até aqui têm-se proposto a articular feminismos, políticas sociais com caráter emancipatório e o que isso se caracteriza nas músicas. Traçado os caminhos de discussão possível sobre os feminismos e suas corporalidades apresentadas pela produção visual tanto de Boa Menina, quanto Dona de Mim. Depois de identificadas, se vincula essas análises aos processos da discussão dos referidos temas e o Serviço Social.

Ao trazer o conceito de divisão sexual do trabalho em uma discussão breve e paralela da gênese e consolidação do Serviço Social, e em como as políticas sociais trazem à tona enfrentamentos complexos e extremamente violadores dos direitos humanos. Como presente, a diversidade regional, econômica e demográfica do Brasil se reflete nas características das famílias chefiadas por mulheres. Nesse arranjo familiar, geralmente, é a mulher a única responsável pela sustentabilidade econômica da família” (BRITO, 2008, p.1). Considera-se que as famílias monoparentais femininas não são um fenômeno contemporâneo. “Estudos demográficos, no Brasil colonial, nos mostram que as famílias chefiadas por mulheres não representam, necessariamente, uma invenção da história brasileira contemporânea (DEL PRIORE, 1994, p.69).

Em 2000, as mulheres comandavam 24,9% dos 44,8 milhões de domicílios particulares existentes no País. Em 2010, essa proporção cresceu para 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios brasileiros, o que representam um aumento de 13,7 pontos percentuais, segundo as Estatísticas

de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) uma vez que:

Este indicador apresenta que 39,3% das famílias em áreas urbanas aumentou e diminuiu consideravelmente 24,8% para famílias em áreas rurais. Do total de famílias com responsável de cor ou raça preta ou parda, 38,7% tinham a mulher nesta condição. Em famílias formadas pelo responsável sem cônjuge e com filho(s), as mulheres foram maioria na condição de responsável (87,4%). O critério para definir a pessoa responsável pela família é de que aquela pessoa seja reconhecida como tal pelos demais membros do domicílio. Quando se observa o tipo de composição familiar, a proporção de mulheres responsáveis pela família foi inferior à média nacional naquelas compostas por casal com filho (23,8%) ou casal sem filho (22,7%). O indicador utilizado para analisar a contribuição do rendimento monetário das mulheres foi a média do percentual do rendimento monetário das mulheres, de dez anos ou mais de idade, em relação ao rendimento monetário familiar total. (Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/4889492/numero-de-lares-chefiados-por-mulheres-sobe-de-23-para-40-em-20-anos>> Acesso: 11/03/2019 – 10:54h).

No Brasil, este indicador apresentou 40,9%, enquanto para os homens a média da contribuição foi 59,1%, em 2010. Para as mulheres residentes em áreas rurais, a contribuição monetária no rendimento familiar total foi ligeiramente maior (42,4%) em comparação àquelas residentes em áreas urbanas (40,7%). E enquanto no Nordeste o valor chegou a 46,8%, no Centro-Oeste foi o mais baixo entre as regiões, de 37,8%. Em famílias em que a responsável era uma mulher negra ou parda, o indicador chegou a 42,0%. Já em famílias em que a responsável era uma mulher branca, a contribuição das mulheres foi 39,7%. Em famílias formadas por casais heterossexuais, a média da participação do rendimento feminino foi de 33,5% quando não havia filho e de 31,7% quando havia filho na família, enquanto nas famílias monoparentais – responsável sem cônjuge e com filho(s) – o indicador atingiu 70,8% (IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 e 2015).

Segundo o Instituto Búzios “As mulheres negras chefes de famílias com até um salário mínimo de rendimento são de 60%, revelando uma escolaridade mais baixa. Já as famílias chefiadas por mulheres que recebem três salários ou mais a presença das mulheres negras reduz para 29%” (P. 02). A pesquisa realizada pelo instituto afirma que: a população negra, independente do sexo, recebe 50% menos que a não negra, quando se inclui o recorte gênero a situação fica ainda mais complexa. A remuneração de duas mulheres negras juntas, correspondem ao valor de uma não negra, para exemplificar melhor isso o rendimento anula médio de uma mulher negra.

Esses dados são indicadores sociais que possibilitam análises e construção de políticas públicas para populações afetadas pelas raízes racistas, sexistas, heteronormativas e capitalistas que subsidiam o conteúdo aqui desenvolvido. Às mulheres negras com todo esse processo dual de racismo-sexismo tornam-se alvo dos desmontes sociais com violências simultâneas. Houve um aumento do número absoluto de famílias chefiadas por mulheres, mesmo no contexto da redução da pobreza no Brasil, após processos de recessão econômica, crises de incentivos fiscais, escândalos de corrupção, criminalização dos movimentos sociais, prisões políticas, somadas a outros determinantes sociais, tudo isso influi significativamente para o crescimento de propostas a fim de incentivar a formulação de políticas sociais focalizadas nas mulheres pobres, descaracterizando a transversalidade de todas as categorias apresentadas.

Um dos pontos apresentados pela música *Dona de Mim*, foi a cena do tiroteio perto da escola, que imediatamente corta para a cena da mãe solo jovem, onde divide o olhar entre a janela e local onde o filho está a dormir. Essa cena nos direciona às políticas públicas, por que ao considerar o local de moradia maciça da população negra como sendo as periferias, com aportes qualitativos que comprovem essa violência estrutural, entende-se, a pôr crítica social do clipe em relação as políticas de segurança e garantia de uma educação de qualidade para essa população.

E nesse entendimento, observa-se o papel de denúncia e representatividade carregado por *Dona de Mim*, num paralelo que configura a violência institucionalizada nos espaços produtivos e reprodutivos da sociedade. Numa ostensiva de genocídio, estima-se que mais de 42 mil adolescentes de 12 a 18 anos poderão ser vítimas de homicídio nos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes entre 2013 e 2019 (UNICEF), e que dos 30.000 jovens vítimas de homicídios por ano, 77% são negros.

Numa análise dos dados do Mapa da Violência no Brasil entre 2002-2012, percebe-se que há uma significativa queda no número de homicídios de jovens brancos, ao passo que aumenta o extermínio de jovens negros. Enquanto em 2002 morriam 10.072 jovens brancos para cada 100 mil habitantes, esse número decaiu para 6.823 em 2012. Não obstante, o número de homicídios de jovens negros saltou de 17.499 para 23.160 no mesmo período. Dessa forma pode-se observar também a criminalização dos corpos negros e truculência policial, onde justamente não há investimentos em infraestrutura, escolas, segurança, saneamento básico, comércio formal, dentre outros agravantes.

Outro dado apresentado pelo Mapa da Violência no Brasil, é que em 2012 houve um crescimento de quase 10% nos homicídios de jovens negros, em que 61.283 mortes violentas ocorreram em 2016, a maioria das vítimas são homens (92%), negros (74,5%) e jovens (53%

entre 15 e 29 anos). A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil e são 63 mortes por dia, que totalizam 23 mil vidas negras perdidas pela violência anualmente.

Apontam-se aqui também, os dados do Atlas da Violência 2016-2018, em que houve um aumento de 7,4% em relação a 2015 no número de jovens mortos. Já no período de dez anos, entre 2006 e 2016, o aumento registrado foi de 23,3%. O número de mortes de jovens negros, é um retrato da desigualdade racial no país, onde 71,5% as pessoas assassinadas são negras ou pardas, com baixa escolaridade e não possuem o ensino fundamental concluído.

Os homicídios são reflexo da sobreposição de vulnerabilidades às quais a população negra está sujeita e o quanto a violência atravessa esses corpos de maneira generalizada. Apesar de alguns avanços conquistados, como a Lei Maria da Penha, o número de homicídios de mulheres negras – que inclui as pretas e pardas – segue aumentando com destaque para os feminicídios. Segundo o Atlas da Violência (2018) as mulheres negras, pobres e que têm entre 18 e 30 anos são a maioria das vítimas de crimes contra a mulher. Em 10 anos o assassinato de mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto a taxa de homicídio de mulheres não negras diminuiu 8%; a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras.

Pensar, portanto, a categoria de maternidade negra levantada pelo videoclipe como entrelaçada a violências aos corpos negros, é dar destaque e visibilidade para a questão, quando se tem visibilidade os debates tendem acentuar-se e isso provoca alguns alcances sociais. Destaca-se, como um movimento social de resistência na defesa da vida de pessoas negras e suas constituições familiares majoritariamente chefiadas por mães e avós – Mães de Maio – foi fundado em 2006 por mães que perderam seus filhos vítimas do tráfico de drogas e da polícia. Sublinha-se que foram mais de 564 mortes, durante os dias 12 a 20 do mês de maio de 2006, que estão escritos na história do Brasil. O ato político e público da marcha de mobilização das mães se mostra constante na luta contra o genocídio dos jovens negros, e hoje, se organiza precisamente pela internet.

Dessa forma, por ser a/o assistente social a pessoa que trabalha na construção e efetivação de direitos sociais via políticas públicas, e as mulheres negras estarem numa vulnerabilidade social e serem estas as chefes e rendas de sustento familiar, é que se faz necessária articulação para a emancipação dos grupos sociais de mulheres negras e suas famílias. É importante destacar, que a linguagem utilizada em um videoclipe, tem um alcance teórico e ideológico, mesmo sem usar termos conhecidos na militância dos movimentos sociais. Essa linguagem é responsável pelo inflame da representatividade e denúncia.

2.3 Feminismo, racismo, transexualidade e Serviço Social PUC-Goiás: por onde percorre este debate?

O Serviço Social tem construído sua trajetória, em autocrítica, produções acadêmicas e abertura para aprofundamentos em contextos diferentes e abrangentes na história do Brasil e as populações aqui residentes. É um desafio realizar a interlocução e este diálogo se retomar o atual momento de crise política financeira do país. Desse modo, essa produção tende a fortalecer o debate dentro da PUC-Goiás, visto que ainda é um passo pouco dado entre as/os professoras/es do serviço social.

Reafirma-se a intrínseca relação entre questão étnico-racial e questão social, é uma tarefa coletiva profissional da/o assistente social numa produção de pesquisas e intervenções no âmbito das políticas públicas, que mesmo aparentemente modernizadas tem em seu cerne posturas autoritárias e conservadoras (EURICO, 2018).

No ano de 2010, cria-se o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) – Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades – que ampliou consideravelmente a sistematizações e produções acadêmicas e trouxe outras pesquisas e tendências no debate e no suscitar de novas produções na articulação de pesquisas sobre a ligação dessas questões (ABEPSS, 2018). O GTP, constitui-se num espaço de elaboração, produção e circulação do conhecimento de maneira integrada ao que se refere as dimensões exploratórias e de opressão estruturantes da sociabilidade do capital e seus rebatimentos nos contingentes populacionais.

Criado no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS – em dezembro de 2010, na cidade do Rio de Janeiro, numa “[...] estratégia coletiva de fortalecimento e visibilidade das discussões sobre as relações sociais de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do serviço social” (CISNE et al., 2014, P. 235) Como coordenação propulsora estiveram Marlene Teixeira (Universidade de Brasília/UnB), Mirla Cisne (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN), Magali Silva Almeida (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ), Maria das Graças Gomes (Universidade Federal do Espírito Santo/UFES) e Guilherme Silva de Almeida (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ).

No XIII ENPESS do ano de 2012 durante o colóquio do GTP, na cidade de Juiz de Fora -MG, foram levantados alguns pontos de avaliação, bem como a necessidade de aproximar as coordenações dos GTPs e coordenações regionais da ABEPSS; foi apontada a indispensabilidade de interlocução entre as ênfases no interior dos GTPs; Caracterizou-se

também a urgência em se fazer cumprir nos cursos de Serviço Social a Lei que se refere a obrigatoriedade do ensino de História da África e do Negro, nos currículos do ensino fundamental ao ensino superior (ALMEIDA; SILVA, 2012, P. 02)

Os Grupos Temáticos de Pesquisa trabalham para a implementação de estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva de fortalecer as discussões acerca das temáticas de gênero, raça/etnia, geração e sexualidade no âmbito do Serviço Social. A fim de direcionar as produções e discussões, têm-se em sua ementa: Sistema capitalista-patriarcal-racista e heteronormativo. O Serviço Social as relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, interseccionadas às opressões de classe (ABEPSS, 2013).

E com a direção de correlação de forças presente nessas demarcações, e por ser necessária seu entendimento particular, e assim define-se as especificidades de estudo, a categoria gênero e divisão sexual do trabalho, abordado no item anterior, e temas tais como:

- b) Raça/Etnia: Estado e raça. Formação social e Divisão racial do trabalho no capitalismo. Raça e etnia como construção social. Pensamento Social e raça/etnia. Desigualdades étnico-raciais, de gênero, geração e classe. Indicadores sociodemográficos e desigualdade racial. Movimentos sociais e antirracismo. Serviço Social e políticas públicas de promoção da igualdade racial. Formação profissional e desigualdades étnico-raciais: avanços e desafios para o projeto ético-político do serviço social. Exercício profissional, preconceito e discriminação racial.
- c) Geração: O debate geracional no mundo contemporâneo. Os processos que envolvem infância, juventude e velhice enquanto expressões da questão social. Indicadores socioeconômicos, proteção social e protagonismo político. As demandas pela reconfiguração do espaço urbano e de equipamentos sociais. O trabalho do assistente social junto a infância, juventude e velhice.
- d) Sexualidades: Diferentes expressões de homofobia e sexismo. Diversos arranjos familiares e opressões associadas às sexualidades não hegemônicas e às múltiplas expressões de feminilidade e masculinidade. Violações dos direitos sexuais no campo dos direitos humanos. Políticas públicas, gênero, sexualidade e serviço social. Movimentos sociais de enfrentamento à homofobia e ao sexismo (ABEPSS, 2014).

O GTPs, são extremamente importantes para a configuração desses debates durante o período de formação profissional. Em 2018 concretiza-se uma conquista o livro *Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social* das autoras Mirla Cisne e Silvana Mara dos Santos, ambas em suas produções constam-se alinhavos com as intersecções identificadas anteriormente. O debate de Gênero dentro do Serviço Social, chega por duas pensadoras e ativistas feministas em defesa da liberdade sexual e antirracistas.

Como fonte de análise desta pesquisa utilizou-se de portais estudantis e sites acadêmicos, o contato com produções em dissertações e teses de doutorado como resultado da produção científica e os debates de constituição da identidade profissional. Circunscreve-se

aqui alguns dados de uma pesquisa sobre quantidades e produções relacionados aos temas e o Serviço Social.

CAPES	FEMINISMO E SERVIÇO SOCIAL	RACISMO E SERVIÇO SOCIAL	TRANSSEXUALIDADE E SERVIÇO SOCIAL
TOTAL	1.133.497	1.141.711	1.141.711
MESTRADO	783.055	787.848	787.848
DOCTORADO	783.055	268.983	268.983
PUC - GOIÁS			
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL	10	22	0

- Os sites foram consultados em 24/02/2019 às 14:20 <[e <\[Nessa comparação, é possível pontuar a divergência ao que alude a direção de produção científica entre as pesquisas da PUC-GOIÁS e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Essa relação é significativa, pois a CAPES é um instrumento para ciência acadêmica, e é também um mecanismo de sintetização das indagações de grupos ou pessoas sobre nichos sociais e suas formas de intervenção. Esses dados retomam aspectos históricos de como se consolidaram as ciências sociais e de saúde, que é onde locam-se as escolas de Serviço Social.\]\(http://sites.pucgoias.edu.br/home/sibi/bases-de-pesquisa/banco-de-dissertacoes-e-teses/>>/>

</div>
<div data-bbox=\)](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/)

Dessa maneira ao pensar a história da profissão em sua formação e consolidação, postas sob um cenário contraditório e de múltiplas organicidades. O domínio e exploração faz com que as pessoas vendam força de trabalho e o capital compra-a para a produção de serviços. Essas relações de compra e venda de trabalho atuam numa preservação massiva das forças sociais – entendendo-as como parte integrante do sistema hegemônico. Em seu processo de articulação e formação, o Serviço Social passa por inúmeras construções afim de efetivar o eixo

da formação profissional na questão social, esta consoa numa apreensão teórico-metodológica que age sob centralidade da prática profissional, delineada num projeto profissional conjunto. Por que quando se trabalha com as expressões da questão social - fruto do conflito/confronto entre capital e trabalho - numa sociedade escravizada e alienada que anula o ser social, é de urgência a apropriação do papel pedagógico da/o Assistente Social à se fazer intelectual orgânico, para produzir nossa ciência em contribuição às/os colegas e a toda sociedade/comunidade.

Além disso, onde se concerna o papel da universidade dentro do Estado de Goiás? Com o século XVIII e a chegada das bandeiras oriundas do Estado de São Paulo sobre Goiás, eles empunhavam a visão de ir pro sertão e dominar povos que consideravam bárbaros. Dessa forma fincou suas marcas e raízes tão profundas, quanto o ecossistema que o gere, em genocídio indígena e étnico-racial, coronéis, escravagistas, bandeirantes, garimpos, patronatos e acordos com várias instituições e mecanismos de poder.

Nessa disputa do constante enfrentamento com o jogo do capital especulativo e financeiro, os corpos tornam-se alvos para colonização e retirada de toda sua ancestralidade e território. Isso influi diretamente a exploração de riquezas naturais, precarização de políticas públicas de educação, saúde, meio ambiente, convivência com biomas, e como alguns corpos são regularmente violentados. Há, pois, bem uma necessidade emergencial na consolidação diária do projeto ético político, que caminhe em direção de uma prática profissional conectada com um projeto societário vinculado à classe trabalhadora (CFESS, 1999), que denuncie as opressões e intervenha na realidade social pautada no seu compromisso histórico com a defesa intrínseca dos direitos humanos. Quando se atua no movimento antagônico de classes (TEIXEIRA; BRAZ, 2009), imprime-se de alguma maneira ações profissionais alternativas que fortaleçam a classe trabalhadora.

Delineou-se aqui esses traços do Estado de Goiás para a contextualização dos desafios para o contraponto com as hierarquias e institucionalizações, uma vez que, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social define que o eixo curricular da graduação,

[...] está em entender as novas configurações do espaço profissional, buscando identificar quais as mediações necessárias para a atuação nesse espaço. O PPC em consonância com as exigências da realidade social, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Serviço Social, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, as políticas acadêmicas da PUC-Goiás, explicita a dimensão social, política, histórica e cultural de sua práxis, bem como a concepção e a prática do curso que ministra, na interlocução que faz com o estado e a sociedade civil, nas esferas do poder, da produção, da reprodução e da cultura, localizando-o na totalidade das relações sociais (PUC-GOÍÁS, 2018, p. 23)

Dessa forma, com uma matriz curricular do Curso de Serviço Social da PUC-Goiás datada do ano de 2009, houveram algumas revisões recentes no ano de 2016. A matriz curricular do Curso de Graduação em Serviço Social da PUC-Goiás dispõe a disciplina de Oficina Temática II (dois créditos), que é onde se traz, algumas possibilidades de debate, num estudo e investigação de temas contemporâneos vinculados as expressões da Questão Social: exploração de classe, gênero e etnia. Discussão dos espaços ocupacionais e funções do Assistente Social na construção de respostas às demandas postas pela realidade (PUC-Goiás, 2009, p. 50).

Como levantamento em trabalhos monográficos de uma discussão tímida, inseridos numa conjuntura internacional e nacional conservadora e autoritária, o Serviço Social da PUC-Goiás, dispõe uma proposta de reformulação da matriz teórica. A proposta está em avaliação do Conselho Universitário, está o andamento de uma nova proposta curricular para a grade do Serviço Social PUC-Goiás. O que antes era trabalhado em Oficina Temática, agora está incorporado a uma disciplina de quatro créditos e se chama por: Gênero, Etnia e Serviço Social. Essa disciplina constitui a formação de um dos núcleos de fundamentos do trabalho profissional de acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Foi montado um planejamento e roteiro de discussão, em que eram participantes: professoras da graduação, representantes do centro acadêmico para ler bibliografias que contribuam com o debate que respondam a essa nova configuração curricular. Se dividiram em grupos de discussão para articulações teóricas dessas propostas. A ideia é não ter um Projeto Político Pedagógico do curso quadrado com seu conteúdo discutido no processo de formação profissional. Outras propostas caracterizam-se também nesse processo, mudanças de disciplinas, retorno de outras, e uma forma circular de conteúdo para alavancar o processo formativo de identidade profissional³⁸.

Pela Universidade Federal de Goiás (UFG), é ministrada uma disciplina específica já no oitavo período, tendo como eixo central, Gênero, sexualidade e cidadania, com os seguintes temas em sua ementa: os estudos feministas e de gênero; gênero, corpo e sexualidade; gênero, poder e questão social; efetivação dos direitos sexuais – cidadania; aborto e (des)criminalização; sexualidade, homofobia e homoafetividade; crimes sexuais: assédio sexual, estupro, atentado violento ao pudor e pedofilia; (UFG, 2013, p. 45).

No ano de 2018, o até então estudante do curso de Serviço Social da PUC-Goiás, Miguel Martins De Freitas Neto, realiza um trabalho monográfico sobre - A Identidade de Gênero no

³⁸ As informações foram disponibilizadas pela coordenação do Bacharel em Serviço Social da referida universidade.

processo de formação dos Assistentes Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – e apresentou algumas informações que utilizaremos para compor esta análise. Ele utilizou três questionários que se dividiam em identificar o que os participantes sabiam do termo identidade de gênero, o que conheciam sobre a sigla LGBT e se conhecem o que diferencia entre travesti e transexual (NETO, 2018).

A pesquisa se deu com dez questões entre os estudantes do primeiro período noturno, na junção das turmas, totalizando 24 estudantes dos semestres 2017/2 e 2018/1, destaca-se que não se formou o primeiro período em outros turnos. O trabalho foi respondido por oito estudantes do oitavo período matutino, numa turma de 25, com doze questões. Do universo de 14 professores do curso de graduação em Serviço Social, 10 disseram que responderiam, no entanto apenas quatro retornaram, o questionário foi entregue a eles em 2018/1. O autor observa que:

Obteve-se a resposta dos estudantes do primeiro período: quatro estudantes não responderam; 10 estudantes responderam que o Travesti se veste como mulher e que o Transexual necessita de mudança/operação do sexo; e dois estudantes responderam que não sabem a diferença, mas que são pessoas que possuem direitos. Já as respostas dos estudantes do oitavo período foram: um respondeu que, por não ter conhecimento sobre o assunto o impede de responder; cinco estudantes responderam que as Travestis são pessoas que se vestem de mulher e permanecem com seu órgão genital e as Transexuais são pessoas que necessitam da cirurgia de mudança de sexo (NETO, 2018, p. 37).

A nova lógica curricular da ABEPSS, propõe a formação profissional do(a) Assistente Social em que se “agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (ABEPSS, 1999, p. 04). Tendo como base as diretrizes curriculares da ABEPSS, o CFESS no ano de 2018, publicou a RESOLUÇÃO Nº 845, que dispõe sobre a atuação profissional do(a) assistente social em relação ao processo transexualizador. Esses posicionamentos e produções são significativos para que o debate se fortaleça e conseqüentemente as políticas sociais como estratégia de sobrevivência as mazelas do capitalismo. O trabalho de Miguel desvela pontos não explorados pela equipe de direção, coordenação e professores do curso, como os que apresentam as possibilidades e teorias para as/os estudantes, uma vez que:

[...] a questão analisada do questionário entregue aos estudantes do primeiro período, foi sobre a relevância para o futuro assistente social, em relação a um aprendizado mais esclarecedor ou discussões sobre o tema identidade de gênero tendo como referência as travestis e transexuais. Dos 24 estudantes participantes da pesquisa, afirmaram ser relevante esse estudo aprofundado na formação do assistente social,

três responderam que não consideram relevante esse recorte e dois estudantes não responderam esta questão. As respostas dos estudantes em sua maioria estão de acordo com a Resolução CFESS Nº 845 na qual afirma em seu Art. 1º que os(as) assistentes sociais deverão contribuir, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente - (NETO, 2018, p. 39)

O autor corrobora o posicionamento do conjunto CFESS-CRESS que em sua relação têm construindo subsídios teóricos, cabe as e os profissionais do Serviço Social se proporem a diálogos com essas produções, pode ser um desafio, da(o) Assistente Social de “desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano” (IAMAMOTO, 2015, p. 20), mas esta pesquisa com certeza é um convite.

As respostas traçam senso comum com reproduções sexistas, transfóbicas, porém grande parte das/os participantes estudantes vê a importância de destituir hierarquias entre alunas/os e professoras/es (NETO, 2018), e analisa o que dizem as professoras:

No questionário respondido pelas professoras do curso de Serviço Social da PUC-Goiás contendo nove questões (Apêndice C), a primeira questão perguntava se “acreditam que um debate teórico a respeito desse público possa contribuir positivamente para a formação e discussão acadêmica”. Todas as professoras que responderam que há sim a necessidade de melhor debater sobre essa temática, justificando que este debate contribui positivamente para a formação acadêmica e que está preconizado no Projeto Ético Político Profissional do Assistente Social. Disseram também que o conhecimento é uma das formas para a superação do preconceito e que pode contribuir positivamente para a formação acadêmica, e que essa temática é vista no Curso como um assunto pontual e fragmentado, mas se faz necessário pautar essa discussão na formação do Assistente Social.

Embora o número de professoras/es do Serviço Social que responderam o questionário seja pequena, as respostas das professoras participantes dialogaram com as aberturas possíveis dentro da disciplina, havendo algumas discordâncias quando questionadas:

[...] se com o conteúdo abordado sobre relações de gênero na Disciplina Oficina Temática II, seria suficiente para a ampliação do debate no curso. Duas professoras afirmaram que a disciplina citada não abarca os aspectos teóricos nem promove uma discussão ampla sobre o tema. Uma professora respondeu que a discussão sobre gênero não é específica da disciplina de oficina temática II, pois ela está imbricada em todo processo de formação em outras disciplinas como Fundamentos, Política I, II, III, IV, Seminário Temático, entre outras. Uma professora afirma que não seria o suficiente, visto a complexidade a ser abordada (NETO, 2018, p. 42).

Ao retomar as controvérsias construídas no seio da questão social e suas expressões como refletidas nos espaços de poder, aqui sinaliza a imediata postura coletiva da graduação na PUC-Goiás, pois enquanto não equiparar essas intersecções como relacionais e estruturantes, continuar-se-á omitir a presença de corpos diversos nos espaços, e essas pessoas, são consideradas minorias sociais. Num afetar de direções governamentais dos países, e neste caso, o Brasil, com a colonização do corpo à crença, naturalizam-se modos de produção exploratórios, racistas, sexistas e heteronormativos, e tudo isso precisa estar agrupado no processo de formação profissional. Dessa maneira, Neto (2018) dialoga que é:

Através das respostas obtidas dos questionários aplicados tanto do primeiro quanto no oitavo período do curso de Serviço Social, e tendo como resposta de uma maioria dos estudantes o não conhecimento sobre as diversas identidades de gêneros, pode-se dizer que possivelmente haja uma dificuldade nos atendimentos desses futuros profissionais com o público LGBT, e podendo afetar diretamente na vida desses usuários. Na mesma pesquisa ao mesmo tempo que os estudantes mostram o não conhecimento com essa comunidade, pode observa-se que a necessidade e o interesse do conhecimento voltado ao público LGBT mais específico, a identidade de gênero como as Travestis e Transexuais, são de comum acordo entre os estudantes para estabelecer um melhor atendimento entre esses usuários e o profissional de Serviço Social. [...] Apesar da dificuldade encontrada em realizar a pesquisa com essa temática junto às professoras do Curso de Serviço Social da PUC-Goiás, as respostas obtidas das mesmas no questionário aplicado, nota-se que é um tema latente dentro de sala de aula, mas que não há ampliação, por não constituir parte de algo planejado ou organizado pelo próprio Curso do Serviço Social. Diante disso, faz-se necessário refletir sobre a revisão do Projeto Pedagógico do Curso, o qual desenvolva a temática voltada ao público LGBT, e que por consequência possa aprofundar nas relações sobre a Identidade de Gênero (NETO, 2018, p. 46).

Tal realidade apontada em pesquisas que indicaram a contradição para a formação profissional em Serviço Social. É “[...] desde o processo de ruptura, a criticidade dos fenômenos sociais, bem como a leitura dos processos sociais a partir da perspectiva de totalidade social” (ROCHA, 2009, p.12). Essas produções destinam-se a suscitar outros aprofundamentos para contribuição de análise dos objetos e o amadurecimento de teorias. Isso transforma os processos de discussão de diretrizes que regulamentam, fiscalizam ao que tange sua operatividade, e em seu caráter formativo profissional os avanços tem sido consideráveis e não podem deixar de ser indissociáveis. Reitera-se que racismo, feminismo e transexualidade são categorias que se associadas a classe alcançam-se parâmetros de análises e mecanismos para identificar quantitativamente políticas afirmativas, sociais, reprodutivas, que contribuam para a apropriação da riqueza socialmente produzida chegue as/os trabalhadoras/es. Contudo, essa afirmação é distante da realidade, pois as constantes e conservadoras medidas de organizações de direita numa articulação suprema com todas as instâncias sociais, para o desmonte das conquistas históricas de vários grupos socialmente excluídos.

O Serviço Social numa perspectiva histórica não pode se omitir dessa discussão e negligenciar as existências de seres sociais. Visto que a consolidação de sua profissão se dá em projetos societários transformadores e conservadores, e que se faz necessário posições e estratégias de transformação social (BRAZ e BARATA, 2011). Essa relação aponta para a potência intersubjetiva de pessoas com os demais campos políticos (DIAS e ARAÚJO, 2017). Portanto, estabelece-se interlocuções necessárias na validação da defesa intransigente dos direitos humanos (CFESS, 2013).

CAPÍTULO III - CAPITALISMO E ANÁLISES DE CONTEÚDOS FEMINISTAS

Ser preta no corre é tipo o filme corra / Não vivo de sorte, aqui é viva
ou morra / Pode crer / Camélia resgatando mentes / Quebrando as
correntes que prendem você / Camélias dão voltas no mundo / Tirando
as correntes dos punhos / Não sou mais escrava do mundo / Não sou
mais refém desse mundo, não

(DRIK BARBOSA)

A teoria feminista tem como um de seus principais objetivos a crítica aos limites da ciência tradicional clássica. O conceito universal de homem pensado a partir de um ser branco-heterossexual-civilizado de primeiro-mundo passa a ser questionado, assim como a ausência de esquemas que projetem as mulheres (RAGO, 1998). Apesar de a teoria feminista se apropriar e ressignificar conceitos e categorias de vertentes do conhecimento, como positivismo, marxismo e pós-modernismo, a epistemologia feminista oferece também grandes contribuições conceituais, ocupando-se de discussões teóricas antes nunca projetadas no âmbito intelectual e político, como explica Rago (1998).

O resultado dessas contribuições é atravessado por posicionamentos bastante variados, tanto em relação às lutas travadas pelos movimentos, quanto em relação à própria teoria feminista. Segundo Piscitelli (2004), tal teoria está longe de constituir um todo unificado. João Manoel de Oliveira (2010) afirma que a teoria feminista habita espaços hifenizados, permitindo uma forma “híbrida” de saberes. O autor entende o “habitar” como um constante ponto de interrogação que questiona os espaços conceituais de sua produção. Em outras palavras, o percurso do pensamento feminista apresenta um movimento dialético e de interlocução com outras áreas de conhecimento, questionando constantemente os saberes produzidos. Assim, quando se apropria das categorias analíticas associadas à teoria feminista, é necessário que se faça um diálogo com os movimentos feministas e de mulheres, que ao longo do tempo colaboraram para sua constituição.

Quando se apresenta via análises de músicas para a identificação e caracterização de feminismos e a importância de dialogar com os mais variados grupos sociais. Dessa forma, o POP, como gênero das grandes massas acessa a população e se faz como espaço de influência ideológica. Em seu trabalho *Understanding Popular Music* (2001), Roy Shuker define música popular como:

(...) um híbrido de tradições musicais, estilos, influências e é, também, um produto econômico revestido de significado ideológico por muitos de seus consumidores. No coração da maioria das diversas formas de música popular está uma tensão

fundamental entre a criatividade essencial do ato de “fazer música” e a natureza comercial de seu volume de produção e de disseminação (SHUKER, 2001, p. 7).

O feminismo, hoje, integra de forma inquestionável a agenda da mídia. O movimento e suas abordagens estão sempre presentes em pautas do dia a dia nos meios de comunicação de massa. O cinema, a arte e a música são outros exemplos de lugares onde são expressas várias visões e opiniões sobre diferentes temas e assuntos, entre os quais o feminismo é incorporado. De acordo com Kellner (2001), os meios de comunicação de massa fornecem representações que ajudam na construção de visões de mundo, o senso de identidade e sexo.

Determinam estilos e modos de vida, também ajudam na construção de pensamentos e ações sociopolíticas. A cultura da mídia reproduz lutas e discursos sociais existentes, expressando os medos e os sofrimentos das pessoas normais e comuns, e paralelamente fornece material que ajuda na formação de identidade e dá sentido ao mundo. Para Kellner (2001), os cantores têm um espaço privilegiado na cultura a partir dos principais movimentos sociais que começaram nos anos de 1960.

Dentre a pauta ampla dos movimentos contraculturais, a mídia atualmente parece privilegiar mais o movimento feminista do que outras lutas minoritárias (em que pese uma crescente atenção à questão dos homossexuais). Esta nova fase do movimento pode ser categorizada como um “feminismo pop”. Se a mídia – e o jornalismo, em particular - possui um espaço privilegiado de estabelecimento de pautas e de poder na sociedade moderna, o meio artístico musical, potencializado pelo fenômeno de crescente atenção ao papel das celebridades, torna-se um âmbito de influência considerável para a criação de modelos de vida e comportamento social.

De acordo com a pesquisadora Márcia Silva (2014), os meios de comunicação exercem um papel cada vez mais crucial na formação “educativa” e “didática” dos conhecimentos diários. Graças ao seu alcance, a mídia atua como um lugar de formação, junto com a escola, família e outras instituições. Os produtos que são feitos pelos grandes meios de comunicação e pela mídia, tornam-se discursos “que circulam amplamente como saberes – de verdades e realidade – e, deste modo, incidem significativamente na cultura” (SILVA, 2014, p. 48). Esses discursos transmitem normas e valores da cultura e são compreendidos por sujeitos e por grupos sociais. Assim, a conexão música e feminismo torna-se um lugar privilegiado desta agenda (ressalta-se, todavia num contexto em que o gênero do jornalismo é masculino).

Para a jornalista Adriana Küchler (2015), o feminismo vive uma era pop graças às

celebridades que se assumiram feministas, abrindo portas para uma nova geração de mulheres ao movimento. Segundo a mesma autora, o objetivo é o mesmo: lutar pelos seus direitos, inclusive a partir do estabelecimento de polêmicas e controvérsias. Todavia, como nota Kùchler (2015), o feminismo pop corre o risco de se limitar a uma estratégia de marketing e acabar desviando para questões realmente fundamentais do movimento.

Existe uma justa suspeita e discussão a respeito de até onde vai um discurso feminista e até onde vai um produto comercial. Mas é perceptível que cada vez mais cantoras, atrizes e modelos incorporam e discutem o tema na mídia, em suas entrevistas e seus discursos. A escritora feminista Anada Hilgert (2015) define o movimento como “feminismo de meio termo”, pois possui diversas contradições e ainda apresentam muitas atitudes e modelos patriarcais. O jornalista Pedro Marta Santos (2015) sustenta que as artistas pop que representam esta nova cara para o tema acabam se tornando símbolos de gênero que exibem o sexo como um sinal de confiança e liberdade e não como arma contra os homens.

Não é de hoje que se usa com frequência o termo “pop” para classificar produtos, fenômenos, artistas, lógicas e processos midiáticos. De maneira mais ampla, a ideia de cultura pop sempre esteve atrelada a formas de produção e consumo de produtos orientados por uma lógica de mercado, expondo as entranhas das indústrias da cultura e legando disposições miméticas, estilos de vida, compondo um quadro transnacional de imagens, sons e sujeitos atravessados por um “semblante pop” (GOODWIN, 1992).

Escolheu-se estudar a vertente “pop”, por reunir características que nos permitem comparar a cultura de massa com o fenômeno da desmassificação; a música antes e depois do advento da Internet e, dessa forma, compreendermos quais mudanças na sociedade e no pensamento coletivo foram trazidas em função da revolução informacional. A partir da década de 1970, o mundo experimentou uma revolução nas comunicações com o advento da Internet e, por mais que os impactos dessa (re)evolução tecnológica (e porque não dizer cultural) ainda estejam acontecendo, há instrumentos concretos que permitem sua análise no que tange à sociedade contemporânea.

A Internet, elemento protagonista da comunicação via computadores, teve rápida absorção na sociedade se considerarmos que, em pouco mais de três décadas de existência, já é utilizada por mais de 800 milhões de pessoas ao redor do planeta; e por mais que os motivos de seu sucesso ainda sejam foco de estudos, fica claro que a interatividade e a intersecção das mídias é o que caracteriza esse meio. Torna-se mais forte o meio ciberespacial, uma vez que se consegue interagir, participando dos e/ou modificando os processos sociais em rede, online.

O espaço online vem sofrendo sérios problemas com relação aos downloads ilegais e a pirataria, o mercado da música POP, ainda é um dos mais poderosos. Além da força da publicidade atuante no mercado, as gravadoras e os artistas conseguem utilizar as novas tecnologias de Informação e Comunicação a fim de produzir sua imagem. Portanto, a questão da relação da tecnologia com a arte, em especial a música, fica ainda mais nítida no caso da música POP, que mostra seu caráter comercial e mercadológico.

Nota-se, ainda, que o público que pretende atingir com essa vertente musical é constituído em sua grande maioria, por jovens e adolescentes (que são os maiores usuários da Internet como forma de lazer e/ou cultura). Desse modo, o cenário mundial do POP tem-se modificado constante e fortemente, uma vez que, com o fácil acesso por meio da Internet, muitas pessoas deixam de consumir essa arte pela forma convencional e passam a consumi-la pelo ambiente do ciberespaço (temos que considerar também os avanços tecnológicos dos reprodutores de mídia – iPods, MP3 players, iPhone etc.). Conclui-se que entender quais mudanças foram trazidas para a dimensão da música POP em razão das novas tecnologias de informação e comunicação é, de fato, um caminho para entender como pensam os jovens acerca do próprio advento tecnológico e da globalização tecnológica e cultural.

A identidade social desses jovens é construída a partir da diferenciação de gostos musicais dentro do cenário pop da música. Assim, pode-se inferir que uma identificação com os artistas e o ideal competitivo interiorizado são consequências que se verificam no comportamento desses jovens. Assim, mais do que ouvir uma música e se identificar com a letra e/ou a melodia, o pop traz para os indivíduos uma série de aspectos que os influenciarão suas vidas: modo de se vestir, linguajar, pessoas com quem se relacionar, visão de mundo e até mesmo a visão de si mesmo

3.1 A história do POP e a intervenção feminista.

Numa sociedade marcada pelo consumo e mercado, a música por sua vez não é só som, principalmente por estar associada à mídia. Mídia é o instrumento capaz de modificar as músicas existentes para a criação de novas, via tecnologia, que não são exclusivamente acústicos. A música, ao longo da história, não se manifestou sem estar associada a algum instrumento musical, de canto ou técnicas instrumentais, acompanhadas de danças ou atividades sociais. Este mídia não se articula apenas através de som, mas também por “representações à base de texto”, envolvendo outros sentidos que não a audição, através de “manifestações

visuais”, afirma (VASCO, 2015). A música transmite informação ao ouvinte sobre contexto pela melodia, harmonia e ritmo.

Numa percepção corporal da música, os sentidos (a audição, a visão, etc.) não existem somente enquanto domínios isolados, são estímulos sensoriais e podem ser veiculados através de canais que envolvem mais do que um sentido simultaneamente. Não estando limitadas a um único sentido ou médium, tanto a música pode ser considerada “discurso”, sendo “atividade associada a instituições corpos, tecnologias e contextos” (SHAWMILLER, 2001: 141). O autor conclui que a música não deve ser entendida apenas através de som, pelo som em concordância com “outros elementos que constroem o discurso musical” (2001: 143) embora a música pop seja “filha da indústria da cultura”, (DIEDERICHSEN, 2010: 19). A música pop, neste cenário, “começou a explorar as artes para comunicar as suas expressões visuais.

Essas expressões estão presentes na audiovisualidade da música POP, e é influenciada por efeitos tecnológicos. Sua produção musical realiza-se por estímulos visuais, exprimidas por um conjunto de atividades motoras, gestos e expressões faciais (MORGADO, 2015). A música explora dimensões valendo-se de um discurso sensorial em canais não isolados que se manifestam entre os media. O POP não se limita a dimensão acústica, é produzido, vendido em estratégias diferentes para o consumo do público, e apesar disso não é apenas um produto cultural-industrial.

A música POP em sua totalidade, tem a dimensão audiovisual bem acentuada. Contém conceitos implícitos de atitudes, ideais, e em consequências de corporalidade como trabalhos fotográficos, performances. É que sua presença física, é performer (MORGADO, 2015). Seu material gráfico comunica com as músicas por canais não musicais, é agente importante para a criação de contexto, uma vez que:

No entanto, a música pop existe, primeiro, desagregada da dimensão visual que lhe é inerente, enquanto gravação (a faixa, a música), sendo, conseqüentemente, um fenómeno audiovisual incompleto. A “música gravada”, que segundo Diederichsen se torna “o foco da atenção”, longe de mostrar a perícia e capacidade artística da interpretação musical (exaltada na música clássica), oferece a presença de um “ser humano concreto” (Diederichsen, 2011: 121). A dimensão visual da música pop “responde” à “exigência pelo performer”, que constituía a “verdadeira atracção da música pop nos seus primeiros anos”, sendo que “pelo menos, precisávamos de fotografias daquela pessoa, ou melhor ainda apresentações ao vivo” (2011: 122).¹⁷ Ou seja, a música pop é um fenómeno audiovisual incompleto porque oferece a voz, mas não a imagem, do performer (MORGADO, 2015, p. 31-32)

As dimensões não musicais do POP estão articuladas em artes visuais, som e imagem como esferas de influência. O som gravado completa os elementos audiovisuais, em estratégias ou produto que constroem a edição musical, com intenções comerciais, salienta Vasco Morgado

(2015), que constrói contextos próprios. O POP é um fenômeno audiovisual colaborativo entre profissões diversas (artistas, músicos, fotógrafos, designers, etc.), num cruzamento de domínios criativos. É uma ferramenta artística de expansão de influência. Sua comunicação de expressões visuais é receptada numa interação com público.

Sua variedade de atividades culturais e artísticas criam simbologias na construção imersa de som e imagem. O POP nasce em 1950 nos Estados Unidos da América e Inglaterra simultaneamente, países que a industrialização está num ritmo maior e crescente que outros países ao longo do mundo. Marcado pelo jazz e o R&B e Dance (pelos ritmos e batidas) – utilizado para fins comerciais e dirigida essencialmente para um público mais jovem, é uma afirmação leve do “rock and roll” (LANHELAS, 2013).

Esse gênero musical apresentava-se de modo não clássico e impunha versatilidade musical, assim como R&B sua velocidade que pode oscilar, com liberdade de criação. A música POP pode ser caracterizada como um gênero voltado para audiência juvenil. Suas letras são relativamente curtas e simples, que atraem os mais variados apreciadores. Os conteúdos das músicas, normalmente dizem respeito a temáticas da atualidade,

No que se refere à questão do estilo musical ser atrelado às questões de gênero, Mavis Bayton (2007) discorreu sobre como o estilo musical pop pode ser visto como algo feminino, sobretudo em contraposição ao estilo musical do rock. Sendo a música pop algo que expressava um ideal romântico, sentimentalismo, sensualidade e delicadeza, enquanto o rock expressaria uma agressividade, enfretamento e racionalidade, ambos adjetivos se adequariam aos conceitos binários opostos de gênero (macho/masculino x fêmea/feminilidade) – (LEAL, 2017, p. 10)

Essa posição binária dada como expressão dos vínculos sociais, e se quer aqui caracterizar o consumo de determinados produtos culturais no universo LGBTQ+, especificamente as divas como estratégia de construção identitária. O diminutivo de popular tem servido como adjetivo para literatura, produções cinematográficas, fotografia, moda, jornalismo e etc. O fato do POP ser usado para designar diversas coisas e, assim, tornar sua conceitualização complexa, e por essa dinamicidade de relações não é possível restringi-lo estaticamente, ou imutável, é diversidade (VELASCO, 2010).

O POP é mais que uma produção econômica simplista, é costurada de bens simbólicos repletos de identificação – projeção e apropriação de identidades sociais de comunidades e/ou grupos afins. Com o olhar de classe, raça e gênero na produção de um capital simbólico, a cultura POP abarca valores na construção de uma indústria cultural. Sua dinamicidade é

recheada de tensões, que incorporam manifestações culturais espontâneas no condicionante de adolescentes/jovens (VELASCO, 2010).

Nos anos 60 explorações visuais e musicais influenciavam-se mutuamente, fomentadas pela “prática da contracultura” cujo “imperativo estético” era a “expansão constante de formas de percepção e de consciência” (HÖLLER, 2010: 202). Em 1970, a segmentação em nichos de diversos públicos, prezando valores hedonistas. O POP abandona aqui sua idade específica de juventude, uma vez que seu significado passa a ser apropriado pelos espaços de promoção do jovem na economia norte-americana. Os jovens eram sinônimos de delinquência, conduta fora de norma, percebidos seu potencial de compra e suas aspirações, na integração e controle como classe consumidora.

Liberdade neste cenário tem a ver com identidade, no encargo de comportamentos não aceitos por grupos hegemônicos, o capitalismo enxergou um mercado em potencial para trabalhar e supriras demandas (VELASCO, 2010). Num paralelo, as organizações dos grupos gays e suas relações com as atrizes de Hollywood, em uma época em que algumas mulheres estão em evidencia na mídia, esbanjando glamour (LEAL, 2017).

Crescendo arduamente nos rádios, as estrelas do POP, eram símbolos estéticos, morais, comportamentais e ideológicos (VELASCO, 2017). As mulheres eram ausentes de limites sexuais, que contrariava a institucionalização do corpo feminino como objeto do homem, questiona a submissão, ocupa espaços de dominação, além da possibilidade de se relacionar com pessoas independente de sua marca biológica genital. Numa construção livre de identidade e liberdade, o capitalismo enxerga no POP um nicho a ser explorado em seu potencial. Durante os anos 1980, o objetivo não era “ligar artes diferentes umas às outras”, mas sim “encontrar o modo de expressão apropriado para uma ideia em particular, testar conceitos noutra área”, ou para expandir a esfera de influência (HOFFMANN E NAUMANN, 2010).

Já nos anos 1990, o videoclipe, por exemplo, tornou-se um espaço popular para explorar as relações entre som e imagem, e também entre disciplinas, no qual “o realizador normalmente desenha imagens com a música como guia”. Realizadores “desenvolveram um conjunto de práticas” nas quais a imagem abandona a sua autonomia e “alguns dos seus modos representacionais” ganhando, em troca, “flexibilidade” e “polivalência de significados” (VERNALLIS, 2004: X). Nesse sentido, os videoclipes tornaram-se uma área experimental na intersecção entre tecnologia e arte, inspirando numerosos realizadores e artistas visuais” (KEAZOR E WÜBBENA, 2010).

Dessa forma, os videoclipes das músicas são instrumentos que levantaram categorias de análise nesta pesquisa, em que foi possível perceber a importância desta esfera, já que se trata

de um público jovem marcado de diversos fatores. A responsabilidade, hoje, de um cantor/a POP, é definida por os traços históricos que marcam sua corporalidade representativa subjetiva. É influência geracional e na forma de explanação dos temas que perpassam essa parcela da população.

A construção de som e imagem trazem elementos constitutivos de uma determinada vivência social, ou de corporalidades e padrões. Personalidades internacionais, marcam com sua originalidade e autenticidade espaços significativos para grupos antes não enxergados. Personalidades contemporâneas como Beyonce, Rihanna, Ciara, Shakira são simbologias de artistas, que tem a sua marca e influência no público juvenil, bebem em arranjos comandados por Madonna, Whitney Houston Elvis Presley, Michael Jackson, Madonna, Bob Dylan, Lady Gaga Jonh Lennon, Bee Gees, Jimi Hendrix, Marilyn Monroe, Paul MacCartney e Frank Sinatra tornou-se o símbolo da comunidade LGBTQ+ norte-americana.

No Brasil, as constituições de base para o POP nacional trazem instrumentos e elementos da música do colonizador, que veio para o país, das populações indígenas, que aqui morava e do povo negro que foi obrigada a vir para cá. As primeiras noções de música variam entre as de caráter religioso e quando saem do sagrado, são as músicas populares. Numa ancestralidade herdada de ritmos e suas reconfigurações, a MPB - Música Popular Brasileira – traz à tona demarcações identitárias brasileiras. Identitária no sentido de identidade coletiva musical, construída às maneiras de interpretações e composições artísticas diversas.

Com a chegada das rádios, as histórias contadas ao vivo, cantoras como Elizeth Cardoso e Carmen Miranda, ganham pelo microfone espaço para interpretações de canções. No entanto, com a segunda guerra mundial, as transmissões deixam de ser musicais e culturais para serem sobre as notícias do confronto. Isso implica diretamente no que foi consumido pela população da época e como esses consumos foram repassados, se é que foram, ou até mesmo questionados. No pós-guerra, o baião e a voz de Luiz Gonzaga tomam conta do país num paralelo entre a boêmia e o existencialismo europeu, presente em músicas consideradas clássicas e pertencentes a história do país. Essas misturas saem-se espalhando nos mais variados ritmos e constituições musicais com marcas singulares demarcando essa história. O ritmo brasileiro que alcançou lugares de destaque internacional, foi a bossa nova com “Garota de Ipanema” numa interpretação histórica de Tom Jobim (compositor) com Frank Sinatra.

Nessa sequência, as raízes nacionalistas ganham força no samba, choro, e outras influências. Em cerne a ditadura militar no Brasil, a produção de discos acentua-se e a MPB ganha formações de grupos. A jovem guarda ficou marcada pelo trabalho de Wanderléia, Roberto Carlos, Erasmo, Sérgio Reis, que ficaram assim conhecidos mediante uma aparição

num programa de rede televisiva aberta (Record) em 1965, que possibilitou ascensão. Marcado por produções de paixões jovens, em idas a cinemas e passeios de carro, tratavam de situações descontraídas e sem crítica social, apontada essa reflexão por artistas como Elis Regina e Jair Rodrigues que questionavam suas opções estéticas e temáticas.

A tropicália, foi o movimento de contracultura e de ruptura na música brasileira. Composta por um grande coletivo entre cantores compositores como Caetano Veloso e Gilberto Gil, o compositor Tom Zé, o maestro Rogério Duprat, letristas José Carlos Capinan e Torquato Neto, e o artista gráfico compositor poeta Rogério Duarte. Ligado aos movimentos sociais de esquerda. Foi a partir de então que o chamado movimento tropicalista propôs um diálogo constante com as diferentes influências que estavam à disposição naquela época. Sem maiores preconceitos ou recalques, se aproximavam do samba, bolero, baião e diversos ritmos para a construção de uma identidade coletiva musical plural.

Numa mistura de cultural jovem internacional, rock, psicodelia e guitarra elétrica, une a perspectiva popular com o experimentalismo estético. Conjuntos como Novos Baianos, Secos e Molhados, emergem numa liberdade de criação diferente da jovem guarda, porque em 1973 1º ano de Ney Matogrosso como artista estreante dos Secos e Molhados, tornam-se 1º lugar nas paradas brasileiras, desbancando Roberto Carlos. Esse fato traz consigo uma simbologia de interrupção da música romântica, com um corpo que valoriza a nudez andrógina e de cara pintada, Ney Matogrosso torna-se um símbolo de resistência e crítica social.

Com a promulgação do AI5³⁹, a música popular brasileira toma partido e se posiciona oposta à realidade ditatorial, e sua crítica faz com que muitos artistas sejam exilados. Suas letras radicalizam-se em complexidades de locais que os grupos hegemônicos fazem questão de não serem questionados, dessa forma ousada e autêntica, as canções ganham status de poesia. Numa música que está relacionada com política, moral, comportamento, sexo, corpo e vestuário, que trazem elementos de valorização estética dos traços naturais de cada pessoas e roupas coloridas.

O POP no Brasil bebe do tropicalismo e tem seus impactos geracionais, e vale ressaltar que no Brasil, esse estilo está relacionado a simbolismos históricos de classe. O estilo pop nunca esteve tão em alta no Brasil como nos últimos anos. A música *Pagu*, de Rita Lee e Zélia Duncan, traz em si uma série de feminismos na contribuição para a desconstrução do ideal de feminino predeterminado. A discussão de gênero abriga hoje uma centena de artistas que sofrem

³⁹ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>

influências de diferentes vertentes e ritmos e preferem se definir como cantores que fazem um som “popular”. Dentro do pop, como em qualquer outro estilo musical, há diferentes ramificações, indo do mais dançante ao mais alternativo.

É pelas mulheres que se apresenta o potencial de subversão, crítica de representação dos corpos e esse feminismo artísticos se delineia. A apropriação da figura feminina dentro dos padrões e papéis, as contradições dentro da indústria inscrita no machismo e numa produção masculina de objetificação e hiperssexualização do feminino. A cultura POP visa grandes massas por intermédio de produções em quadrinhos, filmes, cinema, games e nesses espaços em que a pluralidade é maioria, se existem comportamentos e práticas que alimentam o racismo, sexismo e binariedade. Produções á nível de cinema, séries, literatura e games, tem ganhado outros olhares com a inserção de mulheres (em todas suas especificidades) nesses lugares de direção de poder.

Constituída nesse espaço, a cultura POP não está isenta de corroborar essas práticas, pois essas raízes estruturantes da sociedade também atravessam os corpos para sua legitimação. Um dado disso, é que em 2013, apenas quatro brasileiras estiveram entre 16 cantoras na lista de 100 canções de rádio mais tocadas, em 2017 esse número mudou para 19, segundo a pesquisa publicada pela Crowley Broadcast Analysis, empresa controladora de rádios para informações musicais e de veiculação publicitária, do Brasil desde 1997.

O POP do Brasil inspira-se nas raízes do funk brasileiro, carregado de marcas da periferia em seus múltiplos significados. O funk, segundo o documentário “Sou feia mais tô na moda!” (2005) – roteiro e direção de direção: Denise Garcia - nasce nas favelas das vivências do homem negro ao passo da institucionalização do racismo estrutural. Em bailes que reuniam mais de 100 mil pessoas em baladas nas periferias carregadas das marcas de violência contra os corpos negros. No documentário mostra-se dois lados prevaletentes nos bailes: a porrada recreativa e os bailes de briga.

Com a acentuação da violência, o funk é repensado e é dada a perspectiva da exploração do prazer sexual humano, é importante frisar o olhar masculino nessa continuidade. Essa sexualização dos corpos femininos, herdado pelo POP – Brasil, passa a ser parte constitutiva das letras. Como contraponto a masculinidade direcionadora de comportamentos sociais, surge uma série de mulheres negras da periferia que começam ocupar e trazer outras visões para a exploração do prazer. Tati Quebra Barraco se coloca como representação de mulheres que falam de seu corpo e sexualidade com liberdade e interpretadas como apologia ao sexo.

É citado no documentário, grupos e mulheres que cantavam músicas de conscientização feminina, funk’s sobre a importância de ir a um ginecologista, camisinha, violência doméstica,

dentre uma série de vivências cantadas por elas, num aspecto coletivo de bagagens das mais diferentes experiências de mulheres. Elas se afirmam, e fazem músicas que prezem o prazer feminino. São mulheres negras, uma grande parte mãe solo, trabalhadoras e donas de si e de sua liberdade sexual. Funk é movimento!

Um ponto levantado pelas mulheres entrevistadas no documentário, é de que no carnaval e em outros ritmos musicais com mais de uma possibilidade de entendimento, são permitidas e liberadas expressões artísticas de som e imagem que ao funk não é permitido. Outra questão que este documentário é gancho para as contribuições de análise nesta pesquisa, é a representação não binária nos funks das favelas, e aqui cita-se um ícone, é a figura de Lacreia – dançarino das músicas ‘Égua Pocotó’ aos gritos de ‘Vai lacraia!’ - que fez dupla com Mc Serginho, num marco da representação da diversidade e da população LGBTQ+.

Além de tudo isso, o funk é para essas pessoas, trabalho, geração de renda. Ao não reconhecer a cultura da favela como parte da cultura brasileira, entende-se por racismo essa discriminação às comunidades pobres e suas expressões de arte. O documentário traz a história e concepção de funk com tranquilidade, utiliza-se dessa ferramenta por considerar principalmente, que as pessoas que vivem de funk nas favelas pouco acessam o espaço da academia, por isso outros mecanismos de informação enriquecem as contextualizações em que costura essa pesquisa.

Como pauta recorrente do funk, a violência é um lugar de território marcado nas comunidades de baixa renda e miserabilidade social. O funk também é utilizado como resistência e denuncia da violência policial nas favelas. O documentário traz nas falas das/os funkeiras/os entrevistados: “a realidade da comunidade não pode ser julgada por quem não vive”, que Collins (1997, P.13) chama de lugar de fala: “[...] é a localização social comum nas relações hierárquicas de poder que cria grupos e não o resultado de decisões coletivas tomadas por indivíduos desses grupos”. O funk como denúncia é a apresentação das demandas vivenciadas coletivamente por grupos discriminados.

Por ser um ritmo aberto às possibilidades rítmicas, o POP brinca e se mistura com o funk na maioria das características do pop brasileiro representado por inúmeras corporalidades de mulheres, de pessoas trans, pessoas não binárias e drag queen’s, cita-se aqui alguns exemplos: Liniker, Aretuza, Glória Groove, Ludmilla, Iza, Anitta, Pabllo Vittar, Luisa Sonza, Preta Gil, Linn da Quebrada dentre outros nomes, que somam suas identidades ao coletivo da diversidade. Como já delimitado anteriormente, os videoclipes das músicas Dona de Mim e Boa Menina, são objetos de análise dessa pesquisa somadas aos elementos aqui apresentados: gênero, sexismo, racismo, transexualidade, não binariedade e conceitos de vulnerabilidade

social e as discussões do Serviço Social, uma vez que a profissão trabalha com as expressões da questão social que afeta diretamente essas populações discriminadas. Todos esses pontos articulados podem existir no POP, por que é o lugar da criatividade – é aqui que se encontram muitas possibilidades de comércio, por sua abrangência, dessa forma, Iza, numa entrevista ao ‘correio brasileiro’, responde quando questionada sobre do que se trata seu álbum, Dona de Mim, que:

Tentamos reunir todas as coisas que eu gosto de cantar. Tem muitos ritmos da black music que são muito verdadeiros e me emocionam. Tem samba, reggae, reggaeton, trap, blues, R&B e soul. Fico muito feliz de poder mostrar essa pluralidade, conta. A faixa-título do disco, por exemplo, representa uma mulher forte e que sabe de si. Fico muito feliz, porque eu sei muito bem a menina que eu fui e como isso era importante. Quando eu era mais nova, eu queria me ver nos lugares. Ser, talvez, essa porta para as meninas que estão correndo atrás dos seus sonhos me deixa muito feliz” Disponível em: <https://www.correiobrasileiro.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2018/05/05/interna_diversao_arte,678467/cantoras-pop-brasil.shtml> Acesso em 12/03/2019.

Iza traz sua história como base para suas músicas, cantora-compositora, é importante afirmar o poder e significado desse fenômeno musical. Como ritmo escolhido para seu, o POP de Iza têm influências de cantoras como Whitney Houston, Beyoncé, Rihanna, Mariah Carey, Lauryn Hill, Tina Turner, Diana Boss, Janet Jackson, Michael Jackson, Negra Li, Luciana Mello, Fernanda Abreu, a artista diz que prefere as canções com alguma característica crítica-social. Luísa Sonza vem se destacando como artista, seu crescimento é notável porque com frequência lança músicas que emplacam no gosto popular. Seu trabalho é notadamente feminista, que preza pela liberdade individual e respeito mútuo, sobre Boa Menina, ela diz:

As roupas que eu uso, a forma como olho a câmera, o jeito que sorrio, tudo ali é 100% eu. Não procurei criar personagens ou histórias; fui eu mesma em cada detalhe, disse, em entrevista à Universa. Com Boa Menina, Luísa quer transmitir mensagens importantes sobre feminismo, liberdade e amor – "temas que precisam ser debatidos e refletidos pela sociedade", acredita. Precisamos mostrar cada vez mais nossas diferenças, reforçá-las. É maravilhoso sermos do jeito que somos. Fico feliz por promover debates sobre representatividade com o meu trabalho", comemora. ... – Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/10/18/luisa-sonza-lanca-clipe-boa-menina.htm?cmpid=copiaecola>> / <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/10/18/luisa-sonza-lanca-clipe-boa-menina.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 13/02/2019.

Segundo a cantora, o videoclipe traz suas várias faces, e a não há obrigatoriedades para serem cumpridas no intuito de alcançar um padrão social para ser uma boa menina. Esse diálogo

disponível em sites e espaços de compartilhamento facilita pesquisas como esta, em que temas atuais estão sempre sendo debatidas na mídia por diversos ângulos diferentes. Outros espaços de mídia são utilizados pelo grupo médio da população brasileira, consumo de filmes, músicas em planos de aplicativos, sites para séries e filmes, para redes sociais, apesar de muita expansão dos grupos sociais, ainda é algo para poucas pessoas.

Esses privilégios são aqui pontuados por que há uma diferenciação de pautas feministas em cada um dos vídeos, não é um maior ou melhor, são diferentes, falam de lugares diferentes e atingem públicos direcionados. É a lógica de comércio capitalista transformadas e transformadoras do seio social político cultural. Em aplicativos pagos de música online sem anúncios, têm-se acesso aos podcasts⁴⁰, que são formas de transmissão de arquivos multimídia na Internet, criados pelos próprios usuários. O que possibilita disponibilizar listas e seleções de músicas ou simplesmente falar e expor opiniões sobre variados assuntos, como política, sexualidade, religião, novela, músicas, games e tudo que puder compartilhar. Há nesse terreno muito há se conquistar considerando a quantidade de mulheres nesse espaço como cantoras, compositoras, dirigentes, produtoras e empresárias.

Existe uma iniciativa de grupos para exigência de espaços que pedem para artistas que incluam pelo menos duas mulheres em cada grupo de pessoas contratadas, assegurando que "a indústria da música está em uma encruzilhada e o progresso não acontecerá por si só". Esse status presente e rememorado há séculos, fez-se surgir um grupo de trabalho, criado no ano passado em resposta às críticas que apontavam que o Grammy⁴¹ é sempre demasiadamente branco e masculino.

Somente 2% dos produtores de música e 3% dos engenheiros e mixers que trabalham na música popular são mulheres, de acordo com um estudo da Iniciativa de Inclusão Annenberg da USC. Mais de 200 artistas, produtores e outros membros da indústria como Cardi B, Chainz, Justin Bieber, Lady Gaga, Nicki Minaj, John Legend, Keith Urban e Pharrell Williams aderiram à nova iniciativa de inclusão, disse a Academia, que:

Em 2017, 83,2% dos artistas da música eram homens e apenas 16,8% mulheres. 2017 marcou o sexto ano de queda de conteúdo popular feito por mulheres. Dos 2.767 compositores creditados, 87,7% eram homens e 12,3% mulheres. 73,8% das mulheres compositoras trabalharam uma vez em seis anos; 7,9% trabalharam duas vezes e 4,3%

⁴⁰ Podcasting é uma forma de publicação de ficheiros multimídia na Internet, e aos utilizadores acompanhar a sua atualização. O utilizador pode, assim, meramente acompanhar, ou até mesmo a descarregar automaticamente o conteúdo de um podcast.

⁴¹ É uma premiação de música latina, criada em 2000 pela Academia Latina da Gravação para as melhores produções da indústria fonográfica latino-americana de determinado ano. Trata-se de uma versão latino-americana dos prêmios Grammy.

trabalharam três vezes. Menos de 6% das mulheres compositoras tiveram seis ou mais créditos no período de análise. Nove homens compositores foram responsáveis por 1/5 de todas as músicas no período de análise. No estudo, de 651 produtores, 98% eram homens e apenas 2% eram mulheres. Um total de 899 indivíduos foram indicados ao Grammy entre 2013 e 2018. 90,7% eram homens e 9,3% mulheres. (Disponível em: <<https://www.agoravale.com.br/noticias/Musica/novo-relatorio-prova-a-falta-de-representatividade-feminina-na-musica>> Acesso em 13/02/2019).

Esses dados corroboram as violências de divisões sócio técnica e sexual do trabalho, e mesmo com quebras significativas desses espaços hierarquizados, ainda há muito a se cumprir. Por isso reitera-se a essencialidade de políticas sociais discutidas com as populações usuárias da seguridade social. E dessa forma, só com alcances de oportunidades e acessos às populações pobres é que se conseguirá mudar esses números altos de diferenças entre masculino e feminino como proprietária/o.

3.2 Nichos culturais apropriados por nichos de mercado

A relação de dominação/exploração do capitalismo-patriarcal apropria-se constantemente, da vida das mulheres, de suas bandeiras de luta e do feminismo. Com a ideia de liberdade para mulheres, na superação da exploração como confronto constante com o capital contra a exploração nas forças produtivas e reprodutivas. Acontece então, o enfrentamento diário das mazelas da questão social que afeta as existências de corpos de mulheres em sua totalidade e especificidades, de pessoas LGBTQ+, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas que não se encaixam num estereótipo. Utiliza-se dessa forma, mecanismos que imprimem uma determina matriz social que serve a ideologia dominante para sua perpetuação.

A ideologia é o sistema ordenado de ideias e representações, normas e comportamentos que organiza identidades, separa o trabalho tomando por base as condições objetivas da existência dos indivíduos, em trabalho manual do intelectual. É uma visão determinada de mundo da realidade e de si em relações contraditórias numa dicotomia de classes numa luta ideológica de soberania e supremacia heteronormativa-racista-sexista-binária. “A dominação de classe se apresenta como dominação das ideias; assim oculta-se a dominação e a exploração dos homens, e a divisão social de classes, surgindo a ideologia como valores ilusoriamente comuns” (CHAUI, 1983, p. 104).

A dominação de uma classe se legitima munido de artifícios da burguesia na intervenção da realidade social, numa naturalização e ocultamento; fetiches e retirada de sua história na constituição desses corpos como sujeitos históricos. Nessa arbitrariedade e exclusão social, a

sociedade civil passa ser arena de lutas de classes frente a contradição existente, que acarreta o desmonte do Estado com reformas orçamentárias que afetam diretamente as populações de baixa renda. A ideologia desenvolve consciência sem existência de classes (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011), descaracteriza-se com a condição proletária da/o indivíduo.

Á medida que se desenvolve o conhecimento crítico da realidade, que é uma etapa para transformação social, valendo-se de experiências para produção de consciências. Essa dualidade que implica em sua subjetividade, constrói também uma consciência coletiva (grupos e suas similitudes). Essa junção, é trabalho intrínseco a auto-organização, intervenção e luta. É preciso delinear que os grupos (socialmente excluídos), quando acessam esses lugares de conhecimento científico, produzem reflexões sobre suas existências em seu lugar de fala, que de acordo com Collins (1997): é a localização social comum nas relações hierárquicas de poder que cria grupos e não o resultado de decisões coletivas tomadas por indivíduos desses grupos.

E com esse crescimento individual que implica no crescimento da comunidade. Agregam por fim, novas demandas e olhares sobre os espaços de poder, que trazem as/os trabalhadoras/es para alcances de oportunidades diferentes (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). É que as experiências desses grupos socialmente subalternizados, são construídas e alicerçadas em hierarquias não humanizadas em que as produções intelectuais, não abrangem outras realidades que incluam condições sociais, desse modo mantém a estrutura de silenciamento daquela parcela da população, (RIBEIRO, 2018) permeado de violências institucionalizadas.

A consciência de classe, as definições de metas e articulações das afinidades sociais, políticas, culturais e econômicas, fazem parte de estratégias de resistência e remodelamento histórico cultural. Numa realidade complexa e heterogênea, emaranhada de diversidade, a dinâmica social está polarizada em aspectos de interesses opostos, entre proprietários e não proprietários. É onde mora a questão social com fundamentos estruturantes, que designam ao longo do tempo papéis e posições para os corpos que existem.

Suas contradições são enraizadas no racismo, sexismo, heteronormatividade, binariedade, capitalismo e as formas de exploração da realidade social. Embebecidas destas raízes, perpassam as expressões da questão social, para um consumo personalizado de massas com a base cumulativa e o abandono do coletivo. A divisão sócio técnica, sexual, racial do trabalho designam lugares a corpos socialmente explorados, em que todas essas reflexões transformam as pessoas em trabalhadoras/es multifuncionais vulneráveis a serem exploradas. Um destaque: desde que seu comportamento seja ‘discreto’ pessoas LGBTQ+ inserem-se no mercado de trabalho, caso contrário o desemprego afeta-os, principalmente pessoas trans.

Numa hegemonia financeira, o capital tenta recuperar seu ciclo de produção e repor seu projeto de dominação societária (NETTO, 2011). A qualificação é de responsabilidade da/o trabalhador/a, quem contrata é livre para escolher entre o que está ofertado. Essa relação provoca num desemprego estrutural, uma ostensiva de pulverização das profissões e não existe aqui corpo social, e sim corpo para ser explorado. A crise econômica articulada com a superprodução, repreende direitos sociais e utilizam-se de políticas e reformas de estado para a efetivação do controle e da coerção social injetado nas instâncias sociais.

A mercantilização dos espaços acarreta o monopólio da propriedade privada no âmbito da sociedade civil. A crise se torna dessa maneira uma justificativa para desapropriação dos direitos das/os trabalhadoras/es, em políticas regressivas do capital. São via elementos sócio históricos que se caracterizam projetos de ordem societária em disputa, numa reprodução sociometabólica do capital. Estado ganha o lugar totalizador na direção e articulação dos interesses do capital e sua divisão sócio técnica, sexual e racial do trabalho (CISNE; SANTOS, 2018).

O trabalho é marcado pelo processo de alienação na perspectiva da venda de força de trabalho, que toma o homem como parte mecanizada e não se aparta do ser social. A produção, circulação e consumo em estratégias de controle das relações sociais, numa dimensão ideopolítica na mistificação dos discursos e na mercadologização dos direitos sociais. Maquiavel (2011), desenvolve uma articulação de coerção e junção de forças, em que as conquistas do reino se devem ao acréscimo de religião e força para combater e punir os conflitos de ideias que contraponham a ideologia do poder dominante, que poder ser de acordo com a inscrição de realidade da sociedade analisada.

A ideologia é a concepção de mundo elaborada por um grupo social fundamental e espalha-se por toda a sociedade (GRAMSCI, 1978), construída para manutenção da classe dominante. A ideologia é repassada à sociedade pela estrutura ideológica (escolas, igrejas, instituições) que são os espaços constituintes de regras e normas que regem a civilidade das sociedades. Isto significa que tem nas mãos o poder acima das influências das escolhas e dos valores morais social, e material ideológico é toda a produção desta concepção, que varia entre jornais, livros, mídias, moda, novelas que são resultados de uma coerção implícita articulada, estrutural e orgânica entre Estado, religião e família para manutenção e ordem do capital.

Esse processo consolidado pelas forças coercitivas tem aparato policial para o enfrentamento dos grupos ou pessoas que questionem a ordem vigente. O fundamentalismo religioso a serviço da política principia a integração de Leis e Moral, numa construção complexa carregada de concepções rígidas no encaixe de sua realidade social. Estes ensinamentos são

apreendidos nos espaços entre: ideologia, estrutura ideológica e material ideológico, sendo eles respectivamente: Ideologia – concepção de mundo; visão de um grupo social ‘fundamental’ e espalha-se pela sociedade; Estrutura Ideológica – conjunto de meios para disseminação e universalização da ideologia, nos seguintes espaços: igrejas, escolas, faculdades, meios de comunicação e mídia - Material ideológico - produzido e vinculado pelos espaços da estrutura ideológica (GRAMSCI, 1978).

Como eixos de procriação do poder hegemônico, a sociedade civil é para Gramsci (1986), complexa, tentacular e polimorfa. Seu controle está ligado a intelectualidade e moral, que são o resultado de uma homogeneidade social, (captação de consentimento, até haver adesão dos grupos subalternos (GRAMSCI, 1986). Essa hegemonia caracteriza-se pela direção intelectual e moral de dominação, são exercidas por uma classe social em órgãos da sociedade civil e política. É uma articulação consensual de grupos sociais heterogêneos, contudo, partícipes como comando e vítima dos processos históricos retomados até aqui, o que os faz homogêneos em sua individualidade.

As relações sociais de poder, que produzem opressão e exploração dos corpos, também estão associadas ao poder econômico, assentado no modo de produção capitalista, em esferas indissociáveis que:

[...] sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio do ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. (FOUCAULT, 2001, p. 132).

No entanto, analisar as relações sociais a partir de concepções classistas e restritas ao trabalho não atende a todas as esferas da vida social. É necessário compreender que o ser social é trabalhador, mas também possui uma religião, ideologias, etnia, expressão sexual e identitária. Uma vez que é

O controle dos corpos, comportamentos, sexualidades [...] subjetividades e objetividades [...] são imprescindíveis para o desenvolvimento do sistema capitalista, mas não só. Este sistema não se sustenta sem outros mecanismos sistêmicos que garantem o poder, como o sistema patriarcal e o sistema escravocrata mercantil (PEIXOTO, 2018, p. 11).

Essa relação provoca uma produção de linguagem que cria um sistema de crenças, folclore, este é responsável pelo repasse da informação e linguagem oral, que também se ressignifica ao avanço na comunicação e acesso. Na arte do diálogo, firma o conceito de catarse em Gramsci (1986), é o ápice da luta para o renascimento de uma nova estrutura social, e por sua vez, um novo projeto societário. Dividem-se em: intelectuais orgânicos, são os que tem o papel e função política frente a luta de classes na sociedade, que por vezes advém da burguesia

e vincula organicamente à classe trabalhadora ou a própria burguesia, ou o contrário, e identifica os intelectuais tradicionais, que são as instituições que passam de um sistema para o outro continuam existindo, por isso estruturantes, tais como igrejas, universidades (GRAMSCI, 1986).

O ser humano é sujeito de sua história com herança e passado. Sobrepõe-se dessa maneira, um legado, sua cultura vai se construindo oriunda dos trajetos anteriores. Pela religião se dissemina uma ideologia, já que 'fé' sempre exprime uma concepção de mundo de conduta pessoal. É via as sacralizações de pessoas e personagens, que se define os conceitos comuns de certo ou errado na formação do pensamento (GRAMSCI, 1986). A sociedade civil tem sua estrutura econômica associada a sociabilidade burguesa na produção e reprodução da vida material. Essa relação fundamenta a natureza estatal como produto dessa construção.

Destaca-se que esses processos históricos causam institucionalizações de um passado colonialista brasileiro, que se caracterizou pela construção e execução de valores moralistas que perpassam, indissociavelmente, relações sociais fundadas no patriarcado, no racismo, no heterossexismo e na exploração e dominação de classe. Esses valores engendram uma base estruturante da sociedade que direcionam as posturas e posicionamentos das pessoas e grupos sociais, desde o Brasil colônia até a contemporaneidade (PEIXOTO, 2018).

Pode-se afirmar que a sociedade capitalista, onde a moralização social, fundamenta preconceitos e estigmas, que disseminam ideologias padronizadas. Constrói-se assim, formas de vida que excluem aquelas/es que não as seguem, estas/es são marginalizadas/os, invisibilizadas/os e distanciadas/os da condição de cidadãos/ãs. Nessa sequência, manifestações sociais e a vida dos indivíduos submetem-se ao poder vigente, que inflama uma forma distinta de alienação no cotidiano, recriando formas de aprisionamento da existência humana. Essa organicidade influi no que é produzido e em como o capitalismo se apropria da emancipação individual na referência e reconhecimento de identidade. Destaca-se a diferença entre identidade e identitarismo, uma vez que a identidade é o reconhecimento dos processos que atravessam o corpo, o identitarismo é a fragmentação desses processos numa discussão desvinculada e desassociadas das especificidades.

Não descolada da conjuntura sócio histórica social, emergem-se questões a serem repensadas. É nesse sentido, necessário estabelecer a relação de ideologia dominante e as estratégias de sobrevivência de dominados. A ideologia hegemônica direciona via materiais protótipos de padronização do que se espera de um indivíduo social isolado de sua realidade e as condições que esta oferece. Quando se fala de acesso individual e seus rebatimentos coletivos, aposta-se na ideia de coletividade e comunidades.

A organização desse processo de pautas comuns provoca ações e intervenções sociais. Os grupos se articulam por motivos diversos, os feminismos plurais, as categorias profissionais, pessoas e pautas comuns se misturam na busca de fortalecimento e alcance de suas demandas. As lutas vão construindo identidades e seu movimento também relaciona outros grupos.

Durante a década de 1990 emergem as expressões pautadas em sustentabilidade e desenvolvimento verde. É que “proteger o meio ambiente” começa a se fazer necessário, e essa apropriação do capital da pauta ambiental denomina-se capitalismo verde. É uma estratégia de produtos ecologicamente sustentável, que permite a poluição causada pelas grandes indústrias. A cor verde torna-se rosa por que existe uma assimilação do rosa ao feminino, e é utilizado dessa forma para identificar homens gays, na representação de um ideal de feminilidade. Essa ideia é resignificada a respeito das lutas sociais.

Retoma-se aqui patriarcado como um conjunto de relações sociais complexas em que a dominação das mulheres se expressa por meio de uma hierarquia que torna corpos femininos ou feminizados com representações de subalternidade construídas socialmente. O patriarcado se sustenta por um prisma que articule bases materiais e simbólicas, como apropriação das mulheres (CISNE, 2013).

O capitalismo se apropria desses lugares e transforma em comércio as referências e reconhecimento dos grupos sociais. Essa produção da indústria cultural é o lugar de distribuição das informações e perspectivas da realidade social. O capital enxerga lucro nos corpos, na força de trabalho vendida e vende os processos de resistência o que desmotiva as organizações e articulações desses grupos vulneráveis.

Na trajetória do POP que antecede este item da dissertação, enfatizou as relações comerciais e de consumo dos produtos para massificação das pessoas. Sua diversidade e pluralidade abrem para possibilidades de exploração de um determinado nicho de mercado. O marketing é o conjunto de métodos aplicados ao estudo das necessidades dos mercados e seus principais componentes, como públicos, vendas e produtos. Ou seja, é o estudo das causas, objetivos e resultados produzidos através das diferentes formas de como as empresas lidam com o mercado. Essa área estuda as causas realizadas dentro de quatro eixos principais: preço, distribuição, comunicação e produto. Para que uma empresa seja destaque em meio a outras, ela precisa ser o diferencial e se desvincular daquilo que o mercado está saturado e se renovar.

Alguns grupos LGBTQ+ afirmaram em suas pesquisas que esse público movimenta cerca de três trilhões de dólares em nível mundial. No Brasil, de acordo com as estatísticas, o público LGBT é formado por cerca de 18 milhões de pessoas, com renda média de R\$ 3.200. Eles movimentam cerca de R\$ 150 bilhões por ano no país, segundo a consultoria InSearch

Tendências e Estudos de Mercado. A Parada Gay de São Paulo atrai turistas do mundo inteiro e injeta milhões na economia da cidade.

Numa relação mercadológica estabelecida, empresas ofereceram produtos com as cores da bandeira LGBTQ+ (Consultar anexo), esses grupos corporativos patrocinaram uma série de cantoras e cantores numa perspectiva à causa e sua representatividade midiática. Uma das patrocinadoras ofereceu seu produto alimentício em cores da bandeira e a pessoa que comprasse doaria online alguma quantia para a Casa 1, que foi criada em 2015, pelo jornalista, Iran Gusti, em que esse o projeto vai funcionar como abrigo e centro cultural para LGBTQ+ e mulheres em situação de vulnerabilidade.

O capitalismo rosa tem sido questionado por influenciadores de mídias digitais, o oportunismo de artistas que se associam às causas para benefício próprio. A publicidade e propaganda tem investido em outras formas de alcance financeiro nos mais variados públicos. Se percebeu que há potencial de mercado, e aí ganha espaço transformando lutas por direitos sociais em lugares de exploração e lucro.

O fundador LGBTQ+ DA Capital Companhia especializadas em consultoria financeira e empresarial, Paul Thompson diz que homens gays gastam 30% mais que homens héteros, e que por não terem responsabilidades com crianças seu ciclo de consumo resulta numa maior quantidade de viagens turísticas, cultura, lazer, bares, lanchonetes e produtos. Essa parcela da população gay, é também em sua maioria brancos e de classe média, segundo Thompson. O que já se configura que a sequência de debates em torno do consumo para o público LGBTQ+ não abrange os grupos também significados na sigla.

Como sempre presente nas construções de análises desta dissertação, a internet é aqui um mecanismo fundamental para a expressão de questionamentos. Como esse espaço de manutenção ideológica do capital, carregado de valores morais e sociais, os corpos são educados entre parâmetros de masculino e feminino. Essa binariedade desconsidera outras expressões de gênero, etnia e sexualidade. É por sobre essas raízes que encaixam as observações de pessoas e organizações LGBTQ+ a artistas que ‘vestem’ essa bandeira.

No sistema capitalista, “[...] há um politicismo oportunista e uma promoção fisiologista em torno de ações políticas que lhes propicia algum tipo de lucratividade” (PEIXOTO, 2018, P. 03). As políticas voltadas para a população LGBTQ+, não foram meras concessões de governos. Foram resultados de lutas históricas ao levantar de bandeiras dos movimentos sociais LGBTs, que submergidos estão ao direito compulsório a seu reconhecimento institucional frente a lógica do capital, são:

[...] aqueles que, para serem acessados, é necessário estar, minimamente, dentro dos padrões sociais e civis que regem a sociedade. Por exemplo, uma travesti em situação de rua, que não possui os mais ínfimos direitos (moradia, transporte, saúde, educação) está totalmente à margem do acesso às políticas destacadas acima. Neste exemplo, esse sujeito antes de requerer o reconhecimento de sua identidade política e civil, ou seja, o nome social, luta dia e noite para se manter viva. A garantia da vida, num país que é o maior assassino de travestis, é algo escasso e, portanto, algo absolutamente primordial (PEIXOTO, 2018, p. 05).

No ano de 2018, circunscrito por uma eleição presidencial complexa e carregada de muitos signos e situações, emerge-se via redes sociais o debate sobre oportunismo e capitalismo rosa. Uma série de polêmicas acontecem, envolvendo cantores e as montagens de seus vídeos clipes, questionando suas posturas e reproduções de comportamentos sociais. O que é pontuado pela maioria dos influenciadores digitais, é que pessoas heterossexuais estão se aproveitando das existências LGBTQ+ sem se envolverem efetivamente com esses corpos na mira da homofobia. Posicionamentos foram questionados, e bombardeados de cobranças de pautas, uma vez que se instaura um:

[...] cenário de devastação social, política e econômica no Brasil nos últimos três anos após as eleições (2015, 2016 e 2017) foi ainda alargado pela crescente onda conservadora e moralista instaurada no Congresso Nacional. Foi elaborado desde então um discurso odioso e criminalizador, principalmente contra a população LGBT e contra as mulheres. Parlamentares da chamada Frente Parlamentar Evangélica (FPE), teceram propostas de leis e emendas parlamentares que inibiram qualquer avanço acerca da livre orientação sexual, mantendo um clima de medo e repressão até mesmo contra os recentes ganhos jurídicos da população LGBT. O problema se torna mais assustador quando tais deputados/as, se sentindo ofendidos/as por comentários de jornalistas, professores/as contrários aos seus discursos, partem para judicialização, processando profissionais que insurgem contra tais discursos (PEIXOTO, 2018, p. 08).

O cenário eleitoral de 2018, desse modo, se caracterizou como um divisor de águas de similitudes políticas. Foram apresentados projetos societários com posturas opostas e formas diferentes de enfrentamento às questões levantadas até aqui, como as violências gênero, sexualidade, identidade, racismo, classe. Nessa conjuntura os grupos de esquerda começaram a cobrar de cantoras e cantores seus posicionamentos a respeito do que fora elucidado pelas pessoas correntes à presidência. Uma onda conservadora reacendeu-se com força dentro e fora do Congresso Nacional, num:

[...] brado moralista fez emergir uma amarga e assombrosa lembrança de um passado recente do país, o golpe militar de 1964. Mais de 50 anos depois, um novo golpe

político foi executado no Brasil, onde, em nome da ordem, da ética, da moral e dos bons costumes, as forças reacionárias conseguiram se instalar nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e iniciar a implantação do seu projeto de destruição de políticas públicas (trabalhista, previdenciária, cultural, educacional) e regressão dos direitos sociais específicos voltados para mulheres, negros/as, indígenas, quilombolas e LGBTQs (PEIXOTO, 2018, p. 08)

Devido a importância das conquistas sociais para a classe trabalhadora é que esses movimentos sociais pressionaram figuras públicas que lucram com as pautas LGBTQ+, algum tipo de devolutiva. Algumas personalidades se declararam, outras se omitiram, se explicaram, mutirões de vídeos, postagens e posturas frente ao que estava posto. Os grupos LGBTQ+ que se organizavam via redes sociais para lembrar que as cores da bandeira não são um produto comercial, são um movimento social que luta na defesa de vidas que são mortas anualmente. Conforme os dados da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (ILGA) o Brasil ocupa o primeiro lugar em homicídios de LGBTQ+ nas Américas. Além disso, é também o país que mais mata travestis, mulheres transexuais e homens trans do mundo, segundo a organização não governamental Transgender Europe (TGEU).

O levantamento feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) revela que em 2017, 445 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais foram mortos em crimes motivados por homofobia, representando uma vítima a cada 19 horas. Os dados revelam o maior número de assassinatos registrados desde que o grupo iniciou o monitoramento anual, há 38 anos.

Em 2017 foi registrado um aumento de 30% nos assassinatos de LGBTQ+ em relação há 2016, quando foram registrados 343 casos, contra 319 LGBTQ+ assassinados em 2015, 320 em 2014 e 314 em 2013. Se analisarmos o saldo de crimes violentos contra essa população, os números de 2017 revelam-se três vezes maior do que o observado há 10 anos, quando foram identificados 142 casos, revela o estudo feito pelo Grupo Gay da Bahia. E o mais preocupante, é que estes dados alarmantes revelam apenas uma faceta da violência e dos crimes cometidos contra LGBTQ+ já que não há estatísticas governamentais sobre crimes de ódio, logo estas mortes são subnotificadas pois o banco de dados do GGB se baseia em notícias publicadas na mídia, internet e informações pessoais. A Human Rights, organização não governamental, divulgou em janeiro de 2018, um relatório a respeito da violação dos direitos humanos no Brasil, este o documento aponta que a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, apenas no primeiro semestre de 2017, recebeu 725 denúncias de violência, discriminação e outros abusos contra a população LGBT.

Outra realidade bastante cruel é a baixa expectativa de vida da população LGBT, no Brasil, conforme dados divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais

(Antra), em 2017, foram 179 transexuais assassinados no país, reduzindo a expectativa de vida de uma pessoa transexual a 35 anos de idade, o que corresponde à metade da média nacional. Para Cisne e Santos (2018, P. 128), crimes de ódio e violência contra LGBTQ+ como forma extrema de seu preconceito, dizem que: “Os acontecimentos envolvendo a violência contra LGBT autorizam uma constatação: a fragilidade do Estado de direito e naturalização da violência”. Esses crimes integram o conjunto de expressões de violências destinadas a indivíduos que não correspondem sua afetividade ao modelo heterossexual (SANTOS, 2005). Esses dados subsidiam para a reflexão em que existe uma importância na cobrança realizada para os artistas, por que mesmo que sejam figuras públicas e cidadãos e cidadãs comuns, quando se veste a cor da causa, se assume automaticamente, uma responsabilidade representativa de uma coletividade. Esta relação, é invisível ao olho do Estado, de religiões e de famílias. Práticas de violência contra a população LGBTQ+ tem se acentuado em todas as instituições sociais, são realizados pela polícia, pelo Estado, e por indivíduos comuns em reproduções cotidianas de discriminação o que é somado a violação institucionalizada dos direitos humanos (SANTOS, 2005).

Com toda essa violência comprovada estatisticamente, ainda se faz necessário a ampliação de políticas públicas para a população LGBTQ+, e é aí que se encontra essa discussão. Os ícones POP tornam-se instrumentos simbólicos de representação, por que essas e esses artistas ganham espaços e conseqüentemente suas causas também. Dessa forma, justifica-se a pressão social para o posicionamento político que se tem feito necessário frente a conjuntura internacional. Dessa forma, para delinear essa relação, é que em o controle da vida pela política, Foucault discute no último capítulo da História da Sexualidade 1: a vontade de saber, em como que: “o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população” (FOUCAULT, 2001, p. 129) e, ainda, completa que a compreensão da vida já não é mais inacessível. Entretanto, “cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder” (FOUCAULT, 2001, p. 134). O espectro do controle e do disciplinamento paira nas sociedades modernas em geral, de uma forma que praticamente inviabiliza o pensamento e a ação autônoma e independente dos sujeitos (PEIXOTO, 2018, P. 12).

É importante a ressalva de que as representações desses corpos em espaços de poder são fundamentais para as quebras de romantização dos espaços e violências. É complicado pensar um cenário glamuroso, colorido, num padrão social alto, onde as populações LGBTQ+ das periferias e grandes centros urbanos não tem acesso a essa capitalização de suas vidas como objeto de lucro. A pauta LGBTQ+ vai além de festas, viagens e turismo, por que essa população

que é alvo de investimentos econômicos não são os que morrem todos os dias vítimas da LGBTQ+fobia. O capitalismo e sua apropriação com fins lucrativos, não retorna esse capital ao público que consome. Considerando as violações de lei em casamentos, heranças, planos de saúde, tratamento de HIV, dentre outras circunstâncias de violência. E dessa forma afirma-se: Capitalismo não engana não, pintar de rosa não é a solução!⁴²

3.3 “De boa menina à dona de mim”: Onde estão as mulheres negras?

Toda a discussão até aqui trouxe elementos diversos sobre o uso de tecnologias, redes de compartilhamento de informação e expressões de comunicação pelas mulheres e suas formas de organização estratégica para a resistência e emancipação dos grupos. A internet e suas possibilidades trouxeram inúmeras transformações para a sociedade, entre elas estão a conexão entre pessoas do mundo inteiro e a “possibilidade de expressão” individual ou coletiva, principalmente, dos grupos excluídos das narrativas das mídias hegemônicas, como as mulheres negras (RECUERO, 2014; ALAKIJA, 2012).

Nesta perspectiva, compreende-se que as novas tecnologias e redes sociais, têm papel na disseminação de informação – como conteúdo simbólico; cria-se uma rede de comunicação interligando culturas e identidades na construção de subjetividades que passam a produzir discursos. (ALMEIDA, 2014; HALL, 2016). As mulheres negras são a maior parcela da população brasileira com aproximadamente 56 milhões. Contudo, as mulheres negras estão na base inferior da pirâmide no mercado trabalho e na condição de vida que qualquer outro grupo no Brasil (IBGE, 2010).

Com a onda crescente de espaços que dialoguem sobre consciência ancestral e que repensem novas formas de atuação contra o racismo e machismo em que a apropriação das mídias digitais é vista como estratégia de resistência, luta e emancipação, pois a produção de conteúdo. Visto que as informações podem ser alternativas na desconstrução do discurso racializado e aprofundar a discussão sobre a história e a cultura afro-brasileira, o racismo, a violência contra a mulher negra, entre outras pautas relevantes à comunidade (CARNEIRO, 2003; ALAKIJA, 2012).

“As emergentes afromídias ou mídias afros são exemplos de mídia social contemporânea de identidade como resultado da fusão de várias tecnologias e tendo

⁴² Grito de guerra da 35ª em homenagem a Hugo Rosa Paixão, membro da Pastoral da Juventude de Barra, que faleceu em 2012, e em 2011 gritou: “Capitalismo não engana não, pintar de verde não é a solução!”

principalmente a internet para difundir suas mensagens (como sites, blogs, seguidores twitters, etc.)” (ALAKIJA, 2012, p. 140). Em outras palavras, a internet propicia que as mulheres negras, por exemplo, encontrem-se, organizem-se e mobilizem-se a partir de um território, o da identidade, ou melhor, das identidades. Além disso, a ferramenta permite que a escrita se transforme em ato político, contribuindo para que a mulher negra possa construir sua própria narrativa e história, desconstruir o discurso racista, sexista e classista.

Alguns grupos de mulheres negras compartilham em suas comunidades, por exemplo, histórias de heroínas na luta pela libertação dos escravos, como Dandara dos Palmares, Luisa de Mahín, Anastácia, Teresa de Bengala, entre outras. Uma vez que a luta dessas mulheres por muito tempo foi desconhecida, a história brasileira (numa visão eurocêntrica) exaltou a princesa Isabel, responsável pela assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, que se tornou símbolo da abolição da escravidão brasileira. Que apenas reconfigurou os moldes de exploração e expressões da questão social.

Como contraponto, influenciadoras digitais, cantoras, atrizes, propagam textos e vídeos que resistiram à colonização epistêmica ou confrontam os estereótipos associados ao grupo no país. No contexto do feminismo negro (articulando raça, gênero e classe social), alguns artigos escritos pelas mulheres negras e divulgado nas Blogueiras Negras e Geledés questionam as bases do capitalismo e a exploração de classe. As medidas capitalistas, transformaram vários aspectos da vida social dos indivíduos nas últimas décadas. Porém, as mudanças mais relevantes este trabalho são as relacionadas às identidades culturais e às formas de organização, mobilização social e disseminação de informação – conteúdo simbólico (SILVA, 2017).

Aqui circunscreve-se como a análise da representação dos corpos das mulheres negras como resistência política procede da reflexão do corpo como território político a partir das “[...] diferenças reunidas nos seus próprios corpos que conjugam as dores e os paradoxos que marcaram historicamente as vidas dessas mulheres na diáspora”. (LÓPEZ, 2013, p. 43).

A perspectiva interseccional foi proposta por feministas negras norte-americanas e latino-americanas. (LÓPEZ, 2013). Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade corresponde à maneira de apreender como os efeitos da interação entre sistemas discriminatórios como sexismo, racismo e patriarcalismo organizam e condicionam as mulheres com relação à raça, classe e etnia. Também, relaciona-se com a forma pela qual as ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, interseccionando-se e como essas intersecções constituiriam os aspectos ativos do desempoderamento (SILVA, 2017).

A colonialidade do poder corresponde à continuidade das relações sociais hierárquicas de dominação e exploração, em épocas pós-coloniais. Sendo assim, permitiu-se que as elites masculinas brancas excluíssem pessoas não brancas da cidadania plena (LÓPEZ, 2013). O que define o âmbito do sexo e gênero são as lutas de controle do acesso sexual, seus recursos e produtos, escondendo as formas pelas quais as mulheres colonizadas, não brancas, foram subordinadas e privadas de poder (SILVA, 2017). A colonialidade não se refere apenas a classificação racial, mas consiste em um fenômeno formado por diversos sistemas de poder que permeiam todo o controle do acesso sexual, da autoridade coletiva do trabalho, da subjetividade e da intersubjetividade, e, até mesmo da produção do conhecimento (SILVA, 2017).

O feminismo interseccional ampliou os questionamentos acerca do corpo das mulheres negras a partir do esforço de expressar as vivências corporificadas de gênero e raça ao refletirem sobre a experiência adquirida pela diáspora nos corpos dessas mulheres. No movimento decolonial, o feminismo negro se configura como uma nova vertente política ao se posicionar nas margens do movimento feminista hegemônico e do movimento negro (LÓPEZ, 2014).

A principal crítica das feministas negras é a posição na qual as mulheres negras foram submetidas no período colonial como justificativa para a construção do Estado-nação, ou seja, “[...] a crítica do movimento de mulheres negras se faz ‘corpo’ ao atribuir a ‘mestiçagem’ a violência sexual do homem branco colonizador sobre as mulheres africanas e indígenas”. (LÓPEZ, 2014, p. 317). Todavia, segundo López (2014), é no corpo que as opressões sofridas pelas mulheres negras se tornam visíveis. Por isso, passa a ser considerado território político a partir do entendimento de que as mulheres negras compartilham de uma perspectiva única, e demarcados particularidades que compõem seus próprios corpos desde a diáspora e das experiências racializadas.

Todo este processo de refletir a partir dos corpos das mulheres negras e a construção das subjetividades sobre pertencimento e identidade, são visíveis com relação à estética negra. De acordo com Gomes (2003), a dimensão estética está intrinsecamente relacionada com a dimensão política. Portanto, a reflexão sobre a estética negra corresponde pensar o corpo como um elemento político de resistência visível. Carneiro (2003) aponta que o Feminismo Negro detém grande importância, pois admite que demandas específicas de grupos de mulheres possam emergir, incluindo a questão da subalternidade negra. Hooks (1995) salienta que as opressões vividas por mulheres negras, somam-se ao gênero, o racismo e a questão de classe. Patrícia Hill Collins (1991), destaca que o feminismo negro se respalda nos tópicos centrais:

- 1) de uma história de luta, 2) a natureza interligada de raça gênero e classe, 3) o combate aos estereótipos ou imagens de controle, 4) a atuação como mães professoras e líderes comunitárias, 5) e a política sexual. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000300006&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso: 09/03/2019

Muitas são as construções teóricas envoltas na concepção de ser mulher negra a partir de um olhar relacional das dinâmicas sociais e das ações coletivas. Os movimentos de luta e resistência ao longo de décadas questionam a história - a mesma contada no ambiente escolar e na universidade – em uma tentativa incansável de dar voz aqueles (as) que por muito tempo foram coadjuvantes na formação da sociedade brasileira. O estudo sobre o protagonismo das mulheres negras possui objetivo central de retirar da invisibilidade os feitos, as lutas e as conquistas daquelas que resistiram e resistem bravamente contra as investidas das relações implícitas e explícitas demarcadas na tríade interseccional: raça, classe e gênero.

O videoclipe da música Dona de Mim - buscou mulheres de vida não pública, com suas experiências individuais para serem as protagonistas. Retrata a vida de uma mãe, uma professora, uma advogada. A mãe é uma jovem sozinha, a professora cuida dos alunos no tiroteio perto da escola e a advogada luta contra o preconceito nos tribunais. Iza diz em uma entrevista há alguns blogs na internet: “Essa música define bem as músicas do meu álbum. Tinha que estar lá porque ela fala com a cantora, as pessoas se sentem representadas”.

A intenção segundo a cantora é mostrar a vida das mulheres sem personagens, para além do que está posto, imprimir um olhar diferente. Trazer mulheres comuns e suas histórias. O álbum de Iza foi indicado ao Grammy Latino na categoria de melhor álbum contemporâneo em Língua Portuguesa. O clipe exalta a força feminina. Para o anúncio do videoclipe, ela lança em seu perfil numa rede de compartilhamento de informações anuncia o vídeo com depoimentos das três mulheres contando suas narrativas.

A produção explora a vida dela, Iza não fala em nome delas e nem conta suas histórias por elas, ela passa entre os cenários e usa seu lugar de poder para dar espaço a cada uma em suas diversidades. A cantora-compositora diz que não teve coreografia e que ela ficou livre para se expressar como quis na música e que este trabalho foi uma nova experiência. Seu figurino transpassa por mensagens implícitas de poder e referências sócio históricas do movimento negro de modo geral.

Faz uma denúncia contra a violência ao povo negro quando traz os tiros, a necessidade de revisão da militarização ao representar proteção e não milícias de extermínio; E ao trazer isso, ela reafirma que as condições socio estruturais afetam o ensino-aprendizagem daquela população. Portanto, é sim uma forma de questionamento da meritocracia, e com isso se reafirma a necessidade de reconstituição da história do Brasil para o entendimento e reconhecimento dessas violências normatizadas. E dessa maneira:

O comprometimento com a política feminista e com a luta pela libertação negra significa que tenho de ser capaz de confrontar as questões de raça e gênero dentro de um contexto negro, proporcionando respostas significativas para as problemáticas e meios acessíveis e apropriados para comunicar essas respostas (HOOKS, 2017, p. 152)

Para a constituição do videoclipe, Iza entrevista três mulheres para narrar suas histórias. A mãe jovem solo (Bia Sábina) em sua entrevista diz que ficou grávida aos 18 anos quando havia acabado de entrar na faculdade, ela afirma ‘não gostar de quando as pessoas perguntam se o pai a ajuda, por considerar isso uma obrigação. É musicista, acredita que a arte é democrática, é artista de rua e que hoje ela é a melhor versão de si’. A outra entrevistada, Josi Lima - professora- afirma que a mulher preta é multifacetada, que fazem muitas coisas ao mesmo tempo. Ela foi escolhida para fazer uma homenagem a mãe de Iza que era professora na periferia. Relatam sobre as violências próximas às escolas, crianças. ‘Conversam em como encontrar seu processo de autoconhecimento e se reconhecer nas coisas que faz, e por ter sido a professora preta de grande parte deles’.

Nessa ótica, a entrevista com Marcela, já relatada anteriormente, no item 1.3 desta dissertação, observa-se que por ser uma mulher trans não é apresentada como tal na narrativa do videoclipe, entende-se nessa análise, que constrói uma naturalização desse corpo representada por ela como figura de poder no clipe, advogada. Esse espaço dado para trabalhar a relação não-binária e transsexual de maneira a não repetir as formas já postas, reinventa-se um novo olhar para o conjunto, não apenas o videoclipe de maneira isolada de seus elementos constituintes.

Dessa forma o videoclipe de Dona de Mim traz uma série de elementos que se tornam signos na construção do feminismo contemporâneo. Nos quatro cenários apresentados pelo material, Iza se apresenta como figura de destaque por estar quase que onipresente em todos os espaços. Há rotatividades de figurinos e cenas em suas composições de histórias opostas. Em uma linguagem simples, leve e num ritmo POP, quando ela canta: “Sempre fiquei quieta, agora vou falar / Se você tem boca, aprende a usar / Sei do meu valor e a cotação é dólar / Porque a vida é louca, mano, a vida é louca”, Iza fala em nome de um grupo, ela dá voz. Cada mulher dentro de sua realidade, trabalho ou função social. O videoclipe traz em seu corpo mulheres negras em diversas corporalidades, de uma maneira naturalizada e comum. As cenas iniciais dividem-se no cenário da cozinha de uma mãe-solo jovem e seu filho pequeno, todos corpos negros sobre seu valor e as violências institucionais que os atravessam. Paralelo a isso, ao

mostrar a escola onde todas as pessoas eram negras e haver barulhos de tiros, trazem as ameaças constantes dos grupos de violência com o extermínio da educação para o povo pobre.

No clipe, quando se passa a cena da escola em cerne a um tiroteio, Iza, com sua figura de poder vestida com uma roupa militar. Ela abraça a professora e os jovens numa figura de proteção feminina da resistência há tantas outras mulheres negras. O abraço torna a escola sagrada e mesmo que tentem atingir as comunidades e favelas, ainda se é possível proteger a comunidade, enquanto lugar comum.

Numa mistura de fé e posicionamento político, o clipe Dona de Mim deixa como legado o instrumento de espaço coletivo de fé. Quando Iza, ao estar no júri de homens brancos, ela a única jurada mulher, a advogada é uma mulher trans negra, no entanto isso não é definido no clipe, apenas em entrevistas externas. A ré também é uma mulher negra, e há um dado interessante que a advogada é única que canta com a Iza durante as cenas, que subdividem-se em casa – escola – igreja - tribunal, numa relação de poder dividida entre duas mulheres negras que conseguiram a absolvição de mais uma, somando assim três mulheres negras, num princípio coletivo do feminismo negro. As mulheres em espaços de poder e resistência no agarrar a oportunidade e imprimir um outro olhar sobre as existências. A Iza entra nesse espaço de poder, num cenário institucional capaz de contribuir com um debate maior que sua individualidade.

Numa retomada de uma coletividade, parceria para o cuidado com as crianças, as mulheres negras em seus corpos resistências como proteção coletiva do conhecimento socializado ali. As possibilidades de organização e articulação para o alcance de argumentos que quebrem a lógica do capital. Quando se constitui redes de apoio se fortalece as corporalidades, que são retratadas com o coro na igreja marcado de várias expressões corporais e de voz. Dona de Mim traz também a maternidade da mulher negra, ainda mãe jovem e com projeções. A interseccionalidade trata as realidades específicas numa relação de feminismo que se questione o local de privilégio e alienado.

Boa Menina por sua vez, traz outras características de constituição. É a impressão do olhar da cantora-compositora em que ela não traz personagens, ela está neste clipe a representar a si mesma. Traz como marca, seus figurinos mesclados com elementos diversos, e considera livre, sem amarras ou filtros. Sobrepõe-se como protagonista e diz que não deixa as dizerem o que fazer, que é dona de si. A música é uma desconstrução do que é ser uma boa menina, e não se adequar aos padrões, afirma Luísa. Esse trabalho é para ela uma maneira de expressar vários sentimentos e capaz de transmitir discursos, porque ela é uma mulher que cansou de paradigmas impostas para ela e que trabalhou prezando pela liberdade, amor, empoderamento, feminismo, união e explorou sua potência vocal. É também um momento de amadurecimento da carreira,

expõe-se em suas facetas. O visual do seu clipe é um contraste entre as cores preto e branco, brincando com escalas de cinza. O início do clipe chama atenção para um ponto interessante, as bailarinas estão todas de costas, o de Luísa aparece e apenas na cena seguinte eles são mostrados. E como cada bailarina tem uma corporalidade específica pode-se pensar que essas identidades não visibilizadas socialmente.

Numa perspectiva que explora a sexualidade, o clipe Boa Menina mescla elementos que retratem masculinidades e feminilidades numa mistura de acessórios individuais. Luísa canta o seu direito de ressignificar sua história e passa a ditar as regras do jogo, se desvinculando das regras estabelecidas por uma relação implícita na música. Ela utiliza de misturas de ritmos e imponência na variação e ordem de sexualização corporal. Seu clipe fortalece a ideia de domínio do par em aspectos sexuais, e considera-se a importância de um olhar sobre as funções reprodutivas, como são vistas e de que forma se explora esse corpo feminino. Há nos vídeos diferentes formas em serem abordados protagonismos de mulheres com suas individualidades que trazem grupos vulneráveis para o reconhecimento em uma identidade coletiva. Esta aponta por sua vez “[...] aponta para o fato de que justamente por ocuparem a mesma localização social, esses indivíduos igualmente compartilham experiências nessas relações de poder” (RIBEIRO, 2018).

Essas relações de protagonismo feminino via redes sociais e no universo musical, transpassam relações de poder que atravessam os corpos na mira do racismo estrutural, violências de gênero e LGBTQ+fobia. É com representações de grupos de pessoas que os debates são construídos e pautas reivindicadas com mobilizações. As políticas sociais são um mecanismo importante para emancipação de indivíduos, porque incidem veemente na inserção social dos espaços antes negados.

Tem-se avançado em políticas públicas para uma ampla conscientização antirracista – como defende Angela Davis (2018), enquanto fundamental para acabar com o racismo – e tal omissão é conveniente com a continuidade da exploração da classe trabalhadora, que é em sua maioria preta, periférica e “não abastada”. Os dados recentes do IBGE em 2016 demonstram que, de forma não acidental, negros estão muito aquém de uma equidade salarial no mercado de trabalho, ganhando somente 59% em média do rendimento de pessoas brancas. Já as experiências violentas a qual a juventude negra é exposta devido ao racismo estrutural enraizado política, econômica e institucionalmente na sociedade, se acentuam devido ao processo de retirada de direitos e abandono total do Estado, que ignora as condições precárias da educação pública, do sistema de saúde público e os índices de encarceramento e extermínio das juventudes nas periferias.

Nesse cenário, são as mulheres negras que de forma acentuada sentem o impacto dessas políticas, interseccionando em si as estruturas racistas, patriarcais, sexistas e heteronormativas, pois há uma questão de gênero fundamental nessa equação – a qual coloca as mulheres numa condição subalterna e passível de objetificação. E essa desigualdade é sentida de forma substancial pelas mulheres negras, uma vez que políticas reacionárias de criminalização do aborto, como a PEC 181 e o estatuto do nascituro, somadas ao descaso com as políticas já implementadas contra a violência doméstica, por exemplo, resultam numa conta cara e inacessível, que as mulheres negras infelizmente pagam com a vida.

De acordo com o instituto IPEA, em 2011 a taxa de escolarização de mulheres brancas foi de 23,8%, enquanto de mulheres negras somente 9%, comprovando a escassez de acesso dessas mulheres negras à educação. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de 2013, aponta que 70,6% das mulheres negras que trabalham nas regiões metropolitanas, majoritariamente nos setores de serviços terceirizados, assim como os dados da pesquisa do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro (SEAC- RJ) apontam que 92% dos trabalhadores nos serviços de limpeza terceirizados são mulheres e desse contingente estipulado pela pesquisa, têm-se 62% de trabalhadoras/es negras/os.

As mulheres negras sabem da dificuldade em alcance de igualdade dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca existente (HOOKS, 2018). A autora diz que se é possível compartilhar “[...] simples, porém poderosa, mensagem de que o feminismo é um movimento para acabar com a opressão sexista” (HOOKS, 2018, P. 24), e dessa maneira temos a importância de duas linguagens que chegam as variadas formas de pessoas e em como esses debates se organizam e se estruturam enquanto categorias de análise. A ideia de análise das músicas compõe a articulação de conteúdos feministas em suas múltiplas condições, e de suas importâncias, o que diferencia são as construções ideológicas que abarcam as trajetórias das músicas. Ambas com seus traços de representação social, levantam pautas e ações em diversos sentidos e estão sim inseridas em todo o cenário retratado até aqui. Em tempos de violência ao oposto é diferente, ser mulher em espaços de poder marca significativamente as gerações inseridas nesse contexto. São marcas de feminismos em identidades sociais.

CONSIDERAÇÕES

O nascimento é um momento singular e extraordinário para ambas as partes envolvidas nessa situação. É que quem pare, respira e divide o seu espaço com alguém, além de alimentar a si e a quem estiver lá dentro, em sua grande parte das vezes, sangra. Sangra o corpo, os olhos, a pele, por dentro pra fora e cada parte de quem se atreve a contar sua história. Pensamos por muitas vezes em como carregar durante meses aquele projeto de existência sem saber com quais objetivos, circunstâncias, materialidades e aspectos conjunturais de exploração está envolto, e todas as mudanças a partir dali.

Em alguns momentos é necessário sentar, revisar tudo que está em jogo e tomar decisões que incidirão sobre um processo até então individual, para ser grupo/coletivo. E esses espaços influem em uma série de dobraduras para a formação do eu concentrado em ser – social. Na constituição do eu-pessoa, é necessário caminhar entre alguns livros, acontecimentos, pessoas, lugares, histórias, mas há sempre um despejo de partos por aí. Gente com dor, outras com alívio, algumas decidem não parir por agora, e de alguma forma isso é posto para fora, pois: “em cada parto, reparto vida, com a minha vida. Uma nova vida provida. Agonizo na dor, com grito e gemido. Um dia esperado e temido, uma dúvida remida e medo vencido”⁴³, isto é, sobre o que foi parir esta dissertação.

Suponho que a maternidade entre pessoas tenha similitudes com este parto. Digo que para parir tive que quebrar, expulsar uma série de preconceções, normas e regras sociais e lidar com esse poder hegemônico e estruturante sobre as subjetividades e essências do ser. Este trabalho é antes de mais nada, a construção acadêmica individual carregada de aprendizados e linguagens coletivas. É fruto de uma afirmação contrária às violências sobrepostas em corpos pretos, de mulheres, de LGBTTI+’s, de pessoas pobres, de nordestinas/os, dentre inúmeros grupos que são marcados pela vulnerabilidade social.

Quando se negligencia a existência de contornos que possibilitam locomover-se/movimentar-se, os espaços mesmo que frágeis, não deixaram de questionar o sistema, o imposto. Às muitas condições de vulnerabilidade social que temos em nossas existências, condicionam realidades que se perpetuam em gerações ocupando as mesmas funções sociais, ressignificadas por outros sistemas econômicos e políticos.

⁴³ MADALENA, 2013. Texto completo <<https://sitedepoesias.com/poesias/91007>>; Acesso em: 24/07/2019;

Como reconhecimento, reitero meu compromisso com os grupos que fazem parte dessa trajetória e de alguma forma aqui estão: À PJMP, as CEBS, às comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto⁴⁴ – onde as experiências conjuntas da discussão social de uma igreja construída e sustentada pelas comunidades via Romaria da Terra e das Águas que realizou sua 42ª edição em 2019, ela acontece em Bom Jesus da Lapa-Bahia. Todas essas raízes são elo contributivo para as análises profissionais e pessoais que existem esta dissertação consoa. Numa retomada essencial de diálogos entre a pessoa/profissional e a luta dos povos de Cerrado pela vida dos rios do Oeste da Bahia, onde afirmo: NINGUÉM MORRERÁ DE SEDE!

Apesar de tratar de outras relações de exploração e alienação do capitalismo sobre os corpos neste trabalho, reconheço a importância em se pontuar os riscos ambientais que envolvem nossa existência sobre o mundo. É de extrema urgência que essa discussão ganhe coro no Serviço Social e profissões comprometidas com a resistência das variedades étnico-raciais que dão cor a esse país. Entende-se que corpos e terras são territórios de disputa e controle do poder.

Portanto, reafirma-se após esta pesquisa o encargo teórico social com a ancestralidade que me é parte, com projeto ético-político do Serviço Social, a fim de que entrelace as dimensões do trabalho estabelecidas pelos Códigos e Resoluções, e que se possa ir além disso: transformar nossa prática profissional direcionada na defesa intransigente dos direitos humanos, é construir dialeticamente a materialidade do trabalho enquanto assistentes sociais na perspectiva de emancipação da classe trabalhadora.

À vista disso, reitera-se o apoio e respeito pela ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), pelo Centro Acadêmico XV de maio da PUC-Goiás – que me foram centros de desconstrução, desafios e despertar para o além muro institucional.

As institucionalidades invisibilizam corpos. Corpos estes que ocupam espaços de exploração e violências sistêmicas. É como se nossas histórias não existissem, e por isso considera-se que esta dissertação é escrita por várias memórias de mulheres que a compõe as indagações desta pesquisa. Que expõem para além de conclusões, alguns questionamentos sobre práxis social, capitalismo e apropriação destes corpos como mercadoria e fonte de lucro. Essa relação é dicotômica, pois ao mesmo tempo em que amplia as defesas apresentadas pelos

⁴⁴ Os fundos de pasto se constituem em centenas de comunidades espalhadas no Cerrado e são considerados populações tradicionais. Estas se caracterizam em grupos marcados por identidades e valores comuns. Os traços étnicos e raciais e suas trajetórias de vida são os mais diversos, isto porque existem fundos de pasto quilombolas, indígenas ou de agricultores e agriculturas familiares que nasceram e cresceram naquelas localidades, se ocupando de plantações ou cuidando de seus animais, em geral caprinos e bovinos. Disponível em: <<http://www.cerratinga.org.br/populacoes/comunidades-de-fundos-de-pasto/>> Acesso em: 11/07/2019

vários feminismos, lucra em cima disso. São os ideais neoliberais de empoderamento e inclusão por meio do capital⁴⁵.

No entanto, os veículos de informação e comunicação que ancoram a quarta-onda feminista, lugar que ocupa esta síntese, demonstra as várias aproximações dos grupos organizados para as articulações de marchas e atividades diversas via mídias sociais. A expansão do conteúdo via internet possibilita acessos à algumas classes sociais, ainda existem muitas pessoas que não conhecem essas tecnologias. No entanto, quem as acessa tem variadas temáticas para que sejam exploradas.

Os veículos da indústria cultural aproximam-se cada vez mais das movimentações virtuais e isso tem denominado relações internacionais entre países. A eclosão de Iza e Luiza são símbolos do que as mídias sociais e o Pink Money podem produzir. Todavia, não é tão fácil se livrar do capitalismo, e por mais que se aponte suas incisões nos estruturantes sociais, ele não vai deixar de existir do dia para a noite.

O que isso provoca é: qual a responsabilidade social, enquanto intelectual orgânico essa discursão dissertativa vai deixar? Dentro do Serviço Social, descobri essa expressão orgânica de intervenção e estudo das realidades, e desde então é subsídio teórico para construção de minhas análises.

O movimento atual do Brasil, numa sucessiva ofensa dos mecanismos de controle e violência social, onde as mídias e a indústria cultural têm produzido ferramentas para ambos os lados. Duas músicas feministas e diferentes uma da outra tornaram-se ‘hinos’ entre juventudes e crianças por aí. São duas mulheres que com suas representações individuais através de uma produção audiovisual alcançam outras mulheres que nelas vão se espelhar. Apesar disso, é instaurada uma crise de representação, onde os fragmentos da esquerda não conseguem compreender a crise de práxis que nos atravessa, o que dessa forma provoca negligenciar nossa responsabilidade em nossa história.

Aparentemente, as discussões podem não ter relação, mas pense: discutiui-se no capítulo 2 a origem do Serviço Social (que é minha categoria profissional), as políticas sociais como instrumentos de resistência e como é a formação (período da graduação) desta categoria na PUC-GOIÁS. Visto isso, correlaciona-se com o Capítulo 3, considerando este, por que ao trabalhar o cenário POP e o capital brasileiro, entende-se a relevância de se observar a formação de nichos culturais e de mercado, e em essencialmente em como os feminismos – mesmo que apropriados – alcançam grupos que articulam-se para maior emancipação de suas condições

⁴⁵ Sugestão de leitura: FERNANDES, Sabrina; Sintomas Mórbidos. São Paulo (SP): Autonomia Literária, 2019.

objetivas. É pensar que por meio de uma música e de quem as canta, outras pessoas podem repensar sua realidade social. É um emaranhado de contradições e confrontos com a sociabilidade burguesa e os valores morais que carrega.

Quando se pontua no Capítulo I os feminismos como retalhos é por que alguns grupos não quiseram costurar juntas, devido as diferenças em demarcadores sociais presentes em nossos corpos. Pois, quando se evidencia esse lugar, nem todo mundo irá engolir. Aponta-se, portanto, que seja feita uma costura coletiva que respeite às construções individuais de cada grupo e que se baseie em valores de trocas e luta conjunta, entretanto, não uníssona. Por que com o reconhecimento e debate constante sobre constituições de privilégios e o que provocam posteriormente, pode-se traçar caminhos e maneiras de quebra ao ódio e guerra contra as mulheres, por que amar outra mulher é um ato político.

No caráter político profissional que não se dissocia da construção individual, percebe-se que numa profissão majoritariamente feminina, constituída por mulheres da benevolência cristã burguesa, por trabalhadoras, pelas religiosas num cenário complexo de reproduções patriarcais-racistas-heterossexuais, não discutir Feminismos dentro da ementa do curso, é contrariar o Projeto Ético Político do Serviço Social.

Dessa forma, os capítulos completam as observações e disputas dos corpos, das profissões e das políticas sociais. Num contexto de desmonte e esfacelamento dos direitos provocados pela autocracia burguesa impune no Brasil. Dentro dessa realidade não é possível omissão, enquanto assistente social. Os dados apresentados no Capítulo 2 sobre as mínimas produções do Serviço Social PUC-Goiás, não são satisfatórios para esta pesquisa. Entende-se que compromete o olhar profissional das/os estudantes quando instalados em seus respectivos espaços sócio ocupacionais.

Discutir política social e sua relação com Pink Money e as representações dos feminismos, foi um desafio demonstrado no papel essencial em expandir essas discussões, pois pontua-se a responsabilidade de construir pelo Serviço Social elementos que constituam teoricamente nossas práxis. Por que apresentar esse enlace é apropriar-se dos espaços que nos são negados historicamente. É na atualidade em que se encontra a indústria cultural e sua movimentação via redes sociais, é preciso estar atentas/os!

O diálogo com as mídias é um universo a ser ocupado na contramão das correntes hegemônicas, fascistas e ditatoriais. Esses neoliberalismos disfarçados do “empodere-se!” e uma “inclusão social” mascara a relação de pauperização e descaso do Estado Brasileiro frente as políticas sociais e as vidas que acessam esse direito.

Não é negado em nenhum momento nesta dissertação que as políticas sociais emitem

reflexos de emancipação e melhoria na vida da classe trabalhadora, porém é um espaço de contradição, aproveitamento, apadrinhamento político e manutenção da sociabilidade burguesa. É uma ameaça a eles, pois a perda de privilégios logo implica em conviver com pessoas que julgam ser superiores. É a institucionalização do racismo que existe nas raízes sociais.

Logo, quando se expressa no conteúdo desta dissertação, o movimento das pautas e dos feminismos tomando espaços e veículos de comunicação como instrumentos para falar sobre temas e pautas sociais. Os videocliques - das músicas Boa Menina e Dona de Mim – tornam-se formas de comunicação, de expressar opiniões e inclusive ser uma intelectual orgânica que se apossa dos lugares e ressignifica histórias de violências aos corpos de mulheres, de forma acentuada às mulheres negras.

As análises que aqui contém, passam por afirmações do ser enquanto conjunto/coletivo. Dessa forma delinea-se o percurso desta pesquisa a partir de um diálogo honesto com o lugar que ocupamos no mundo e que se marca em nossos corpos, com sujeitas coletivas e singulares.

Destarte, os feminismos brasileiros têm travado constantes lutas num cenário de esfacelamento das políticas públicas e sociais, em que se emerge a necessidade de um posicionamento crítico na direção de consumo regida pelo capitalismo que privatiza, terceiriza, uberiza as estruturas sociais via família, estado e religião.

Isso posto, transforma-se em: institucionalização, normatização e romantização das relações constroem um cenário violento e feroz para a criminalizar corpos pobres pretos de mulheres. Os contextos e propostas dos videocliques em suas totalidades, correlacionam-se com as contradições estruturantes do sistema capitalista e do que se espera e constrói dos corpos femininos.

Apesar de Boa Menina ser constituinte dessa análise, tudo que carrega se comparado as teorias e correntes, apresenta sim um conteúdo feminista que dialoga com a liberdade individual, sexual, reprodutiva da mulher – numa caracterização de desprendimento de feminilidade, além do direcionamento heterossexual, em que não há outra caracterização de sexualidade das mulheres explícito no videoclipe, o que nos leva julgar que não se pensou mulheres com outras possibilidades de relações. Ainda representando o chamado feminismo burguês/acadêmico, sem aprofundamento de realidades costuradas e correlacionadas.

Portanto, não que essa representação tenha caráter negativo, pelo contrário é uma produção que pauta os direitos e a defesa da mulher. Todavia, como resultado desta pesquisa, numa análise das relações de força presentes quando comparadas as produções audiovisuais dos

clipes - a pesquisa nos leva à diferença do lugar de fala⁴⁶ e do que isso incide sobre a composição de cada trabalho e como emite seu olhar histórico em relação dos círculos sociais. Seu conteúdo é expressamente relevante entre o cenário POP e o que isso impacta na juventude, principalmente sobre ao que se soma à consciência de classe. Mesmo com essa apropriação de maneira interessante num diálogo com o ‘Capitalismo Rosa’, por que ainda estamos trabalhando em fragmentações que podem nos construir coletivas e infelizmente ainda em processos individuais.

Por consequência, não adianta pintar de rosa e suas variações, ou mesmo com as bandeiras LGBTTI+, e não houver de fato uma intervenção sobre o seu lucro pessoal é fruto de uma realidade que precise ser observada. É identificar as demandas daquela comunidade, e fazer do seu sucesso (seja na música ou na universidade) um trampolim para contrapor as apropriações de lutas históricas de povos exterminados.

No entanto, por mais genocida que sejam as estruturas dos sistema econômicos internacionais – jamais descarta-se nesta pesquisa a influência norte-americana nos países latino e suas intensões eurocêntricas e colonizadoras – é primordial das pautas de articulações anticapitalistas que somadas às grupos organizados de mulheres, provém ações significativas em especificidades e conjunturas, por que não se pode negar que os movimentos feministas tendem historicamente a ser organizações limitadas por todas as imposições dada a conjuntura histórica das mulheres em busca de seus direitos. Isso se expressa também na publicidade de suas ações políticas, já que a utilização da internet e das redes sociais torna-se plataforma de luta política, onde atuam hoje os movimentos sociais, coletivos feministas, grupos de mulheres partidárias, as não partidárias e as viabilizações de trocas de informações e conexões possíveis, apoiadas pela tecnologia, faz diferença entre as mídias.

A discussão permite compreender a importância da arte, de práticas culturais, das mídias e o acesso à internet frente às lutas ideológicas, políticas, econômicas, sociais e de tudo que alcança a população. Não obstante disso está o Estado e sua participação ferrenha na ofensiva de criminalização dos corpos que performem feminilidades. Percebe-se a diferença em trabalhar contextos sócio-econômicos e as histórias de suas músicas, essa relação concluí que a diferença está também em quem conta história.

Iza, enquanto mulher negra, propõe e direciona seu trabalho para a defesa da ancestralidade e afirmação de identidade. Apesar de concentrar materialidade financeira fortalecendo o Pink Money – a forma que realiza e tem ocupado diversos espaços dão tom a

⁴⁶ Sugestão de leitura: RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 112 páginas, 2017. (Coleção: Feminismos Plurais)

eles, pois, em grande parte das vezes a população negra está em condições de explorações estruturalmente definidas ao longo da história. Já que autoras negras brasileiras pontuam que o Feminismo Negro dialoga com todos os processos históricos de apropriação da sociabilidade burguesa sobre os corpos sejam: avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo, e em como essas raízes dão à condição de mulher negra exploração, violência, invisibilidade, existência, resistência.

O vídeo clipe de Dona de Mim foi quem apresentou as categorias de análise, uma vez pois, apresenta elementos para discutir poder, branquitude, racismo, institucionalidades, feminismos, violências em favelas, dentre outras questões. Bem, de acordo com a mulher mais perigosa do mundo Ângela Davis⁴⁷ diz: *“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”*. Na caracterização estabelecida pelo videoclipe, Iza é parte do Júri masculino e branco – a advogada (mulher trans) como defensora de uma mulher negra, elas juntas circulam a pirâmide social em que são base de exploração.

Esse é o momento central da articulação de consciências daquelas mulheres, que de maneira interseccional se enxergaram como conjunto, observando seus diferentes contextos. Entende-se dessa forma que esse processo é político, pois expressa a marca de vivências das mulheres de diferentes realidades. Ao fim da canção todas vão para a igreja numa perspectiva de agradecimento, há um coral de mulheres negras.

O que já provoca observações: será elas já se conheciam? Seria aquele templo um espaço de articulação daquelas mulheres? O fato é que mesmo que não seja essa a ideia original, elas estarem todas juntas quer sim nos dizer alguma coisa. É sobre a invisibilidade desses corpos e no que influi a questão racial, pois é extremamente significativo discutir temáticas em um país que possui a maior quantidade de pessoas negras fora do continente africano.

Num contraponto, para a consolidação da supremacia branca, cria-se a necessidade de embranquecimento da população e de controle da pobreza. Quando povos emergem sua consciência tanto individual quanto coletiva, a sociedade tende a movimentar-se, isso faz com que as pautas de determinado grupo social ganhem forças conjuntas para reivindicações de direitos sociais. Dessa forma, o Serviço Social que trabalha diretamente com as expressões da questão social, deve reconhecer essas linhas históricas pois algumas pesquisas indicam que população negra e pobre, que é usuária das políticas sociais. Significa dizer que o olhar nas produções para formar precisa dialogar com a prática de dizer sobre nossos racismos e estereótipos, em sala de aula, professoras/es precisam estar dispostas a quebrar esse pensamento eurocolonizador engendrado na

⁴⁷ Conheça a trajetória da mulher que foi considerada inimiga pública número 1 dos Estados Unidos e se tornou uma das principais vozes do movimento anticarcerário: <<https://revistaforum.com.br/noticias/angela-davis/>> Acesso em 06/07/2019.

profissão.

Nesse sentido, a intervenção da/o Assistente Social é necessária para exercer a função pedagógica por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. A função pedagógica do Assistente Social se desenvolve no marco das práticas educativas formadoras da cultura, que na perspectiva gramsciana representa a relação entre a racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, na direção da constituição de um amplo processo de superação da racionalidade capitalista pelas classes subalternas e instauração de uma nova sociabilidade, caracterizando cultura como as atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir ecossocialista.

Além disso a ideia é de contribuir para práxis social da/o Assistente Social e que faça valer o código de ética sobre o princípio do “ [...] exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (BRASIL, 2012, P. 24). Ao confrontar os dados, entende-se que haja uma divisão sócio-técnica-sexual e racial do trabalho, como de base para a exploração de corpos e territórios em funções predeterminadas socialmente. Nesse contexto, afirma-se que as políticas sociais, pesquisas, artigos, produções monográficas e dissertações também são ferramentas de reconhecimento histórico das lutas das populações agredidas.

Assim sendo, a indústria cultural e o poder de mídia dado pela internet - apesar da popularização – são zonas de poder e dinheiro que influenciam nas relações de consumo, troca e venda de trabalho, um instrumento contraditório que os movimentos que cursam em confronto com o capital, precisam apropriar-se.

Complementa-se que esta pesquisa identificou os feminismos nas músicas, como proposto de objeto de estudo. Afirma-se em vista disso, que os feminismos apesar de diferentes não precisam ser rivais. O que seria necessário, no entanto, é que haja um reconhecimento de convergências e divergências na construção coletiva das lutas de mulheres. Pela agilidade e instantaneidade que se veiculam as informações no cenário atual, é curioso destacar o que simboliza os números de acessos à perfis (de pessoas, grupos e organizações) nas redes sociais. Pois seu extenso alcance produz um conteúdo e este é discutido e abordado em redes e mídias sociais, inclusive destaca-se a importância de ambos os vídeos para a amplitude dos feminismos plurais.

Neste estudo se propõe analisar história-vídeo e letra, o que ficou demonstrado no decorrer da escrita que houve interlocuções bibliográficas, visuais, documentais, fotográficas que garantiram a exploração dos feminismos nas músicas. Pontua-se: com ênfase na

contribuição para as pesquisas do Serviço Social PUC-Goiás, aponta-se como emergencial uma movimentação do corpo docente e discente, para fora da zona de conforto, com intuito de que se provoque alargamento do debate interno sobre feminismos, racismo e transexualidade. Fortalece-se por fim essa pesquisa com símbolo coletivo, em confrontos assiduamente na perspectiva de produzir epistemologias feministas, antirracistas e não binárias nas universidades, em outras áreas profissionais, especificamente aqui: o serviço social da PUC-GOIÁS.

Afirma-se também que este trabalho perpassa a necessidade documental de análises teóricas que ampliem abordagens metodológicas para além da dimensão técnico-operativa da/o Assistente Social. Expande-se a urgência de aproximação de estudantes, professoras/es e profissionais sob estudos dos Grupos Temáticos de Produção, organizados pela ABEPSS. Como uma instituição organizativa e formativa, a ABEPSS é um espaço de defesa teórica-metodológica do tipo de caminho que se quer trilhar na constituição de uma identidade profissional da categoria.

Reitera-se também, a indispensabilidade de rompimento com as violências sistêmicas por meio de ações e articulações coletivas no confronto com as demandas sociais, impressas num elo com os movimentos sociais e sua organicidade real. Entende-se que o POP seja um nicho cultural de exploração e apropriação do capitalismo, e que produções feministas como em Boa Menina e Dona de Mim, ressignificam nichos sociais que rebatem em variadas produções de conhecimentos – que salientam a atualidade da pesquisa.

Portanto, com todos esses elementos e possibilidades de abordagens e olhares, sob ângulos diversos num enfrentamento internacional de crise do capital, essencialmente no Brasil, numa conjuntura marcada pelo acirramento dos conflitos agrários. Num curso de um projeto governamental de retirada de direitos territoriais, revogação das políticas públicas, barreiras ambientais, criminalização de grupos e lideranças – em que lugar se encontra o Estado e Poder Público? Diante disso, é essencial fortalecer lutas e resistência com trabalho de base, articulação, mobilização e organização das comunidades locais, desenvolver práticas sustentáveis que contribuam com o Bem Viver e dos povos e comunidades tradicionais do campo, das florestas, das águas e da cidade.

Por conseguinte, ao fazer análise dos cenários regionais, nacionais e globais constata-se que para barrar o desmonte do Estado Social historicamente conquistado, é necessário intensificar a luta de forma organizada. É urgente resistir à imposição atual da mineração (extrativismo), impedindo novas barragens de rejeitos minerários, em vista de outro modelo de mineração com soberania popular;

Logo, todas as violências sistêmicas institucionalizadas e reafirmadas pelo poder hegemônico, implicam condições de existência aos nossos corpos e como lidam com o que representam. Exemplo disso, é que até hoje não sabemos: QUEM MANDOU MATAR MARIELLY? É o silêncio dessa resposta que me faz pensar em como lidar com as estruturas sociais e o que rebatem em nossas individualidades.

Digo isso, por que num encontro de pesquisadoras/es do Serviço Social descobri autoras negras que não nos são apresentadas durante a formação, e que isso é grave pois compromete a ação interventiva da práxis da/o assistente social.

No processo de estratificação e coisificação social, o mercado virtual e as relações com suicídios e depressões tratam de continuar afastando-nos dos pares que podem construir nossas lutas em conjunto. O estado se isenta de responsabilidades e alforria o corpo para prendê-lo novamente. O encarceramento que superlota as prisões políticas desse país, está de dentro para fora e de fora para dentro.

O extrato virou o objetivo que os sanguessugas do capital nos fizeram acreditar, dessa maneira é preciso sempre ampliar. Conhecer, estudar, aprofundar, questionar e aí o parto vai acontecer. Ele acontece com muito sangue derramado, devido todas essas correlações de forças que guiam os convívios sociais. Tem sangue na mão de muita gente, de outros tem sangue na caneta, de outros ainda em pensar só em si.

Sintetizar e analisar nossas próprias produções emite muito de nós para fora, por que não dá pra ficar para dentro. É que as marcas que possuímos constituem nosso lugar de fala e principalmente de privilégios que nos levem a separação de corpos opostos que podem aprender utilizar suas diferenças e saberes. O medo de que corpos populares latino-americanos cheguem em lugares antes impossíveis, é o que faz a burguesia tremer.

No entanto, venho deixar meu recado do jeito que eu aprendi a escrever, contando história rimando, apresentando outros porquês. A burguesia que repense seu papel, por que ninguém aqui vai se omitir, a gente enfrenta em conjunto por que nenhum o mais alto dinheiro do mundo segura um povo que quer gritar seu poder! A nossa perspectiva precisa ser emancipação dialética da realidade. É pensar o que se quer alcançar ao a dissertação produzir. É que pergunto, ancorada num pedaço da canção de Bia Moreira, às mulheres que se afirmam feministas: *“Quantas vezes você saiu do seu apartamento / E chegou no térreo com um prato de alimento / Pra tia que tava tramando no sinal / Pra sustentar os quatro filhos que já tá passando mal de fome? / Quantas vezes cê parou pra perguntar o nome / E pra falar sobre seu ativismo? / Quando foi que cê pisou na minha quebrada, pra falar sobre o seu Fe-mi-nis-mo?”*

O que esses feminismos simbolizam quando Iza traz para seu show no Rock In Rio a performance com Luara⁴⁸, uma criança de dez anos que se inspira em Iza para dançar. Ela gosta de se vestir parecida e espelha no estilo da cantora. É a importância que se dá em construir um outro significado para as produções científicas, que precisam urgentemente dialogar com respeito à quem veio antes de nós.

E é por esse motivo que estou aqui: carregando minha família matrilinear como subsídio de olhar social. É os enfrentamentos das histórias que compõe as violências intrafamiliares. Dessa maneira, pensar feminismos e em como são ditos e principalmente por quem, é que o nosso ponto de encaminhamento. É como o debate até aqui produziu questões em movimento que não param de se transformar.

As variações dos corpos de mulheres são violentadas em todas elas. É importante intervir sob a violência articulada pela interseccionalidade com os feminismos: burguês e negro e o transfeminismo. É dizer que tem se hoje no acesso as mídias, muitas cantoras transsexuais e travestis como Linn da Quebrada e Liniker que trabalham e pontuam suas existências via produções audiovisuais e de representação. Dos três feminismos e pelo que foi constatado na pesquisa, a transexualidade ainda é pouco debatida e isso afeta este trabalho, pois a média de vida delas é de trinta e cinco anos. Assim sendo, digo à todas as mulheres que as universidades, estados, poderes, milícias temem: Foi e é pelo saber de aprender quando usar a valentia, do que é preciso matar ou deixar viver. Por isso eu digo que eu não vou sozinha não, convido todas as bruxas para fazer revolução⁴⁹!

⁴⁸ Sugestão: Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/29/conheca-luara-a-menina-que-dancou-com-iza-no-rock-in-rio.htm> Acesso em : 09/07/2019

⁴⁹ Sugestão de música: Retomada, de [Marina Peralta](#).

REFERÊNCIAS

- ABEPSS; **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social** - / Temporalis, Brasília (DF), ano 2018, n. 36, p. 422-434, jul./dez. 2018.
- ALMEIDA, A. Evasão entre travestis é bem maior. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=490505>> Acesso em: 18 set. 2018
- ALMEIDA, Carla Lima; LOLE, Ana. **Gênero, identidade e política: e agora, aonde vamos?** - Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 57-76, jan./jun. 2014.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline; **O que é feminismo?** - / Abril Cultural Brasiliense – Coleção Primeiros Passos, 1985.
- ALVES, Giovanni. **Fetichismo e S0ubjetividade burguesa** – Trabalho, Valores – Fetiche e Estranhamento Social. In: Sociabilidade Burguesa e Serviço Social. Editora Lúmen Juris, Rio de Janeiro, 2013.
- ALVES, Hailey; JESUS, Jaqueline Gomes de; **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais.** / - Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências – DAUFRN, 2015.
- ANDERSEN, Gosta Esping; **As três economias Políticas do Welfare State.** - / nº 24 – p. 85-116 / São Paulo, set. 1990.
- ARAÚJO, Rosângela; DIAS, Claudenilson; **Aproximações e disjunções: a transexualidade e algumas perspectivas feministas** / - Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 (Anais Eletrônicos) – Florianópolis, 2017.
- ASSIS, Camila Vieira da Silva; **Mulheres Negras, opressões, feminismo negro e entretenimento** - / VI Seminário Crise e Mundo do Trabalho no Brasil (CETROS) – Fortaleza - Ceara, 2018.
- BADINTER, Elisabeth. / **O Mito do Amor Materno**; Tradução de Waltensir Dutra; Ed_ Nova Fronteira S/A. 1985.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1997.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva; **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos** / 8 ed. - São Paulo, Cortez, 2010
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete; **Política Social: fundamentos e história** / 9 ed. – São Paulo: Cortez, 2011 – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2).
- BENTO, Berenice Bento; **Nome Social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal.** Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCAR, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2016.

- BENTO, Berenice Bento; **O que é transexualidade?**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BENTO, Berenice; **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. – Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BEVAOUIR, Simone de. / **O segundo sexo I**; Tradução de Sérgio Milliet _ 4º Ed. – São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 2016.
- BEVAOUIR, Simone de. / **O segundo sexo II**; Tradução de Sérgio Milliet__ 2º Ed. – São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 2016.
- BRASIL. **Código de ética do assistente social**. Lei no 8.662/1993 de regulamentação da profissão – 10ª. Ed. rev. e atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
- Brasil. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: Acesso em 30/11/2016.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.
- BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata; **O projeto ético-político do Serviço Social / - Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, 2011.
- BUTLER, Judith. **Problema de Gênero - Feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017.
- CAMURÇA, Silvia. **‘Nós Mulheres’ e nossa experiência comum**. Cadernos de Crítica Feminista, Número 0, Ano I, Recife: SOS CORPO, 2007.
- CARNEIRO, Sueli. - **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Geledés, 2013.
- CARNEIRO, Sueli; **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.
- CARNEIRO, Sueli; ENEGRECER O FEMINISMO: A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA NA AMÉRICA. LATINA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO - / Géledes**, 2011.
- CARNEIRO, Sueli; **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil / - São Paulo: Selo Negro**, 2011. – (Consciência em debate / coordenadora Vera Lúcia Benedito)

- CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil** – São Paulo: Cortez, 2014.
- CISNE, Mirla; **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** / 2 ed.- São Paulo: Outras expressões, 2015.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil** – São Paulo: Cortez, 2014.
- CISNE, Mirla; IRINEU, Bruna Andrade; QUEIROZ, Fernanda Marques de; LIMA, Rita de Lourdes Lima; **Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, relações de exploração / opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades: breve histórico e desafios.** / - Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 57-76, jan./jun. 2014.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos Santos – **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social** - São Paulo: Cortez, 2018 – (Biblioteca básica de serviço social; v. 8);
- COELHO, Andreza Maria Sá Coelho; GOMES, Sansarah da Silva; **O Movimento Feminista Negro e suas particularidades na sociedade brasileira.** / - VII Jornada Internacional de Políticas Públicas- São Luiz do Maranhão, 2015.
- COLLINS, Patrícia Hill; **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória.** - / Parágrafo. Jan/jun. v. 5. N. 1. 2017. Companhia das Letras, 2018.
- CRESWEEL, Jonh W; **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos0 e misto /** Tradução de Magda Lopes; 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe.** 1ª publicação na Grã-Bretanha pela The Women's Press, Ltda. Em 1982. Tradução Livre. Plataforma Gueto – 2013
- DAVIS, Angela; **Mulheres, cultura e política /** - Tradução Heci Regina Candiani – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAVIS, Angela; **Mulheres, raça e classe /** - Tradução Heci Regina Candiani – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEL PRIORE, M.; **Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia.** São Paulo: Escuta, 1993.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, volume 1. Tradução Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed 34, 1995.2
- DEVREUX, Anne-Marie. **A teoria das relações sociais de sexo: Um quadro de análise sobre a dominação masculina.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia; ABRAMIDES, Maria Beatriz; - (orgs.) - **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária.** – São Paulo: Cortez, 2016
- EURICO, Márcia Campos; **A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social** – Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 515-529, set/dez. 2018.
- EURICO, Márcia Campos; **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional.** / - Serviço Social & Sociedade, Ano XXXIII, n. 114, p. 290-310, 2013.

- EURICO, Márcia Campos; **Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social** - / SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 414-427, jul.-dez./2017.
- FACHINNI, Regina; RODRIGUES, Julian; **É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual** / - In: Hastemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil / p. 231-261 - 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FARIA, Sandra; **Reflexões contemporâneas sobre pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social no Brasil.** / - R. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.24, n.2, p. 505-527, jul./dez. 2014.
- FEDERICI, Silvia; **Calibã e a bruxa: mulheres corpo e acumulação primitiva** / Tradução: Coletivo Sycorax – São Paulo: Elefantas, 2017.
- FOCAULT, Michel; **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; Trad. De Raquel Ramalhete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FOUCAULT, Michel, 1926-1984. 6ª ed. **História da sexualidade 1: A vontade de saber.** – Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – Rio de Janeiro / São Paulo, Paz e Terra, 2017. – (Coleção Biblioteca de Filosofia).
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber** - / Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque – 6. Ed. Rio de Janeiro / São Paulo, Paz e Terra, 2017. – Coleção Biblioteca de filosofia.
- FREITAS, Renata Martins de; **A mãe sagrada e a mulher que aborta – o corpo feminino em questão** - Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN2179-510X
- GONZALÉZ, Lélia. **A categoria político cultural de amefricanidade.** / - Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92-3, p. 69-82, jan. / jun. 2011.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. Acesso em 06 de fevereiro de 2019.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro: Editora
- GUERRA, Yolanda; **A instrumentalidade do serviço social** / - 10. Ed. – São Paulo: Cortez, 2014.
- GURGEL, Telma; **Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos.** – Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 57-76, jan./jun. 2014.
- HEILBORN, Maria Luiza; - **Entre as tramas da sexualidade brasileira.** - Rev. Estud. Fem. vol.14 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 1998.

- HOOKS, Bell; **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade** / Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2. Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- HOOKS, Bell; **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras** / - Tradução Ana Luiza Libânio. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. / **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** / 25ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica** / 41. Ed. – São Paulo: Cortez, 2014.
- IPEA - **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil** / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]. - Brasília : Ipea, 2013. 160 p. : gráfs., tabs.
- KERGOAT, Danièle. Dynamique ET consubstantialité des rapports sociaux. In: DORLIN, Elsa (Org.). Sexe, classe, race: pour une épistémologie de la domination. Tradução: Mirla Cisne-Paris: Editora da PUF, 2006. p. 111-125.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista** Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 2013. p. 14-36.
- MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Thaíse Batista de Oliveira; **Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual.** / - Gênero – Niterói – v. 16. N. 2 – p. 55-69 – 1º sem. 2016.
- MAQUIAVEL, Nicolau; **O príncipe** – tradução de Hingo Weber – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. – (Coleção Vozes de Bolso).
- MATOS, M; Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. Cadernos Pagu, n. 11, p. 67-75, 2014.
- MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia; **Teoria Política Feminista: textos centrais.** – Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia; **Estado, classe e movimento social** / 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 5).
- Moreira, Núbia Regina; **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo.** - - Campinas, SP: [s. n.], 2007.
- MORGADO, VASCO MADEIRA; **MÚSICA POP AUDIOVISUALIDADE E DESDOBRAMENTOS CONTEMPORÂNEOS**, 2015.
- MURARO, Rose Marie. / **Sexualidade da Mulher Brasileira. Corpo e Classe Social no Brasil.** / Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.

NETO, Miguel Martins de Freitas; **A IDENTIDADE DE GÊNERO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS** – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL MONOGRAFIA II - GOIÂNIA, 2018.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, 1999.

NETTO, José Paulo; **Capitalismo monopolista e Serviço Social** / - 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, Leonardo. **Relações Patriarcais de Gênero e Serviço Social no Brasil** / - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

NOGUEIRA, Leonardo; **As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista** – p. 29-54 - In: *Hastemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil* / - 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. CARLOTO, Cássia Maria. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2010.

PADILHA, Vitória Braga; PALMA, Yáskara Arrial; **Vivências não-binárias na contemporaneidade: um rompimento com o binarismo de gênero.** / - Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 (Anais Eletrônicos) – Florianópolis, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim; **Uma história do feminismo no Brasil** / - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PUC-GOIÁS. Projeto Pedagógico Curso de Serviço Social. Goiânia, 2009. Disponível em: <http://www.pucgoias.edu.br/sistemas/concursos/editais/462018-prograd/1525721098796_ppc-servico-social.pdf> Acesso em: 08 fev. 2019

QUEIROZ, Fernanda Marques; DINIZ, Maria Ilidiana; / **Serviço Social, lutas feministas e violência contra a mulher.** / *Temporalis*. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p.95-112, jul. /dez. 2014.

RAGO, Margareth; **EPISTEMOLOGIA FEMINISTA, GÊNERO E HISTÓRIA;** - In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (org.) - **MASCULINO, FEMININO, PLURAL**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RAGO, Margareth; **Feminismos e História: um encontro com o passado** / - Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH * São Paulo, julho 2011.

RIBEIRO, Djamila; **O que é lugar de fala?** / - Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017. 112p.; 15,9 cm. (Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Djamila; **Quem tem medo do feminismo negro?** / 1ª ed. – São Paulo:

- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes.** / --3ª.d. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero Patriarcado e Violência.** / --2ª.ed. - São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SALES, Mione Apolinario; RUIZ, Jefferson Lee de Souza; (org.). - **Mídia, questão social e serviço social** / 3. Ed. – São Paulo: Cortez 2011.
- SANTOS, Luane Bento. Usos e Imagens Sobre os Cabelos Crespos das Mulheres Negras. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói RJ: ANINTER
- SCOTT, Joan. / **Gênero: Uma Categoria útil para uma análise histórica;** Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989.
- SEVERINO, Antônio Joaquim (1941); **Metodologia do Trabalho Científico.** – 23 ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Márcia Cecília de Paula. Do corpo objeto ao sujeito histórico: Perspectivas do corpo na história da Educação Brasileira. Salvador: EDUFBA, 2009
- SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 2017.
- SOUZA, Vanessa Bezerra; VELOSO, Renato; **Gênero e serviço social: desafios e uma abordagem crítica** / - São Paulo: Saraiva, 2015.
- STANCKI, Nanci. **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: a sua constante reprodução.** Pesquisa Realizada com alunos do curso Técnico em Desenho Industrial e Técnico em Mecânica, 2000.
- TÁBOAS, Ísis Dantas Menezes Zornoff; **Viver sem violência doméstica e familiar: práxis feministas do Movimento de Mulheres Camponesas.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- TEIVE, Marília Danielli Borges; **A política de cotas na Universidade de Brasília: desafios para as ações afirmativas e combate às desigualdades raciais.** / - 2006.
- TIBURÍ, Márcia; **Feminismo em comum: para todas, todes e todos** / 7ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- TIBURTINO, Lidiane Cavalcante. / **Relações de Gênero e processos de trabalho no serviço social.** / Temporalis. Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan. / jun. 2015.
- TILIO, Rafael de. Marcos legais internacionais e nacionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres: um percurso histórico. In: Revista Gestão & Políticas Públicas, v. 2, n. 1, UFTM, 2012. Disponível em: Consultado em 20 de junho de 2017.

UFG. Projeto Político Pedagógico de Curso Serviço Social. Disponível em:
<https://csa.goias.ufg.br/up/782/o/PPC_Oficial_-_Servi%C3%A7o_Social.pdf> Acesso em:
30 fev. 2019

ANEXO

ANEXO I



Disponível

em:

https://www.google.com/search?q=balan%C3%A7a+que+a+quenga+cai&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiv8_6Pi5bgAhUOGt8KHaWeDDQQ_AUIDygC&biw=1280&bih=609#imgrc=2azsSgz6t2OPfM - Acesso 30/01/2019:

ANEXO II



Disponível em:

<https://www.google.com/search?tbm=isch&sa=1&ei=qQqaXKy3ErGx5OUP6OuqgAg&q=+PANTERAS+NEGRAS&oq=+PANTERAS+NEGRAS&gs_l=img.3...23488.23488..23785...0.0..0.0.0.....1....1..gws-wiz-img.i1N3K_dU11M#imgrc=BFKLbBRg9bxv4M:> Acesso 26/02/2019

ANEXO III



Disponível em:

<https://www.google.com/search?tbm=isch&q=IZA+BOINA+BRANCA+CLIFE+DONA+DE+MIM&chips=q:iza+boina+branca+clife+do+na+de+mim,online_chips:iza+lan%C3%A7a&sa=X&ved=0ahUKEwjT3MSQ2J_hAhVLGrkGHRypDXoQ41YIKigC&biw=1280&bih=608&dpr=1#imgdii=RroDWN6SMXerBM:&imgrc=TljYzWdJFILkXM:> Acesso 26/02/2019.

ANEXO IV - DONA DE MIM

Já me perdi tentando me encontrar / Já fui embora querendo nem voltar / Penso duas vezes antes de falar / Porque a vida é louca, mano, a vida é louca / Sempre fiquei quieta, agora vou falar / Se você tem boca, aprende a usar / Sei do meu valor, e a cotação é dólar / Porque a vida é louca, mano, a vida é louca

*Me perdi pelo caminho / Mas não paro, não / Já chorei mares e rios / Mas não afogo, não
Sempre dou o meu jeitinho / É bruto, mas é com carinho / Porque Deus me fez assim / Dona
de mim / Deixo a minha fé guiar / Sei que um dia chego lá / Porque Deus me fez assim /
Dona de mim*

Já não me importa a sua opinião / O seu conceito não altera minha visão / Foi tanto sim, que agora digo não / Porque a vida é louca, mano, a vida é louca / Quero saber só do que me faz bem / Papo furado não me entretém / Não me limite que eu quero ir além / Porque a vida é louca, mano, a vida é louca

*Me perdi pelo caminho / Mas não paro, não / Já chorei mares e rios / Mas não afogo, não
Sempre dou o meu jeitinho / É bruto, mas é com carinho / Porque Deus me fez assim / Dona
de mim / Deixo a minha fé guiar / Sei que um dia chego lá / Porque Deus me fez assim /
Dona de mim*

ANEXO V - BOA MENINA

Cansei da sua cara / E do que você fala / Desculpa, mas não tenho tempo pra ouvir / Eu já não sei o que tu tá fazendo aqui / Então se manda, anda / Nem é bom de cama / Fala, fala, fala, mas na hora H / Já tô em outra, solta / Com as amigas, louca / Se não entendeu, eu vou explicar /

Não deixem te dizer / O que deve fazer / Cê vai lembrar de mim / Uma boa menina faz assim, vem / Seu jogo acabou / E o baile começou / Cê vai lembrar de mim / Uma boa menina faz assim / Assim / Assim

Uma boa menina faz assim / Uma boa menina rebola assim / Quica, quica assim, senta assim / Não me interessa o que pensam de mim / Eu sento assim, quico, quico assim / Uma boa menina rebola assim / Quica, quica assim, senta assim / Não me interessa o que pensam de mim / Eu sento assim, quico, quico assim

Não deixem te dizer / O que deve fazer / Cê vai lembrar de mim / Uma boa menina faz assim, vem / Seu jogo acabou / E o baile começou / Cê vai lembrar de mim / Uma boa menina faz assim / Assim / Assim

LUÍSA SONZA